

PUBLICIDADE LEGAL

UNICASA	UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S. A. NIRE 43.300.044.513-RS - CNPJ/MF nº 90.441.460/0001-48	UCAS B3 LISTED NM
Edital de convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária		
<p>Ficam os senhores acionistas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia" ou "Unicasa") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no próximo dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma [Microsoft Teams] ("AGOE"), com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: a. Aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022; b. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e c. Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2023. 2. Em Assembleia Geral Extraordinária: a. Aprovar o aumento do número de membros do Conselho de Administração da Companhia, observado o limite estatutário; e b. Eleger um novo membro para o Conselho de Administração, para mandato de um ano. Informações Gerais: A Companhia informa que a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"), de acordo com a Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), sendo que para o Boletim de voto produzir efeitos este deverá ser recebido (nas formas indicadas abaixo) pela Companhia até 20 de abril de 2023 (inclusive), ou seja 7 (sete) dias antes da Assembleia. O acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente Boletim de Voto por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na proposta da administração e nas orientações para participação na AGOE da Unicasa. Conforme disposto no artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81/22, os acionistas que pretendam participar e votar na AGOE por meio do sistema eletrônico e sem a utilização do boletim de voto a distância, deverão enviar solicitação à Companhia, juntamente com a prova de sua qualidade como acionista, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária contendo a respectiva participação acionária, pelo e-mail tri@unicasamoveis.com.br, até às 17:00 horas do dia 25 de abril de 2023. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir as procurações até o mesmo momento e, pelo mesmo meio antes referido. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. A administração esclarece que os acionistas podem solicitar a adoção do processo de voto múltiplo e/ou votação em separado, observado o disposto nas normas legais e regulatórias aplicáveis. Assim, em cumprimento ao artigo 141 da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 70 de 22 de março de 2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da sociedade, necessário à requisição de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento). De modo a facilitar o processamento do pedido e a participação dos acionistas nacionais e estrangeiros, recomendamos que o pedido de voto múltiplo seja realizado por escrito à Companhia com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas da data da realização da Assembleia, ou seja, até a data de 26 de abril de 2023 (inclusive) até as 10:00 horas. Os currículos detalhados, bem como as demais informações exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do formulário de referência, com relação aos candidatos sugeridos pela administração, nos termos do artigo 11, inciso I, da Resolução CVM 81/22, constam do Anexo IV a este Proposta. A proposta da administração e orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos previstos na Resolução CVM nº 81/22, os documentos a ela relativos estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos websites da CVM - Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br), da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br), e de Relações com Investidores da Unicasa (http://ri.unicasamoveis.com.br). Bento Gonçalves, RS, 29 de março de 2023.</p>		
Gelson Luís Rostirolla - Presidente do Conselho de Administração		

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA MADEIRAS S. A.

CNPJ. 93682854/0001-86 – NIRE: 43300042588 – Encruzilhada do Sul – RS.
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 26 de abril de 2023, às 11h00min (onze horas), na sede da Companhia sita na Rodovia Prefeito Hercio Alves Rodrigues, RST 471, Km 233 em Encruzilhada do Sul, RS, CEP 96610-000, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I - EM AGO:** 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer da Auditoria Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e, o Parecer do Conselho Fiscal relativo aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022; 2. Destinar o resultado desse exercício social; 3. Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; e, 4. Eleição do Conselho Fiscal. **II - EM AGE:** 1. Ampliação do objeto social da Companhia mediante a inclusão de novas atividades; 2. Proposta da Diretoria para aumento do Capital Social em R\$ 3.000.000,00, mediante subscrição particular pelos acionistas; e, 3. Sua consequente alteração estatutária. Encruzilhada do Sul, RS, em 17 de abril de 2023.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A. - CNPJ 92.691.336/0001-66 - NIRE 43 3 0001535 1
Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária. Ficam convocados os senhores acionistas da CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A. ("Companhia") para comparecer à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 25 de abril de 2023, às 14hs30min. (quatorze horas e trinta minutos), na sede social da Companhia, localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 1450, Auxiliadora, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 90.480-001, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(b)** deliberar sobre a destinação dos resultados apurados pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(c)** Eleger os membros do conselho de administração da Companhia; **(d)** Examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023. Informamos que a presença na reunião também poderá ser virtual, através do ID: <https://zoom.us/j/4785300928>. Porto Alegre, RS, 17 de abril de 2023. **Sérgio Antônio L. de Mello Saraiva** - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Maisonave Companhia de Participações:
CNPJ/MF 87.191.847/0001-89/NIRC 433000064-33: Convocação: Assembleia Geral Ordinária:
São convocados os acionistas da Maisonave Companhia de Participações a se reunirem na sede social, à Rua Sete de Setembro nº 745, nesta Capital, dia 27/04/2023, às 11hs, em Assembleia Geral Ordinária subordinada à seguinte ordem do dia: 1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31.12.2022; 2) demais assuntos consequentes e correlatos aos itens anteriores ou de interesse societário. Porto Alegre, 17/04/2023.
Roberto de Moraes Maisonave - Diretor, Nilda Maria de Medeiros Maisonave - Diretora. 

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

 agencias@jornaldocomercio.com.br

 comercial@jornaldocomercio.com.br

 (51) 3213-1333 / 3213-1338

 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TUKEMA PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ 94.486.511/0001-09 - NIRE 43 3 0004836 5
Convocação – Assembleia Geral Ordinária
 Na forma em que dispõe o §1º e o §2º do art. 124 da Lei 6.404/76, comunica-se que se realizará, no dia 27 de abril de 2023, na sede social da Tukema Participações S.A. ("Companhia"), na Av. Cavalhada, nº 2655, bairro Cavalhada, em Porto Alegre, RS, CEP 91.740-000, às 10h, em primeira chamada, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, ou às 11h, em segunda chamada, com qualquer número de acionistas, Assembleia Geral Ordinária da Companhia, para deliberar sobre a seguintes ordens do dia: tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; e aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2022. Porto Alegre, RS, 17 de abril de 2023. Tukema Participações S.A.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

AGROSETA S.A. CNPJ nº 94.474.061/0001-34 • NIRE 43300032132 • **Edital de Convocação:** Ficam convocados os Srs. acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 8:00 horas do dia 28/04/2023, na Av. 1º de Maio, nº 1.111, em Estância Velha, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1) Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; 2) Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e 3) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que os documentos previstos no Artigo 133 da Lei das Sociedades Anônimas foram publicados e estão disponíveis na sede da Companhia. Estância Velha, RS, 17/04/2023.
Roberto Luz - Diretor Presidente

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

SETA S.A. Extrativa Tanino de Acácia - CNPJ nº 89.717.268/0001-52 - Nire 43300002730 - **Edital de Convocação:** Ficam convocados os Srs. acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 9:00 horas do dia 28/04/2023, na Av. 1º de Maio, nº 1109, em Estância Velha, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1) Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; 2) Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e 3) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que os documentos previstos no Artigo 133 da Lei das Sociedades Anônimas foram publicados e estão disponíveis na sede da Companhia. Estância Velha, RS, 17/04/2023. Roberto Luz - Diretor Presidente ASCOO

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

SETAPAR S.A. - CNPJ nº 93.138.204/0001-74 - NIRE 43300030482 - **Edital de Convocação:** Ficam convocados os Srs. Acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 11:00 horas do dia 28/04/2023, na Av. 1º de Maio, nº 1109, em Estância Velha, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1) Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; 2) Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e 3) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados e que o parecer do conselho fiscal, conforme o art. 133, § 3º, da Lei nº 6.404/76, encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Estância Velha, RS, 17/04/2023. A Diretoria

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TERMOLAR S/A

CNPJ/MF 92.780.634/0001-22 - NIRE 43 3 0000294 2
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
 Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a se realizar em **28 de abril de 2023**, às **14:00** horas, na sede social, à Rua Tamandaré, nº 500, Bairro Camaquã, CEP 91900-790, em Porto Alegre/RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA:**
 1 - Leitura, discussão e aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 2 - Destinação do resultado do exercício; 3 - Eleição dos membros da Administração; 4 - Fixação da remuneração dos administradores; 5 - Assuntos gerais. Porto Alegre/RS, 18 de abril de 2023.
 Natalie Ardrizzo - Diretora

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Paludo Participações S.A.
CNPJ/ME 93.169.340/0001-21 - NIRE 43 3 0003125 0
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
Convocamos os acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará às 9h do dia 27 de abril de 2023, na sede da Companhia, situada na Av. Severo Dullius nº 1.395, 9º andar, Bairro São João, Cep: 90.200-310, na cidade de Porto Alegre, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia, a saber: examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor Independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como a destinação do resultado do exercício. Porto Alegre, RS, 18 de abril de 2023. **Arlindo Paludo** - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL




BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS
CNPJ/MF nº 92.692.979/0001-24
NIRE 43300013651
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas dia 26 de abril de 2023, às 15 horas, na Sede da Companhia, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar, em Porto Alegre – RS, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;
2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022;
3. Deliberar sobre a proposta de Orçamento de Capital elaborada para fins do Art.196, da Lei nº 6.404/76;
4. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos Administradores, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal;
5. Eleger os membros do Conselho de Administração;
6. Eleger membros do Conselho Fiscal, efetivos e respectivos suplentes.

EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Deliberar sobre a proposta de alteração do objeto social da Sociedade;
2. Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) para R\$330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de reais), sem a emissão de novas ações, oriundos da Reserva Especial de Lucros no valor de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais);
3. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social, no seguinte sentido: (i) Caso aprovado o item 1 da Ordem do dia, alterar o Art. 1º para ajustar o objeto social da Sociedade; (ii) Caso aprovado o item 2 da Ordem do dia, alterar o Art. 3º para refletir o novo valor do capital social da Companhia; (iii) Alterar a redação do § 2º do Art. 8º para melhoria e ajuste redacional; (iv) Ajustar a redação Art. 13 para melhoria redacional; (v) Ajustar a redação do § 3º do Art. 13 para refletir as competências do Presidente do Conselho de Administração e Melhoria redacional; (vi) Ajustar a redação do Art. 15, para refletir a prática e melhoria redacional;
4. Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações referidas no item "3" acima.

Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126, da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários. Com o objetivo de organizar os trabalhos das Assembleias, o instrumento de mandato e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação podem, a critério do acionista, ser depositados na sede da Companhia, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar – Unidade de Governança Corporativa, preferencialmente, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista para a realização das Assembleias Gerais. Os documentos relativos aos itens das Ordens do Dia encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na Sede Social da Banrisul S/A Administradora de Consórcios.

Porto Alegre, 18 de abril de 2023.

Fernando Postal
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

**Transportadora
Sulbrasileira de Gás S/A**
CNPJ 03.146.349/0001-24 NIRE 43300039161

CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária**, que se realizará no dia 28 de abril de 2023, às 11h, na Rua Furriel Luiz Antônio Vargas, 250 - Conjunto 1304, Porto Alegre, RS, e **Assembleia Geral Extraordinária**, no mesmo local e data, às 14h, para deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA: Assembleia Geral Ordinária: i. Apreciação das Demonstrações Financeiras e Relatórios de Administração da Companhia, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2022; ii. Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. Assembleia Geral Extraordinária: i. Fixação do montante de recursos destinados à remuneração dos administradores da Companhia; ii. Rerratificação de numeração da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de outubro de 2022.**

Porto Alegre, 12 de abril de 2023.
Guído Rogério Macedo Silveira Filho
Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA INTERNACIONAL S. A.

Carlos Barbosa – RS – CNPJ nº 04.693.723/0001-74 – NIRE: 43300043231

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se cumulativamente, no dia 28 de abril de 2023, às 10h00min (dez horas), na sede da Companhia sita na Av. Ivo Tramontina, nº 1024, em Carlos Barbosa, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I - EM AGO: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; e, **3.** Fixar os honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; **II - EM AGE: 1.** Proposta da Diretoria para aumento do Capital Social em R\$ 15.000.000,00, mediante subscrição particular pelos acionistas; e, **2.** Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 19 de abril de 2023.

Eduardo Scmazzon – Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA

TRAMONTINA INTERNACIONAL S.A.

CNPJ. 04.693.723/0001-74 – NIRE: 43300043231
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

RELATÓRIO DA DIRETORIA.

Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Dos Resultados Abrangentes, Do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, encerrados em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Carlos Barbosa, RS, 20 de abril de 2023. A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM (R\$)		
	2022	2021
Ativo	306.688.378,11	297.133.683,48
Circulante	8.442.518,84	21.858.663,94
Disponibilidades	8.223.414,22	21.858.663,94
Bancos disponível	13.344,11	1.221,94
Bancos investimentos	8.209.070,11	21.857.442,00
Créditos	219.104,62	-
Devedores diversos	20.510,00	-
Impostos a recuperar	197.936,05	-
Adiantamento a fornecedores	658,57	-
Não circulante	298.245.859,27	275.275.019,54
Investimentos	297.336.225,26	274.563.073,38
Intangível	909.634,01	711.496,16
Passivo	306.688.378,11	297.133.683,48
Circulante	87.737,72	8.745.012,10
Obrigações a pagar	87.737,72	20.104,62
IRPJ/CSLL a pagar	-	8.724.907,48
Não Circulante	236.621.577,40	238.791.495,33
Obrigações a pagar	7.442.594,30	-
Provisões a longo prazo	15.370,59	-
Financiamentos e empréstimos	32.404.075,57	30.253.908,63
Passivo a descoberto	196.759.536,94	208.537.586,70
Patrimônio líquido	69.979.062,99	49.597.176,05
Capital social	262.540.999,00	252.541.000,00
Capital integralizado	262.540.999,00	252.541.000,00
Ajustes acumulado de conversão	(57.838.389,90)	(71.007.280,02)
(-) Prejuízos acumulados	(134.723.546,11)	(131.936.543,93)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM (R\$)				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021				
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	232.541.000,00	(38.114.089,40)	(227.560.554,05)	(33.133.643,45)
Lucro do exercício			95.624.010,12	95.624.010,12
Aumento de capital	20.000.000,00		20.000.000,00	20.000.000,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(32.893.190,62)		(32.893.190,62)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	252.541.000,00	(71.007.280,02)	131.936.543,93	49.597.176,05
Lucro do exercício			(2.787.002,18)	(2.787.002,18)
Aumento de capital	9.999.999,00		9.999.999,00	9.999.999,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		13.168.890,12		13.168.890,12
Saldos em 31 de dezembro de 2022	262.540.999,00	(57.838.389,90)	(134.723.546,11)	(69.979.062,99)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM (R\$)		
	2022	2021
Resultado da equivalência patrimonial	17.065.998,44	105.094.333,51
Despesas administrativas e gerais	(17.011.885,25)	(229.576,42)
Outras receitas	323.750,00	370.860,00
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	34.401.633,69	105.235.617,09
Despesas financeiras	(3.998.542,09)	(1.320.726,20)
Receitas financeiras	833.676,72	481.366,48
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	31.236.768,32	104.396.257,37
Imposto de renda e contribuição social	-	(8.772.247,25)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	31.236.768,32	95.624.010,12

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EM (R\$)		
	2022	2021
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.787.002,18)	104.396.257,37
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Ajustes por:		
Amortização do exercício	194.294,01	24.549,86
Provisões do exercício	15.370,59	-
Variações nos Ativos e Passivos		
(Aumento/Redução) em outras contas a receber	(20.510,00)	-
(Aumento/Redução) em contas a pagar	7.509.586,83	16.995,67
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.922.843,53)	(47.339,77)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.011.122,28)	104.390.463,13
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo intangível	(391.981,86)	(736.496,02)
Investimentos	(9.604.261,76)	(95.189.021,31)
Passivo a descoberto	(11.778.049,76)	(14.889.517,20)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(21.774.293,28)	(110.815.034,53)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento/Redução de capital	9.999.999,00	20.000.000,00
Mútuos tomados com partes relacionadas	2.150.166,94	852.503,56
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	12.150.165,94	20.852.503,56
AUMENTO/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO	(13.635.249,72)	14.427.932,16
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	21.858.663,94	7.430.731,78
Caixa e Equivalente de Caixa ao Fim do Exercício	8.223.414,22	21.858.663,94
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(13.635.249,72)	14.427.932,16

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM (R\$)		
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	31.236.768,32	95.624.010,12
Ajustes acumulados de conversão	13.168.890,12	(32.893.190,62)
Resultado abrangente total	18.067.878,20	62.730.819,50

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS:

A empresa tem por objetos sociais a administração de bens, empreendimentos e aplicações de recursos e participações societárias.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei 6.404/76, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

- a) As presentes Demonstrações Contábeis compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2022.
b) **Ativo Não Circulante - Investimentos:** os investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

Empresa	Participação %	Valor do Investimento	Resultado da Equivalência
Tramontina Colômbia	100	31.711.315,99	1.062.550,04
Tramontina Chile	99	44.008.914,20	(865.049,10)
Tramontina México	100	72.744.363,90	16.704.270,39
Tramontina USA (b.1)	100	-	(7.485.970,56)
Tramontina UAE (b.1)	100	-	(1.481.680,56)
Tramontina Caribe	100	10.046.144,25	3.925.255,97
Tramontina United Kingdom	100	1.852.410,48	(821.884,96)
Tramontina África	100	8.744.411,04	852.921,76
Tramontina Urugua	100	44.075.878,43	6.314.283,54
Tramontina Germany	100	3.169.676,67	(2.291.967,33)
Tramontina Singapore	100	6.978.503,10	(962.568,33)

Empresa	Participação %	Valor do Investimento	Resultado da Equivalência
Tramontina Australia	100	6.062.320,79	(3.957.614,27)
Tramontina Del Equador	5	107.583,82	1.140,44
Tramontina Del Peru	100	51.808.918,73	6.618.060,40
Tramontina Riga	100	7.774.253,06	576.890,45
Tramontina Store Chile	80	1.483.194,59	(539.173,61)
Tramontina Store Peru	80	6.312.547,99	1.810.913,77
Tramontina Store Colombia	80	2.752.829,92	466.081,28
Tramontina France	100	1.059.119,47	(1.307.521,08)
Tramontina Iberica	100	519.166,13	(1.526.493,81)
Abdullah & Abdull Rahim	100	12.514.284,22	1.066.997,27
Tramontina Household	100	3.683.161,35	(1.033.443,26)

- b.1) Os investimentos de Tramontina USA e UAE estão contabilizados no Passivo a descoberto nos valores de R\$ 193.484.069,33 e R\$ 3.275.467,61 respectivamente.
b.2) Os investimentos contêm o reconhecimento de um goodwill na compra de uma empresa no valor de R\$ 2.457.453,83
c) **Provisão para IRPJ e CSLL:** a apuração do lucro real e a base de cálculo de Contribuição Social Anual foram feitas com utilização durante os doze meses do ano-calendário do critério de balanços de suspensão ou redução, nos moldes da Lei nº 9.430/96 e IN RFB 1700/17.

NOTA 4 - Por força da Lei nº 11.638/07, a companhia contratou auditor independente para auditar as suas Demonstrações Contábeis, estando o relatório da auditoria à disposição dos interessados na sede da companhia.

NOTA 5 - CAPITAL SOCIAL O capital social está representado por 252.541.000 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00, cada uma, e pertencentes inteiramente a acionistas residentes no País.

Carlos Barbosa, RS, 31 de dezembro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Eduardo Scomazzon - Presidente, Marcos Tramontina - Vice-Presidente, Ildo Paludo, Joselito Gusso, Inácio Chies **DIRETORIA EXECUTIVA:** Ildo Paludo, Inácio Chies.
CONTADOR: Felipe Schmitz - CRC-RS 103.680/O

Urbia Cânions Verdes S.A.

CNPJ 42.699.600/0001-30

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.S.s., o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2022, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 06 de abril 2023. **A Diretoria**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)			
Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	45	10.448
Clientes	6	668	470
Impostos e contribuições a recuperar	7	186	34
Adiantamentos a fornecedores	-	173	69
Estoque	8	52	-
Despesas antecipadas	9	112	84
		1.236	11.105
Não circulante			
Impostos e contribuições diferidos	22	4.459	466
Partes relacionadas - ativo	16	215	4
		4.674	470
Ativo intangível	10	52.073	27.182
Ativo imobilizado	11	832	422
		52.905	27.604
		57.579	28.074
Total do ativo		58.815	39.179

Passivo e patrimônio líquido			
Notas	31/12/2022	31/12/2021	
Circulante			
Empréstimo e financiamentos	12	58.815	36.224
Fornecedores	-	1.889	1.260
Obrigações trabalhistas	13	974	319
Obrigações tributárias	14	263	182
Outras obrigações a pagar	15	205	8
		62.146	37.993
Não circulante			
Partes relacionadas	16	3.256	-
		3.256	-
Total do passivo		65.402	37.993
Patrimônio líquido			
Capital social	17	2.115	2.115
Prejuízos acumulados	-	(8.702)	(929)
		(6.587)	1.186
Total do patrimônio líquido		58.815	39.179

Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida		18	5.686
Custos dos serviços prestados		19	(9.214)
Prejuízo bruto			(3.528)
Despesas comerciais, gerais e administrativas		20	(5.258)
Prejuízo antes do resultado financeiro			(8.786)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		21	136
Despesas financeiras		21	(3.116)
			(2.980)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social			(11.766)
Imposto de renda e contribuição social		22	3.993
Prejuízo do exercício			(7.773)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (em milhares de reais)			
	31/12/2022	31/12/2021	
Prejuízo do exercício		(7.773)	(929)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		(7.773)	(929)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do fluxo de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)			
	31/12/2022	31/12/2021	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(7.773)	(929)

Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais

Apropriação de encargos sobre empréstimo	6.726	108
Apropriação de encargos sobre empréstimo de mútuo	216	-
Amortização do Intangível	999	190
Depreciação	86	13
Outras provisões	197	8
	451	(610)

Variações nas contas patrimoniais

Clientes	(198)	(470)
Impostos a recuperar	(4.145)	(500)
Adiantamento de fornecedores	(104)	(69)
Estoque	(52)	-
Despesas antecipadas	(28)	(84)
Fornecedores	629	1.260
Obrigações trabalhistas	655	319
Obrigações tributárias	81	182
	(3.162)	638

Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades operacionais

Juros pagos	(2.711)	28
	(4.777)	-

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Custo de ativação do intangível	(25.890)	(25.611)
Aquisições do Imobilizado	(496)	(435)

Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades de investimentos

	(31.163)	(26.046)
--	----------	----------

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com terceiros

Captação de empréstimo e financiamento	20.642	34.355
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	20.642	34.355

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas

Capital social	-	2.115
Contas-correntes com partes relacionadas	2.829	(4)

Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades de financiamentos

	2.829	2.111
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(10.403)	10.448

Caixa e equivalentes de caixa

No início do período	10.448	-
No final do período	45	10.448

Aumento de caixa e equivalentes de caixa

	(10.403)	10.448
--	----------	--------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: Em 19 de maio de 2021, a Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. ("Construcap") sagrou-se vencedora da Concorrência nº 1/2020, licitação realizada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, para a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de concessão destinada à realização dos serviços de apoio à visitação, turismo ecológico, interpretação ambiental e recreação em contato com a natureza dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral ("Parques"). Passado todo o processo licitatório e entrega de documentação necessária, foi concedida à Construcap o direito à assinatura do Contrato de Concessão, seguida da constituição da sociedade de propósito específico ("SPE") que seria a subscritora do Contrato, conforme etapas e dispositivos previstos no Edital de Licitação. A Urbia Cânions Verdes S.A. ("Sociedade" ou "Concessionária") é a SPE criada para a assinatura e assunção do Contrato de Concessão nº 01 /2021 ("Contrato de Concessão"), uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 1.853, sala 02, Centro - Cambará do Sul - RS. Sua constituição social foi registrada nos órgãos competentes em 13 de julho de 2021, sob o CNPJ 42.699.600/0001-30, e tem como objeto social a prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de parques nacionais sob o regime de concessão, mais especificamente aqueles relacionados aos serviços de apoio à visitação, turismo ecológico, interpretação ambiental e recreação em contato com a natureza dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral ("Parques"). O capital social da Sociedade subscrito é o valor de R\$ 4.230 mil, sendo R\$ 2.115 mil encontram-se integralizados. Além disso, houve o pagamento da Outorga Fixa ("Outorga Fixa"), no valor de R\$ 20.500 mil, devida ao ICM-Bio em contrapartida à delegação da exploração dos serviços integrantes da concessão antes da assinatura do Contrato de Concessão. Decorrente dos processos e etapas acima descritos, em 12 de agosto de 2021 foi assinado o Contrato de Concessão, entre o ICMBio ("Poder Concedente") e a Urbia Cânions Verdes S.A., no valor de R\$ 29.867 mil que corresponde à projeção do somatório dos investimentos obrigatórios previstos ao longo da Concessão, somado à projeção das outorgas fixa e variável devidas ao longo de toda a Concessão, conforme Anexo I do Contrato de Concessão, com vigência total de 30 anos, sendo que durante os quatro primeiros anos deverão ser realizados os principais investimentos da Concessão. O extrato de Concessão foi publicado no Diário Oficial da União nº 155, em 17 de agosto de 2021. Referente ao setor de atuação da Sociedade, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000, em seu artigo 11, "os Parques Nacionais têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico". Além disso, os Parques são porções do território nacional que, em virtude de seus elevados atributos naturais ou histórico-culturais, estão sob cuidado do Governo Federal, garantido, assim, seu caráter perene para o bem-estar da humanidade, a conservação da biodiversidade e o provimento de serviços ambientais, com destaque ainda à visitação pública com fins recreativos e educacionais, regulamentada pelo Plano de Manejo da Unidade. A operação, direitos e deveres da Concessionária restringem-se às áreas de uso público dos Parques, nas quais há fluxo de visitação, atividades comerciais e operacionais. Neste sentido, a Sociedade desempenha o serviço público de orientação à visitação e oferecimento de variados serviços e facilidades aos visitantes, como bilheteria, controle de estacionamento, transporte interno, banheiros, áreas de hospedagem, serviços de alimentação e bebidas entre outros. Além disso, as atividades operacionais da Sociedade focam-se nos serviços de gestão, e administração operação manutenção e serviços de engenharia dos parques, seguindo o objeto do próprio Contrato de Concessão, acima destacado. Para o cumprimento das cláusulas e encargos oriundos do Contrato de Concessão, principalmente aqueles relativos aos investimentos, obras e intervenções a serem realizados e aos custos absorvidos dentro das áreas de uso público, a Concessionária detém determinados direitos emergentes do Contrato, que traduzem-se na arrecadação de receitas nos Parques. Incluem-se nestas a cobrança de ingresso, e receitas acessórios, dentre outros direitos emergentes do Contrato de Concessão, observados os limites e condições dispostos neste. A Sociedade está em implantação dos principais investimentos, já aprovado pelo ICMBio. Uma série de adequações operacionais, ajustes de manutenção corretiva, melhorias da infraestrutura e implantação de novos atrativos estão em andamento, com autorização do Poder Concedente, para que se disponibilize uma melhor experiência ao visitante, com maior segurança e desfrute.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação: As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em reais (R\$) e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aceitas no Brasil e, requerem o uso de estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 3. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 06 de abril de 2023.

3. Principais práticas contábeis adotadas: a. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e médio prazos, para investimento e/ou outros fins. A Sociedade considera Caixa os saldos em conta corrente de movimento e aplicações financeiras de conversibilidade imediata. As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB - Certificado de Depósito Bancário. **b. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **• Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável; **• Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. Quando as estimativas de perdas avaliadas como possíveis, as mesmas são divulgadas em Notas Explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram reconhecidos e/ou divulgados saldos relacionados a demandas judiciais devido não haver processos ou reclamações processuais nas esferas cível, trabalhista e tributária. **c. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando for aplicável. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de explorar comercialmente os espaços, edificações e áreas formados por estes ativos, após o período de investimento ter sido plenamente concluído e atestado pelo Poder Concedente. Antes disso, trata-se de intangível em andamento. Nesta circunstância, a receita da Concessionária está condicionada ao uso do ativo e a sua geração de caixa esperada, dado que os riscos de mercado e demanda são suportados, em situações de normalidade, pela própria

Concessionária. Por se tratar de uma concessão onerosa, não há previsão contratual de recebimento de qualquer contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente pela utilização e operação do ativo intangível. O direito de exploração deste está atrelado ao devido pagamento das Outorgas Fixa e Variável (o percentual da Receita Operacional Bruta obtida pela Concessionária). Por este motivo, a Outorga Fixa foi contabilizada no Intangível desde o exercício de seu pagamento, e deverá ser amortizada proporcionalmente ao prazo da Concessão e à utilização dos ativos segundo a projeção da demanda operacional dos Parques. Até o atual período, os itens ativados no Intangível dizem respeito à Outorga Fixa, juros capitalizados sobre empréstimos, gastos de desenvolvimento e gastos pertinentes as melhorias previstas no objeto da concessão, que contribuirão para a determinação futura do intangível, portanto, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária. **d. Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada, calculada com base no método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos. As taxas médias de depreciação aplicadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº11. **e. Contratos de concessão ICPC 01 (R1):** A Sociedade contabiliza os deveres, encargos e direitos do Contrato de Concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere a Concessionária o direito de controle do uso e posse da infraestrutura de serviços. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato. A Concessionária tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do Poder Concedente, nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo determinado. A Concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de auferir receitas nos espaços destinados ao serviço público e não possui direito a receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a não ser em revisões extraordinárias do Contrato com vistas à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do mesmo. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do Contrato de Concessão e proporcionalmente à demanda operacional. O direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração, sendo a mesma onerosa. Outorga Fixa como critério licitatório foi paga à vista, concomitantemente à assinatura do Contrato de Concessão. A amortização da outorga será efetuada com base no período contratual de 30 anos e proporcionalmente à demanda operacional projetada. Está previsto também no Contrato o pagamento da outorga variável que corresponderá a um percentual de 1,6% sobre a Receita Operacional Bruta, a ser recolhido mensalmente a partir do 49º mês de vigência do Contrato de Concessão, até o 10º dia útil do mês subsequente. O percentual da outorga variável pode ser acrescido de até 1,5% nos termos do anexo V do Contrato de Concessão. **f. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estado de viabilidade econômica que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente, comparados ao Intangível Líquido presente (*carrying amount*). **g. Outros ativos e outros passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **h. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade compactua formalmente das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem aplicações financeiras, outros recebíveis, caixa e equivalente de caixa, fornecedores e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **i. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **j. Apropriação de despesas:** As despesas administrativas e de consumo, necessárias à sua manutenção, foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência. **k. Receita operacional:** As receitas das Sociedades são registradas nas demonstrações contábeis de acordo com os dispositivos do Pronunciamento técnico CPC 47 - Contratos com clientes. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Sociedade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e que prováveis benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação a qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: **1)** Identificação do contrato; **2)** Identificação das obrigações de desempenho; **3)** Determinação do preço da transação; **4)** Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; **5)** Reconhecimento da receita. Essas operações estão relacionadas a venda de ingressos, cessão de espaço para estacionamento, lanchonetes, dentre outras, caracterizadas, para todos os fins, como "Receitas dos Parques". **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **m. Contas a receber:** O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados e quando se torna parte das disposições contratuais, como por exemplo o contrato de patrocinadores, segregando as parcelas de curto e longo prazo. **n. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **o. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis. Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas,

ativos e passivos, bem como as divulgações e passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no próximo exercício financeiro é: **Perda da redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Administração revisa periodicamente o valor contábil dos ativos de longo prazo, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando existir perda de seu valor recuperável será constituída uma provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Fato que não ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Amortização do intangível:** A Sociedade possui ativos intangíveis operacionais que são demonstrados ao custo da aquisição, deduzidos da amortização calculada de acordo com a curva de demanda do Parque pelo período da concessão. **3.1 Novos pronunciamentos emitidos: Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. **b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado:** Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo comportar/reduzir o custo de formação do imobilizado. **c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020:** Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo; **d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15:** Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2022. Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Sociedade, a saber: **a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23** - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32** - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50** - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06** - trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:** a. Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos da Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de rela-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Urbia Cânions Verdes S.A. - Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

31/12/2022		31/12/2021	
11. Ativo imobilizado			
a) Composição			
	Custo	Depreciação	Líquido
Máquinas e equipamentos	369	(31)	338
Móveis e utensílios	392	(26)	366
Equipamentos de informática	84	(13)	71
Veículos	73	(16)	57
	<u>918</u>	<u>(86)</u>	<u>832</u>
			<u>422</u>
b) Movimentação			
	31/12/2021	Adições	Depreciação
Máquinas e equipamentos	211	158	(31)
Móveis e utensílios	89	303	(26)
Equipamentos de informática	49	35	(13)
Veículos	73	-	(16)
	<u>422</u>	<u>496</u>	<u>(86)</u>
			<u>832</u>
12. Empréstimo			
Instituição Financeira	Modalidade	Encargos	31/12/2022
Banco Bradesco S.A.	Capital de Giro	CDI + 2,8506 % a.a.	37.333
Banco Bradesco S.A.	Conta Garantida	CDI + 4,8845 % a.a.	5.642
Banco Santander S.A.	Célula de crédito	CDI + 4,6300 % a.a.	15.840
			<u>58.815</u>
			<u>36.224</u>
Movimentação dos empréstimos e financiamentos			
Descrição	31/12/2021	(+) Captações	(+) Aprop. Jrs/aprop.
Banco Bradesco - Contr. 015040162	36.224	- (4.389)	5.498
Banco Bradesco - Conta Garantida	-	5.642 (388)	388
Banco Santander - Contr. 10489	-	15.000	- 840
	<u>36.224</u>	<u>20.642</u>	<u>(4.777)</u>
			<u>6.726</u>
			<u>58.815</u>
			<u>58.815</u>
A Sociedade adquiriu o empréstimo bancário em 05 de agosto de 2021 com vencimento em 357 dias. Em 02 de agosto de 2022 os juros referentes à esta operação foram liquidados e foi assinado um aditivo postergando a data de vencimento do principal para 30 de janeiro de 2023. Este empréstimo foi adquirido principalmente para financiar o pagamento da outorga, investimentos e a operação até as atividades geradoras de caixa iniciarem. Em 02 de setembro de 2022 a Sociedade adquiriu um novo empréstimo com vencimento também para 365 dias, este adquirido para suportar os investimentos realizados na infraestrutura do parque. Estes empréstimos não preveem covenants financeiros como hipótese de vencimento antecipado e a sociedade se encontra adimplente com todas as suas obrigações em ambos os contratos.			
13. Obrigações trabalhistas			
	31/12/2022	31/12/2021	
Provisão de férias	371	64	
Salários a pagar	240	119	
INSS a recolher	148	80	
Provisão de encargos sobre férias	128	22	
IRRF a recolher	67	21	
FGTS a recolher	20	13	
	<u>974</u>	<u>319</u>	
			<u>31/12/2022</u>
			<u>31/12/2021</u>
			<u>48</u>
			<u>54</u>
			<u>49</u>
			<u>58</u>
			<u>24</u>
			<u>48</u>
			<u>5</u>
			<u>46</u>
			<u>16</u>
			<u>263</u>
			<u>182</u>
14. Obrigações tributárias			
	31/12/2022	31/12/2021	
INSS retido	48	54	
Pis/COFINS/CSLL retidos	97	49	
Iss retido	24	58	
Imposto de renda retido	48	5	
Impostos sobre venda	46	16	
	<u>263</u>	<u>182</u>	
15. Outras obrigações a pagar: As retenções de caução são retenções contratuais de 5% sobre valores estipulados em contrato, que são retidos de prestadores de serviço, para pagamento condicionado ao final da prestação de serviço ou do prazo de garantia.			
	31/12/2022	31/12/2021	
Caucões	205	8	
	<u>205</u>	<u>8</u>	
16. Transações com Partes relacionadas: No Ativo não circulante			
Natureza da operação	Parte relacionada	31/12/2022	31/12/2021
Conta corrente	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	215	4
		<u>215</u>	<u>4</u>
No intangível			
Natureza da operação	Parte relacionada	31/12/2022	31/12/2021
Prestação de Serviço	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	12.865	2.572
		<u>12.865</u>	<u>2.572</u>
No Passivo não circulante			
Natureza da operação:	Parte relacionada	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimo	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	3.256	-
		<u>3.256</u>	<u>-</u>
Demonstração do Resultado			
Despesa financeira		31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre empréstimo		216	-
		<u>216</u>	<u>-</u>
		<u>216</u>	<u>-</u>
Demonstração do resultado			
Natureza dos serviços prestados pela Construcap CCPS: Serviços executados de obras civis, incluindo demolição, construção e reforma, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, a fim de melhorar e ampliar a infraestrutura dos parques, seus caminhos, a acessibilidade, seu mobiliário, a sinalização e a comunicação visual, as estruturas de serviços e apoios aos usuários e de apoio operacional.			
17. Patrimônio Líquido: 17.1. Capital social: O capital social está representado por 4.229.882 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizados parcialmente. O montante integralizado até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 2.115.			
17.2. Reserva de lucros Reserva legal: Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. A Sociedade não constituiu reserva legal em função do resultado.			
17.3. Dividendos: A Sociedade poderá efetuar a livre distribuição de dividendos a seus acionistas ou pagamento de títulos de participação de lucros com base no balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, sempre que permitido for levantar balanços extraordinários para os fins retro mencionado. Ressalta-se que em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (um por cento) do lucro líquido ajustado.			
18. Receitas operacionais líquidas			
	31/12/2022	31/12/2021	
Gestão de parques	6.394	1.649	
Tributos sobre vendas	(708)	(184)	
	<u>5.686</u>	<u>1.465</u>	
19. Custos dos serviços prestados			
	31/12/2022	31/12/2021	
Pessoal	(2.196)	(291)	
Serviços	(4.975)	(976)	
Materiais	(375)	(167)	
Manutenção	(187)	(22)	
Seguros	(124)	(40)	
Aluguéis	(151)	(161)	
Amortização	(907)	(190)	
Outros custos	(201)	(81)	
	<u>(9.116)</u>	<u>(1.928)</u>	
Custos da mercadoria vendida	(98)	-	
	<u>(9.214)</u>	<u>(1.928)</u>	
20. Despesas comerciais, gerais e administrativas			
	31/12/2022	31/12/2021	
Outras despesas	(1.907)	(325)	
Serviços prestados	(1.525)	(111)	
Pessoal	(836)	(181)	
Aluguéis	(745)	(109)	
Impostos e taxas	(111)	(47)	
Depreciação	(78)	(13)	
Materiais	(55)	(33)	
Despesas não dedutíveis	(1)	(25)	
	<u>(5.258)</u>	<u>(844)</u>	
21. Receitas e despesas financeiras: Receitas financeiras			
	31/12/2022	31/12/2021	
Juros sobre aplicação financeira	230	351	
Outras receitas financeiras	3	-	
Capitalização sobre a receita financeira	(86)	(278)	
Impostos sobre receitas financeiras	(11)	(17)	
	<u>136</u>	<u>56</u>	
Despesas Financeiras			
	31/12/2022	31/12/2021	
Encargos sobre empréstimos	(6.795)	(1.224)	
Encargos sobre mutuo	(216)	-	
Capitalização de encargos sobre empréstimo	3.947	1.761	
Outras despesas financeiras	(52)	(681)	
	<u>(3.116)</u>	<u>(144)</u>	
22. Imposto de renda e contribuição social diferidos			
Descrição	31/12/2022	31/12/2021	
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízo fiscal exercício anterior	(1.371)	-	
Movimentação da base do diferido, líquidos	(11.743)	(1.371)	
Base ajustada	(13.114)	(1.371)	
No Ativo não circulante			
IRPJ	3.279	343	
CSLL	1.180	123	
	<u>4.459</u>	<u>466</u>	
Na demonstração de resultados			
IRPJ	2.936	343	
CSLL	1.057	123	
	<u>3.993</u>	<u>466</u>	
23. Seguros (não auditado): A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.			
	31/12/2022	31/12/2021	
Companhia	Modalidade	Vencimento	Montante da cobertura em
	das Apólices		(Milhares de R\$)
Swiss Re Corporate	Responsabilidade		
Solutions Brasil Seguros	Civil Geral	19/11/2023	3.000
Axa Seguros S.A.	Riscos Operacionais	02/08/2023	1.643
	Responsabilidade		
Tokio Marine Seguradora S.A.	Civil Geral	20/10/2023	4.140
			<u>8.783</u>
24. Obrigações e compromissos com o poder concedente: A Sociedade terá como obrigação, a execução do Contrato de Concessão, principalmente do quanto disposto nos encargos da Concessão, descritos, em sua maioria, no Anexo I - Projeto Básico de Edital de Licitação. Tais obrigações engloba, em síntese, a revitalização, modernização, operação, manutenção e gestão das áreas de uso público dos Parques, conforme clausula 11ª do Contrato de Concessão, ou seja, os encargos advindos do Contrato de Concessão, aos quais a Concessionária se vincula relacionam-se aos serviços de apoio à visitação, turismo ecológico, interpretação ambiental e recreação em contato com a natureza, conforme a cláusula 4.1 do Anexo I - Projeto Básico ao Edital. A Sociedade terá como principais obrigações dispor de equipamentos, materiais, contratação de terceiros e equipe adequada para consecução de todas as obrigações estabelecidas no Contrato, mantendo durante todo o Contrato condições necessárias para execução do Objeto, bem como assumir integralmente a responsabilidade pela execução e eficiência dos serviços obrigatórios. A Sociedade deve realizar investimentos obrigatórios visando a melhoria das áreas e infraestrutura de uso público e o oferecimento de novos serviços aos visitantes, conforme cronograma e especificações contidas no Anexo I - Projeto Básico ao Edital. A Sociedade deverá cumprir com todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação ambiental, tributária, trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, dentre outras. A Sociedade deverá apresentar, até o quinto dia útil de cada mês, relatórios gerenciais contendo informações relacionadas ao fluxo de visitantes, contendo no mínimo os números de visitantes, de isenções e cortêsias, horários e dias de pico; e ao valor arrecadado com a cobrança de ingresso e outras receitas dos Parques. Ademais, deverá apresentar ao Poder Concedente, em até 30 (trinta) dias, contados a partir do fim do trimestre, suas demonstrações financeiras trimestrais completas e apresentar anualmente e em até 120 (cento e vinte) dias, contados do encerramento do exercício, relatório auditado de sua situação contábil, incluindo, dentre outros itens, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados correspondentes, além de relatório anual de conformidade, contendo a descrição das atividades realizadas e outros dados relevantes.			
25. Eventos subsequentes: Em 24 de janeiro de 2023, a Urbia Cânions Verdes S.A. assinou, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), o Contrato de Financiamento que disponibiliza crédito com a finalidade de apoiar os investimentos destinados a revitalização, modernização e manutenção de áreas dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, no âmbito do Contrato de Concessão ICMBio nº 01/2021, celebrado entre ICMBio e Urbia Cânions Verdes S.A. em 12/08/2021. O montante será desembolsado de forma parcelada, conforme as condições de liberação previstas, e está dividido em dois Subcréditos, sendo R\$ 43.800 provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e R\$ 53.028 oriundos do FINEM. Esta operação não só qualifica a estrutura de capital da Sociedade, como reforça seu compromisso socioambiental. Em 30 de janeiro de 2023, a Sociedade liquidou, na data de vencimento, os juros referentes ao empréstimo contratado, na modalidade de capital giro, junto ao Banco Bradesco, Contrato 15040162. Foi assinado um aditivo postergando a data de vencimento do principal para 16 de março de 2023.			

Diretoria: Victor Serrano Pereira - Diretor Administrativo Financeiro **Contadora:** Lucimeire Lopes Muller - CRC 1SP 271740/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da Urbia Cânions Verdes S.A. - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Urbia Cânions Verdes S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes:** Os valores correspondentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, não foram examinados por nós nem por outros auditores independentes. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes**

para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; **• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; **• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.****

São Paulo, 06 de abril de 2023

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. **Diego Cavalcante Bastos**
 CRC 2 SP 013846/O-1 Contador - CRC 1 SP 292913/O-9

 Termolar S.A. CNPJ 92.780.634/0001-22 NIRE 43 3 0000294 2	SENHORES ACIONISTAS: Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparativas ao exercício de 2021, as quais refletem a situação econômico-financeira da Companhia. A administração coloca-se a inteira disposição dos Senhores Acionistas, para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários ao amplo e integral conhecimento dos atos de sua gestão. A Administração
---	---

Balço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro - (Em milhares de reais)				Demonstração do Resultado dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)			Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de reais)							
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021		Nota	2022	2021			
CIRCULANTE			CIRCULANTE			Receita Operacional Líquida			DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	04	6.185	8.477	Fornecedores.....	10	32.815	26.052	(-) Custos dos Produtos e Mercadorias		218.787	174.825	Resultado do Exercício.....	279	(6.775)
Contas a Receber de Clientes.....	05	44.207	36.981	Obrigações Sociais.....	11	5.962	5.381	Vendidos	(160.147)	(136.115)	Ajustes:			
Estoque.....	06	20.821	18.532	Obrigações Tributárias.....	12	31.694	8.681	Lucro Bruto	58.640	38.710	Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(995)	-	
Impostos a Recuperar.....	07	2.768	3.393	Empréstimos e Financiamentos.....	13	40.424	42.721	Despesas Operacionais			Depreciação e Amortização.....	1.781	1.481	
Outros Créditos.....	05	2.457	1.211	Adiantamentos de Clientes.....	10	7.230	3.047	Despesas com Vendas.....	(24.816)	(25.285)	Provisão para Contingências.....	272	(910)	
Despesas do Exercício Seguinte.....		620	811	Juros sobre o Capital Próprio.....	10	1.399	1.387	Despesas Gerais e Administrativas.....	(14.259)	(13.541)	Outras Provisões.....	(70)	(111)	
Total do Ativo Circulante	77.058	69.405		Outras Provisões.....	17	2.841	2.234	Outras Receitas (Despesas).....	4.217	2.894	Lucro Líquido do Exercício Ajustado	1.198	(7.529)	
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE			Total das Despesas Operacionais			Caixa Líquido do Exercício Ajustado					
Realizável a Longo Prazo				Obrigações Tributárias.....	12	13.066	19.012	(34.858)	(35.932)			Contas a Receber de Clientes.....	(7.226)	(538)
Partes Relacionadas.....	14	46.843	42.715	Empréstimos e Financiamentos.....	13	23.650	37.225	Resultado Antes das Despesas e Receitas Financeiras	23.782	2.778	Estoque.....	(2.289)	(492)	
Impostos a Recuperar.....	07	306	320	Provisão para Contingências.....	16	1.112	840	Resultado Financeiro.....	(23.181)	(10.767)	Impostos a Recuperar.....	639	(85)	
Tributos Diferidos.....	15	6.488	6.419	Outras Provisões.....	17	2.841	3.962	Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	601	(7.989)	Outros Créditos.....	(1.374)	2.001	
Depósitos Judiciais.....	16	1.543	1.441	Tributos Diferidos.....	15	12.237	12.237	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.....	(570)	-	Depósitos Judiciais.....	(102)	(131)	
Outros Créditos.....		453	345	Outras Obrigações.....	10	516	-	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	15	248	Despesas do Exercício Seguinte.....	191	(411)	
Total do Realizável a Longo Prazo	55.633	51.220		Total do Passivo Não Circulante	53.422	73.276		Resultado do Exercício	279	(5.775)	(Aumento ou Diminuição do Ativo)	(10.161)	344	
Imobilizado.....	08	65.242	63.761	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Resultado por Ação em Reais (lote 1.000 ações).....	22	139,50	Fornecedores.....	6.763	(3.089)	
Intangível.....	09	23.346	23.375	Capital Social.....	18	43.593	43.593				Obrigações Sociais.....	581	867	
Total do Ativo Não Circulante	144.221	138.356		Ações em Tesouraria.....	18 (a)	(521)	(521)				Obrigações Tributárias.....	17.067	(4.612)	
TOTAL DO ATIVO	221.279	207.761		Reservas de Reavaliação.....	18 (b)	3.947	4.013				Outras Contas a Pagar.....	5.481	1.038	
				Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	18 (c)	18.177	18.177				Aumento ou (Diminuição) do Passivo Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	29.892	(5.796)	
				Prejuízos Acumulados.....		(21.409)	(20.759)				DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
				Total do Patrimônio Líquido		43.787	44.503				Aquisição de Imobilizado.....	(4.879)	(4.803)	
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		221.279	207.761				Aquisição de Intangíveis.....	(33)	(25)	
											Alienação de Imobilizado.....	1.679	34	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)						Demonstração dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Reavaliação	Ajuste de Aval. Patrimonial (AAP)	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total	2022	2021
Em 31 de dezembro de 2020	43.593	(521)	4.079	18.177	(15.050)	50.278		
Prejuízo do Exercício.....	-	-	-	-	(5.775)	(5.775)		
Realização da Reavaliação do Imobilizado.....	-	-	(100)	-	100	-		
Tributos Dif. sobre Realização da Reavaliação	-	-	34	-	(34)	-		
Em 31 de dezembro de 2021	43.593	(521)	4.013	18.177	(20.759)	44.503		
Lucro do Exercício.....	-	-	-	-	279	279		
Ajuste de Exercícios Anteriores.....	-	-	-	-	(995)	(995)		
Realização da Reavaliação do Imobilizado.....	-	-	(100)	-	100	-		
Tributos Dif. sobre Realização da Reavaliação	-	-	34	-	(34)	-		
Em 31 de dezembro de 2022	43.593	(521)	3.947	18.177	(21.409)	43.787		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS: A Companhia tem como atividade operacional preponderante a produção e comercialização de garrafas térmicas, produtos isotérmicos, produtos e utilidades de uso doméstico e artigos para camping. A TERMOLAR S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e controle acionário nacional, com CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 92.780.634/0001-22, com sede em Porto Alegre (RS), Rua Tamandaré, nº 500, Bairro Camaquã, CEP 91.900-790. A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 17 de abril de 2023.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 - R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, conforme Resolução CFC nº 1.255/09.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:
3.1. Classificação de Itens Circulantes e Não-Circulantes: No Balço Patrimonial, ativos e obrigações vinculados ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.
3.2. Compensação Entre Contas: Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.
3.3. Transações em Moeda Estrangeira: Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados em moeda funcional Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional da seguinte forma: os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas de câmbio da data da transação.
3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.
3.5. Ativos Financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mantidos até o vencimento e b) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (a) *Mantidos até o Vencimento:* Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidas no resultado quando incorridos. (b) *Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa". Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).
3.6. Contas a Receber de Clientes: As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para *impairment* quando necessária.
3.7. Estoques: Os estoques de mercadorias para revenda foram demonstrados ao custo médio de aquisição, líquidos de impostos recuperados, e não superior aos preços de mercado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e indireta, outros custos diretos e indiretos e as respectivas despesas diretas e indiretas de produção.
3.8. Imobilizado: Os itens do imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos com um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	2022	2021
Caixa.....	7	3
Bancos Conta Movimento.....	1.963	3.133
Aplicações Financeiras.....	4.215	5.342
Total	6.185	8.477
As aplicações financeiras são remuneradas por 94,75% do CDI.		
NOTA 05 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER		
	2022	2021
Duplicatas a Receber Clientes.....	44.839	37.602
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(632)	(621)
Contas a Receber de Clientes	44.207	36.981
Adiantamentos.....	1.792	697
Outros.....	665	514
Total	2.457	1.211
Parcela Circulante	23.936	38.192
Partes Relacionadas.....	46.843	42.715
Parcela Não Circulante	46.843	42.715
Total a Receber de Clientes.....	44.207	36.981
Total das Demais Contas a Receber.....	49.300	43.926
Total Geral	93.507	80.907

NOTA 06 - ESTOQUES		
	2022	2021
Produtos Prontos.....	9.449	4.852
Produtos em Processo.....	2.790	2.083
Matérias Primas.....	6.640	10.619
Embalagens.....	182	621
Em poder de Terceiros.....	442	-
Importações em Andamento.....	1.318	357
Total	20.821	18.532

NOTA 08 - IMOBILIZADO					
	Prédios e Terrenos	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Computadores e Periféricos	Imobilizado em Andamento	Total
Taxas anuais de depreciação.....	1,66%	3,33 a 20%	10%	20%	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	42.540	8.139	29.750	1.757	853
Custo.....	42.540	8.139	29.750	1.757	853
Depreciação Acumulada.....	-	(3.829)	(18.174)	(1.481)	(642)
Valor contábil líquido	42.540	4.310	11.576	276	211
Adições.....	-	-	3.393	264	3
Baixas.....	-	-	(34)	-	-
Depreciação.....	-	(102)	(1.161)	(44)	(32)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	42.540	4.208	13.774	496	182
Custo.....	42.540	8.139	33.109	2.021	856
Depreciação Acumulada.....	-	(3.931)	(19.335)	(1.525)	(674)
Valor contábil líquido	42.540	4.208	13.774	496	182
Adições.....	-	-	2.192	886	11
Baixas.....	-	-	-	-	-
Depreciação.....	-	(137)	(1.342)	(112)	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	42.540	4.071	14.624	1.270	166
Custo.....	42.540	8.139	35.301	2.907	869
Depreciação Acumulada.....	-	(4.068)	(20.677)	(1.637)	(701)
Valor contábil líquido	42.540	4.071	14.624	1.270	166

NOTA 09 - INTANGÍVEL			
	Software	Marcas e patentes	Total
Taxas de Amortização.....	20%	(a)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	846	23.206	24.052
Custo.....	846	23.206	24.052
Amortização Acumulada.....	-	(639)	-
Valor contábil líquido	207	23.206	23.413
Aquisição.....	25	-	25
Amortização.....	(63)	-	(63)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	169	23.206	23.375
Custo.....	871		

»» Continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Liquidez Corrente	2022	2021					NOTA 18 - CAPITAL SOCIAL: O Capital Social é dividido em 2.000 ações ordinárias conforme a seguir:		Outras Despesas		2022	2021	
Ativo Circulante	46.882	69.405	Tributos Diferidos Passivos				Capital Social		Impostos e Taxas		(366)	(90)	
Passivo Circulante	118.494	89.982	Diferenças Temporárias				Em Milhares de Reais		Outras Despesas		(25)	(60)	
Liquidez Corrente	0,40	0,77	Reservas de				Em %		Total das Despesas Operacionais		(391)	(150)	
As referidas cláusulas restritivas foram pactuadas junto aos bancos Banco do Brasil e Santander, são elas: a) Relação entre Dívida Líquida / Ebitda, não superior a 2,0x a partir de dezembro de 2021; e, b) Índice de Liquidez acima de 1,2 a partir de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2022, as cláusulas de covenant não foram atingidas.			Custo						Total das Receitas e (Desp.) Operacionais		4.217	2.894	
NOTA 14 - PARTES RELACIONADAS: A Companhia é controlada por Termopar - Termolar Participações Ltda., com 96,324%. Nos múltiplos entre as empresas, os contratos preveem taxas de juros similares ao custo de captação de recursos junto ao mercado financeiro.			Reavaliação						(a) No exercício de 2021 a Companhia promoveu o levantamento de créditos extemporâneos de PIS e Cofins com base no critério de insunho. (b) Receita oriunda de êxito no Processo Previdenciário de nº 19614.759656/2022-66, cuja data de trânsito em julgado ocorreu em 05/04/2022.				
14.1. Operações com Partes Relacionadas: As transações com partes relacionadas estão a seguir descritas:			Atribuído						NOTA 21 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS				
Ativo Não Circulante			Útil						Receitas Financeiras		2022		2021
Termopar - Termolar Participações Ltda.....			Total						Atualização de Tributos a Recuperar		22		14
Total.....			Contingências						Receitas de Aplicação		693		273
			Total						Juros Recebidos		158		124
			Reversão de provisão						Descontos Obtidos		24		84
			Em 31 de dezembro de 2019						Variação Cambial		873		152
			Em 31 de dezembro de 2020						Atualização de Depósitos Judiciais		72		-
			Em 31 de dezembro de 2021						Total das Receitas Financeiras		1.842		647
			Em 31 de dezembro de 2022						Despesas Financeiras		2022		2021
			Efeito Líquido						Multas e Juros sobre Tributos		(2.355)		(782)
			Reversão de provisão						Despesas Bancárias		(6.314)		(1.097)
			Em 31 de dezembro de 2022						IOF		(359)		(141)
			Efeito Líquido						Descontos Concedidos		(496)		(296)
			Reversão de provisão						Juros sobre Empréstimos		(12.990)		(7.123)
			Em 31 de dezembro de 2022						Juros Capital Próprio		(1.460)		(1.455)
			Efeito Líquido						Variação Cambial Passiva		(1.049)		(520)
			Reversão de provisão						Total das Despesas Financeiras		(25.023)		(11.414)
			Em 31 de dezembro de 2022						Resultado Financeiro Líquido		(23.181)		(10.767)
			Efeito Líquido						NOTA 22 - RESULTADO POR AÇÃO		2022		2021
			Reversão de provisão						Numerador				
			Em 31 de dezembro de 2022						Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da Empresa				
			Efeito Líquido						Resultado disponível aos acionistas ordinários		279		(5.775)
			Reversão de provisão						Total		279		(5.775)
			Em 31 de dezembro de 2022						Denominador (em quotas)				
			Efeito Líquido						Quantidade de ações ordinárias emitidas		2000		2000
			Reversão de provisão						Total		2000		2000
			Em 31 de dezembro de 2022						Resultado por Ação no Final do Exercício, em Reais		139,50		(2.887,50)
			Efeito Líquido						Valor por ação				
			Reversão de provisão						NOTA 23 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - EBITDA (LAJIDA)		2022		2021
			Em 31 de dezembro de 2022						Receita Operacional Líquida		218.787		174.825
			Efeito Líquido						Custo das Merc. e Serviços Vendidos		(160.147)		(136.115)
			Reversão de provisão						Lucro Operacional Bruto		58.640		38.710
			Em 31 de dezembro de 2022						(-) Despesas com Vendas		(24.816)		(25.285)
			Efeito Líquido						(-) Despesas Gerais, Administrativas e Operacionais		(10.042)		(10.647)
			Reversão de provisão						(+/-) Depreciação / Amortização		1.781		1.481
			Em 31 de dezembro de 2022						EBITDA		25.563		4.259
			Efeito Líquido						% sobre Receita Operacional Líquida		11,68%		2,44%
			Reversão de provisão						NOTA 24 - COBERTURA DE SEGUROS (Não Auditado): A administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações produtivas e administrativas.				

NATALIE ARDRIZZO Diretora

EDUARDO MATTOS CARDOSO Contador
CRC/RS 070236/O-9

AUDITADA POR MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

ALFREDO HIRATA Contador
CRC (SC) nº 0018.835/O-7-T SP

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

FUGA COUROS S.A. CNPJ Nº 91.302.349/0001-33 – NIRE Nº 43.300.015.289. CONVOCAÇÃO: Convidamos os Senhores Acionistas para se reunirem em nossa sede social, na Rua José Fuga, 1155, Bairro Constante Fuga em Marau/RS, às 09 (nove) horas do dia 28 de abril de 2023, a fim de tratar: **ORDEM DO DIA: em Assembleia Geral Ordinária (AGO):** 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o balanço patrimonial e demais demonstrações previstas no Art. 176 da Lei Nº 6404/76, correspondente ao exercício social findo em 31.12.2022; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2022 e a distribuição de dividendos; 3. Eleição do Conselho de Administração pela Assembleia e Eleição da Diretoria pelo Conselho; 4. Fixação da remuneração global anual da Diretoria e do Conselho de Administração. 5. Deliberar acerca da gratificação aos Administradores. **Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE):** 1. Alteração da razão social Fuga Couros S.A. para Fuga S.A.; 2. Incluir no Estatuto que o Conselho de Administração possui o seu regimento interno; 3. Inclusão da atividade: Testes e análises técnicas, objeto do CNAE 7120-1/00 na Matriz e Filial de Camargo/RS, inscrita no CNPJ 91.302.349/0016-10; 5. Deliberar sobre a forma de convocação e realização das Assembleias; 6. Alteração do endereço da Fuga Couros S.A. – Filial Várzea Grande. 7. Deliberar sobre a permanência dos diretores em seus respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos diretores e registro da ata pela Junta Comercial; 8. Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social com as alterações aprovadas em assembleia; 9. Outros assuntos gerais. MARAU, 20 de abril de 2023. Constante Caetano Fuga – Presidente do Conselho de Administração. **ASCOI**

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEAL

CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A. CNPJ/MF 92.691.336/0001-66 - NIRE 43 3 0001535 1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Aos Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Crédito Real Imóveis e Condomínios S.A. apresenta-lhes o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras. O ano de 2022 foi parcialmente influenciado pela pandemia de Covid-19 e as consequentes ações governamentais para o controle da doença e proteção da população, especialmente no primeiro trimestre. A partir do segundo trimestre, os negócios, de forma geral, foram sendo lentamente retomados, com a redução gradativa das negociações de aluguéis, a redução da inadimplência e a retomada dos negócios de compra e venda. Entretanto, as alterações de processos, novas imposições governamentais e o consequente reflexo da inflação, elevaram os custos gerais e administrativos. O segundo semestre foi fortemente influenciado pelo cenário de incertezas políticas, protagonizado pela pelas eleições majoritárias e a mudança de governo. **Acompanhamento de gestão:** Diante do quadro de incertezas e de necessidade de recuperação de resultados, a companhia seguiu, dentro dos limites de investimentos com o projeto de expansão de vendas através de franquias e a expansão do

produto Aluga Fácil e Entrega Fácil. O produto Aluga Fácil, com adesão e resposta muito positiva do mercado, já representa 65% das novas locações residenciais fora do RS foi instalada em Florianópolis/SC, dando abertura a uma grande procura por esta modalidade de serviços. Os serviços de condomínios foram os menos impactados durante o exercício, restando observação sobre o alto nível de competição neste mercado. Pelo terceiro ano consecutivo a empresa é agraciada com o reconhecimento na gestão de pessoas através da certificação GPTW ("Great Place to Work"). **Plano de Expansão:** Para a avaliação da capacidade de expansão dos produtos e serviços de franquias, bem como, os produtos de locação, a companhia contratou consultoria especializada em fusões e aquisições, para o desenvolvimento de um modelo econômico-financeiro de expansão, até o ano de 2026. Este trabalho foi profundamente detalhado e debatido junto ao Conselho de Administração, resultando na aprovação da sua execução, com investimentos totais de R\$ 85.000.000, em quatro anos, focados na expansão geográfica do modelo de franquias, aquisições de carteiras de locação, investimentos em tecnologia e infraestrutura, concomitante com um trabalho de eficiência operacional. Para o início do projeto de expansão, vou aprovado pelos acionistas, em AGE específica, o aporte de capital de R\$ 25.000.000, realizado integralmente no mês de outubro, sendo o restante do capital, reinvestido pela companhia. **Governança:** O modelo de Governança adotado segue estável, realizando acompanhamento constantes dos resultados alcançados em relação às metas traçadas, revisando o planejamento e ajustando o curso sempre que necessário, fortalecendo nossos diferenciais competitivos no processo de gestão da Companhia. A diretoria

Balanco Patrimonial dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais)				
ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
CIRCULANTE				
Caixa e equiv. de caixa.....	21.861.529	7.218.159	22.286.157	7.623.267
Contas a receber.....	15.116.948	20.930.125	15.116.948	20.952.042
Impostos a recuperar.....	3.484.831	3.055.964	3.496.791	3.067.513
Outras contas a receber.....	2.648.033	2.554.471	2.670.021	2.573.822
Total do Ativo Circulante	43.111.341	33.758.719	43.569.917	34.216.644
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo	11.539.542	10.809.967	11.539.542	10.809.968
Depósitos judiciais.....	741.117	332.396	741.117	332.396
Títulos de capitalização.....	1.107.846	486.992	1.107.846	486.992
Tributos diferidos.....	9.596.379	9.596.379	9.596.379	9.596.380
Outros Recebíveis.....	94.200	94.200	94.200	94.200
Outros investimentos.....	60.003	108.802	60.003	108.802
Invest. em controladas.....	118.800	271.846	-	-
Intangível.....	4.287.038	4.627.310	4.320.020	4.642.296
Intangível.....	5.62.368.092	29.788.760	62.368.092	29.788.760
Total do Ativo Não Circulante	78.373.475	45.606.685	78.287.657	45.349.826
TOTAL DO ATIVO	121.484.816	79.365.404	121.857.574	79.566.470

Demonstração do Resultado - (Valores expressos em reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita Líquida dos Serviços	50.010.936	43.379.295	54.072.103	46.777.547
Custo dos serviços prestados.....	(41.264.690)	(31.706.185)	(42.167.284)	(32.274.349)
Lucro Bruto	8.746.246	11.673.110	11.904.819	14.503.198
Despesas Operacionais	(722.223)	(13.978.580)	(1.219.693)	(14.272.816)
Gerais e administrativas.....	(24.350.825)	(18.723.636)	(24.811.122)	(19.010.562)
Comerciais.....	(2.396.938)	(2.728.002)	(2.421.161)	(2.730.499)
Depreciações e Amortizações.....	(1.676.039)	(1.348.192)	(1.679.872)	(1.351.357)
Outras receitas (despesas) operacionais.....	27.701.579	8.821.250	27.692.462	8.819.602
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	(8.024.023)	(2.305.470)	10.685.126	230.382
Resultado Financeiro	(3.289.641)	(830.318)	(3.246.905)	(817.385)
Receitas financeiras.....	3.464.296	2.325.078	3.509.095	2.339.543
Despesas financeiras.....	(6.753.938)	(3.155.396)	(6.756.001)	(3.156.928)
Participação nos Lucros das Empresas Investidas por Equivalência Patrimonial	2.150.081	2.150.081	-	-
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	6.947.099	(985.707)	7.438.220	(587.003)
Do exercício.....	-	-	(468.771)	(376.986)
Diferidos.....	-	-	1.025.831	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	1.025.831	(468.771)	648.845
Lucro antes das Participações Sociais	6.947.099	40.124	6.969.450	61.842
Participações Estatutárias	(315.118)	-	(315.118)	-
Participações Estatutárias.....	(315.118)	-	(315.118)	-
Lucro Líquido do Exercício	6.631.982	40.124	6.654.332	61.842
Resultado Atribuído aos:				
Sócios controladores.....	-	-	6.631.982	40.124
Sócios não controladores.....	-	-	22.351	21.718
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.654.332	61.842	6.654.332	61.842
Ações em circul. no final do exercício	4.734	942	-	-
Prejuízo líquido por lote de mil ações do capital social	1.400,93	41,59	-	-

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido - (Valores expressos em reais)				
Descrição	Atribuível aos Acionistas Controladores			
	Capital Social	Reserva de Capital Monetária	Reserva de Lucros	Reserva Especial
Saldo em 31.12.2020	10.000.000	236	6.646	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	40.124	-
Dividendos pagos.....	-	-	(24.068)	-
Saldo em 31.12.2021	10.000.000	236	6.646	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	(3.795.923)	-
Dividendos pagos.....	-	-	6.631.982	-
Aumento de Capital.....	-	-	25.000.000	-
Reserva Legal.....	-	-	(141.803)	-
Reserva Estatutária.....	-	-	134.713	-
Reserva Especial.....	-	-	-	1.858.587
Dividendos a Distribuir.....	-	-	(700.956)	-
Saldo em 31.12.2022	35.000.000	236	6.646	141.803

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis referente aos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional: A Crédito Real Imóveis e Condomínios S.A. é uma Companhia anônima de capital fechado, com sede no Rio Grande do Sul, Capital. A companhia tem por finalidade principal a administração por conta de terceiros mediante comissão, com ou sem "del credere" de propriedades urbanas, suburbanas e rurais e a administração de condomínios horizontais e verticais de imóveis residenciais e não residenciais; comprar, vender, construir e incorporar imóveis; praticar a corretagem de imóveis e seguros e de outros bens; comerciar com materiais de construção e com o que mais convier concernente ao ramo. **2. Apresentação das Demonstrações:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, que dispõe sobre as Companhias por ações, Lei 11.638 de 28/12/2007 e alterações posteriores e os princípios fundamentais da contabilidade. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, de acordo com as normas do CPC e requer que a Administração da companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A demonstração consolidada inclui a controlada Crédito Real Corretora de Seguros Ltda a qual iniciou suas atividades em 02 de março de 2016, tendo por finalidade a corretagem de seguros de todos os ramos. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração, cuja conclusão foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2023. **3. Sumário das Principais Práticas Contábeis:** **a) Demonstrações Financeiras Consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da companhia e das Companhias controladas indicadas na Nota Explicativa nº 6, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG nº 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos: i. A Companhia e sua Companhia controlada adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais; e ii. Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores. As participações de acionistas não controladores estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. **b) Instrumentos Financeiros:** A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos. A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Compõe este grupo o saldo de caixa, bancos, contas correntes e aplicações financeiras, registradas pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e são de liquidez imediata. **d) Crédito com cliente:** Os créditos a receber de clientes correspondem a encargos pagos antecipadamente para posterior recebimento e são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação. É constituída uma provisão para perdas estimadas quando existe uma evidência objetiva de que a companhia poderá vir a não receber todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **e) Investimentos:** Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para estimativas de perdas, quando aplicável. **f) Imobilizado:** Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas não recu-

Fluxo de Caixa - Método Indireto - (Valores expressos em reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado Líquido do Exercício	6.631.982	40.124	6.654.332	61.842
Depreciações e amortizações.....	(422.044)	1.494.915	(417.722)	1.498.425
Reversão de Provisões.....	(1.522.579)	-	(1.522.579)	-
Provisão para contingências líquida.....	1.465.061	(37.930)	1.465.061	(37.930)
Provisão Perdas Estimadas com Clientes.....	2.082.692	108.482	2.082.692	108.482
Juros sobre Empréstimos.....	149.881	224.967	149.881	224.967
Equivalência Patrimonial.....	(2.212.717)	(2.150.081)	-	-
Tributos diferidos.....	(1.025.831)	-	-	(1.025.831)
Carteiras de Clientes.....	(30.061.384)	-	(30.061.384)	-
Perdas com recebíveis.....	8.426.538	-	8.426.538	-
Baixa de Investimentos.....	48.799	-	48.799	-
(=) Lucro Líquido Ajustado	(15.413.771)	(1.345.354)	(13.174.383)	829.955
Aumento/Redução nas Contas:				
Ativas				
Aumento (Redução) de Contas a receber.....	(3.173.474)	(6.420.707)	(3.151.556)	(6.431.904)
Aumento (Redução) de Impostos a recuperar.....	(428.867)	(1.069.782)	(429.279)	(1.071.858)
Aumento (Redução) de outras contas a receber.....	(93.562)	(49.404)	(100.145)	111.936
Aumento (Redução) de Depósitos Judiciais.....	(108.721)	(208.866)	(108.721)	(208.887)
Aumento (Redução) de Títulos de Capital a LP.....	(620.854)	(42.007)	(620.854)	(42.007)
Passivas				
Aumento (Redução) de Fornecedores.....	1.459.399	123.911	1.473.042	(60.057)
Aum. (Redução) de Obrigações com cond. e locatários.....	424.448	680.189	424.448	680.189
Aumento (Redução) de Obrigações tributárias CP e LP.....	(4.192.100)	412.919	(4.164.155)	437.242
Aum. (Redução) de Obrigações trabalhistas e sociais.....	1.032.202	648.490	1.079.759	675.164
Aumento (Redução) de Obrigações estatutárias.....	530.800	-	379.260	(24.068)
Aumento (Redução) de Outras Obrigações.....	(1.166.578)	(1.020.990)	(1.166.578)	(1.020.990)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(21.751.079)	(8.291.621)	(19.559.161)	(6.125.285)
Aumento (redução) outros Investimentos.....	2.150.081	2.154.788	-	-
Aumento Imobilizado.....	598.988	(1.052.443)	-	-
Aumento Intangível.....	(2.354.621)	(6.058.897)	576.672	(1.052.443)
Caixa Líquido Gerado - Atividades de Investimentos	394.449	(4.956.552)	(1.777.948)	(7.111.340)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Com terceiros:				
Empréstimos e Financiamentos.....	11.000.000	-	11.000.000	-
Com Sócios:				
Aumento de Capital.....	25.000.000	-	25.000.000	-
Caixa Líquido Consumido - Atividades de Financiamentos	36.000.000	-	36.000.000	-
Aumento/Redução Caixa e Equivalentes de Caixa	14.643.370	(13.248.173)	14.662.890	(13.236.625)
Saldo de Caixa Início do Período	7.218.159	20.466.332	7.623.267	20.859.892
Saldo de Caixa Final do Período	21.861.529	7.218.159	22.286.157	7.623.267
	14.643.370	(13.248.173)	14.662.890	(13.236.625)

e passivos: Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente com o intuito de reconhecer os em conformidade com o regime de competência dos exercícios. **q) Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis.

4. Imobilização:	Consolidado			
	2022	2021	Total	Total
a) Composição				
Taxa anual de depreciação				
Móveis e utensílios.....	15%	2.069.394	(1.134.739)	934.656
Benefitoria em imóveis de terceiros.....	15%	4.614.855	(2.872.850)	1.742.005
Equipamentos Comunicação.....	10%	563.890	(432.484)	131.406
Equipamentos processamento dados.....	20%	2.288.894	(1.214.057)	1.074.837
Máquinas Equipamentos.....	10%	1.013.321	(576.205)	437.116
		10.550.354	(6.230.335)	4.320.020

b) Movimentação	Consolidado			
	Móveis e Utensílios	Benefitorias em Imóveis Terceiros	Equip. de Comunic.	Equip. de Proc. de Dados e Máq.
Saldo em 31/12/2020	971.909	2.035.076	192.004	508.877
Adição de 2021.....	142.865	225.595	15.982	618.840
Baixas de 2021.....	-	-	-	(4.179)
Depreciação anual.....	(87.816)	(176.180)	(414.177)	(204.999)
Saldo em 31/12/2021	1.026.958	2.084.491	163.809	918.539
Adições de 2022.....	92.991	93.481	12.105	418.373
Baixas de 2022.....	(253.709)	(241.398)	(71.019)	(638.314)
Depreciação anual.....	69.316	(194.569)	26.511	376.239
Saldo em 31/12/2022	934.656	1.742.005	131.406	1.074.837
Saldo em 01/01/2022	1.026.958	2.084.491	163.809	918.539
Saldo em 31/12/2022	934.656	1.742.005	131.406	1.074.837

Considerando que os ativos da Companhia possuem em sua maioria 2 a 5 anos, devido às reestruturações e abertura de novas agências comerciais, não foi identificado por meio do teste de recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("Impairment").

5. Int



COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D

CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

A Administração da CEEE-D, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As informações não financeiras da CEEE-D, o Balanço Social, Combate a Perdas, DEC e FEC, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes. **Destaque de 2022:** O volume de energia faturada no ano cresceu 4,3% em relação a 2021 atingindo 8.191 GWh. O EBITDA societário encerrou o ano em R\$419 milhões, significativamente maior que os R\$194 milhões de 2021. Em 2022, a Companhia registrou R\$ 266 milhões de **Prejuízo**, comparado a R\$ 394 milhões de prejuízo no exercício anterior. • Os **investimentos** da CEEE-D somaram R\$ 751 milhões em 2022, 75% de crescimento nos investimentos realizados em 2021. • As perdas de energia dos últimos 12 meses encerrados no ano de 2022 atingiram 15,9%, redução de 2,7 p.p. em relação aos 18,6% apresentados no final de 2021.

Mensagem do Presidente

Em 31 de março de 2021 o Grupo Equatorial sagrou-se vencedor do leilão da CEEE-D, realizado na forma do edital de leilão nº 01/2020, assim assumindo o compromisso de transformar a prestação de serviços de distribuição elétrica de sua área de concessão do Rio Grande do Sul, ofertando energia de qualidade e promovendo o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária. Seguiremos firmes no propósito de transformar a CEEE-D em mais uma distribuidora de referência no setor elétrico. Nesse ano completo de gestão aceleramos a mobilização das equipes operacionais e comerciais que atendem toda nossa área de concessão. Trabalhamos duro no combate às perdas, indicador importante para o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e encerramos 2022 com uma melhoria 2,7 p.p em relação ao ano anterior. Nossos investimentos já se traduzem em melhorias para a população gaúcha, nosso indicador FEC, que representa a frequência das interrupções de energia, reduziu em 12,8% e encerrou o ano em 8,5 vezes. Em 2022 também iniciamos a renovação de nossas agências, entregando novos pontos de atendimento com estrutura totalmente nova e modernizada nas principais cidades de nossa área de concessão, além do novo Call Center com ampliação das posições de atendimento em 157%, mais moderno e com possibilidade de transbordamento de operações para outros centros do Grupo Equatorial. Do ponto de vista financeiro, a Companhia encerrou o exercício com R\$ 419 milhões em EBITDA e prejuízo de R\$ 266 milhões, uma redução de 32% em relação ao prejuízo apresentado em 2021. Resultados importantes que apontam para uma melhoria dos indicadores da Companhia e que garantem a continuidade dos investimentos no Rio Grande do Sul com o objetivo de seguir transformando a qualidade da energia recebida pelos gaúchos. Para 2023, entendemos que teremos grandes desafios pela frente. Vamos avançar ainda mais na melhoria dos indicadores de qualidade no fornecimento e atendimento ao mercado gaúcho, reduzindo as perdas de energia e fortalecendo a qualidade da força de trabalho da Companhia.

Raimundo Barreto Bastos - Diretor-Presidente

Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Rio Grande do Sul

Ambiente econômico e perspectivas no estado do Rio Grande do Sul



Balanco energético

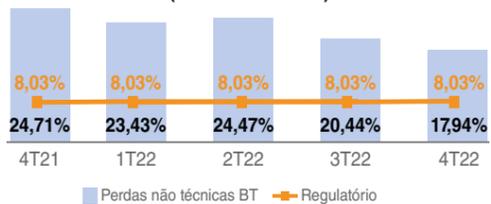
Balanco energético (MWh)	4T21	4T22	Var.	2021	2022	Var.
Rio Grande do Sul						
Sistema interligado	2.374.409	2.347.449	-1,1%	9.524.746	9.490.219	-0,4%
Energia injetada pela Geração Distribuída	51.859	88.783	71,2%	132.362	249.517	88,5%
Energia injetada	2.426.268	2.436.231	0,4%	9.657.108	9.739.736	0,9%
Energia distribuída	1.856.238	1.967.633	6,0%	7.804.055	8.134.080	4,2%
Energia de conexão com outras distribuidoras	12.960	14.057	8,5%	55.344	57.305	3,5%
Perdas totais	557.070	454.542	-18,4%	1.797.710	1.548.351	-13,9%
Perdas sem Geração Distribuída	528.182	406.581	-23,0%	1.745.555	1.455.059	-16,6%

Gestão dos Negócios. Combate às perdas: Em 2022, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D alcançou o patamar de 9.740 GWh, aumento de 0,9% em relação a 2021, e o faturamento atingiu 8.191 GWh, o que representou incremento de 4,2% também em relação a 2021. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2022 totalizaram 1.549 GWh, equivalente a 15,9% da energia requerida, implicando em redução de 2,7 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2021.

Perdas totais sobre energia requerida (últimos 12 meses)



Perdas não-técnicas sobre mercado de baixa tensão (últimos 12 meses)



Na CEEE-D, o ano de 2022 foi marcado pela consolidação do planejamento e ações iniciadas a partir do mês de julho/2021, com o início das operações sob a gestão do Grupo Equatorial. Sedimentou-se o modelo de trabalho já adotado em outras distribuidoras do grupo, observando as particularidades e realidade do mercado local. A expansão da estrutura dedicada no combate às perdas de energia elétrica foi finalizada, mantendo o foco em constantes treinamentos e qualificação das equipes, de modo a avançar na produtividade e eficiência das iniciativas. O plano de trabalho elaborado teve como principais iniciativas a atualização do parque de iluminação pública dos municípios da área de concessão, normalização da medição de unidades consumidoras de baixa e média tensão, regularização de unidades consumidoras ligadas em redes clandestinas (gambiarra), além do início do trabalho de retrofit e expansão de clientes atendidos através de SMC (sistema de medição centralizada). Essas práticas foram embasadas por diagnósticos detalhados, in loco, de modo a definir a melhor forma de atuação para as diversas características das áreas da concessão. A seguir apresentamos as principais ações adotadas no ano de 2022, como parte do plano de combate a perdas: • Ampliação das equipes dedicadas ao combate a perdas, chegando ao número de 230 para atuação em baixa tensão e 26 em média tensão, totalizando 256, crescimento superior a 400% em relação a estrutura existente em julho/21; • Regularização de 6.168 clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média ou baixa tensão; • Recadastramento do parque de iluminação pública em 49 municípios. Essas ações, somadas às iniciadas no segundo semestre de 2021, já sob gestão da Equatorial, concluíu esse trabalho em 100% da área de concessão (72 municípios); • Inspeção em 183 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão, além de outros 4 mil atendidos em média tensão ou com medição indireta; • Regularização de 161 mil clientes com deficiência ou fraude na medição; • Em áreas atendidas por sistema de medição centralizada (SMC) foram 4.583 unidades consumidoras inspecionadas, com a regularização da medição de energia em 3.469 casos; • Substituição de 3,4 mil medidores de unidades em baixa tensão que vinham sendo faturados pelo valor mínimo (custo de disponibilidade). **DEC e FEC:** A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou uma redução de 1,5% e o FEC uma redução de 12,8%, ambos em relação ao exercício anterior.

RIO GRANDE DO SUL (EQTL-CEEE)	
Capital	Porto Alegre
Área (km²)	87.101
Número de Municípios	72
População Estimada (2021)*	3,87 milhões
Cresc. Estimado 2022 PIB RS*	0,60%
Cresc. Estimado 2022 PIB CEEE*	1,60%
Participação PIB RS (2019)	31,40%

* Dados fornecidos pela Consultoria Tendências.

Em 2022, o consumo de energia na região Sul cresceu 2,3%, enquanto o cenário nacional apresentou crescimento de 1,2%. A área de concessão da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D apresentou crescimento de 4,2% no consumo de energia, fundamentalmente explicado pelo acréscimo de +3,8% da classe residencial, que representa 39% do total faturado e pelo crescimento nas classes iluminação pública, poder público e comercial com crescimentos de 14,7%, 7,0% e 7,1% respectivamente. A CEEE-D possui em sua área de concessão a Capital do estado a qual possui 35,7% do número total de clientes da Companhia, e que representa 40,6% do consumo realizado no mês de dezembro/22. Também possui o município de Rio Grande, que tem o maior porto do Estado, além de uma concentração de indústrias de grande porte próximas dele. As atividades industriais mais representativas quanto ao consumo de energia elétrica são a fabricação de produtos alimentícios, produtos químicos, produtos minerais, bebidas e de veículos. O agronegócio também possui relevância na sua área de concessão da CEEE-D e localiza-se predominantemente na Região Sul do Estado. É caracterizado pelo cultivo de arroz, soja e pela pecuária. **Número de consumidores: Número de consumidores** - O número de consumidores faturados em dezembro de 2022 apresentou um crescimento de 4,12% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Consumidores	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	1.590.312	1.520.291	1.500.064	1.480.415	1.461.349
Industrial	3.772	9.268	9.641	12.381	13.107
Comercial	167.769	159.169	157.901	155.613	149.953
Outros	103.446	102.808	101.685	100.869	99.892
Total	1.865.299	1.791.536	1.769.291	1.749.278	1.724.301
Variação	4,12%	1,26%	1,14%	1,45%	2,33%

A redução no número de clientes da classe Industrial decorre da reclassificação de 5.540 que saíram da classe industrial e foram para a classe comercial, ocorrido em julho de 2022. **Mercado atendido: Comportamento do mercado** - A distribuição de energia elétrica realizada no período de janeiro a dezembro de 2022 pela Concessionária foi de 8.134 GWh (7.804 GWh em 2021). O volume de energia faturada cresceu +4,2% em relação ao ano de 2021, sendo impulsionado pelo crescimento das classes Residencial e Comercial, que representam 66% do faturamento, e um crescimento de 6,1%. O crescimento do consumo de energia da classe Comercial é reflexo do aumento do nível de serviços da ordem de 10,3% no Rio Grande do Sul. Na área de concessão da CEEE-D as vendas no varejo apresentaram um incremento de 4,1% em relação a 2021. A classe residencial, maior classe de consumo da Equatorial CEEE (39%), apresentou um crescimento de +3,8% no período comparativo. Parte desse crescimento é reflexo do plano de combate às perdas que o grupo Equatorial iniciou em 2021 e teve maior intensidade no 2º semestre de 2022. A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo	2022	2021	2020	2019	2018
Residencial	3.134.694	3.052.233	3.148.447	3.026.220	3.003.534
Industrial	1.349.445	1.343.743	1.288.525	1.331.184	1.406.744
Comercial	2.145.889	2.029.662	2.010.969	2.275.506	2.289.891
Outros	1.347.826	1.298.209	1.300.731	1.340.870	1.443.495
Energia de Conexão	57.305	55.344	50.909	35.403	30.684
SCEE	156.239	80.208			
Total	8.191.398	7.859.399	7.799.581	8.009.183	8.174.348
Variação	4,22%	0,77%	-2,62%	-2,02%	-0,34%

Obs.: A partir do 2T22 alteramos a forma de apresentação no release de forma que fosse separada a energia compensada de Micro Mini Geração Distribuída (SCEE - Sistema de Compensação de Energia Elétrica). Assim, adequamos a presente tabela adicionando a linha. No período anterior a 2020, a energia compensada esta adicionada as respectivas classes. As perdas totais da energia findaram o ano de 2022 no patamar de 15,9%.

DEC (horas / consumidor / ano) - 12 meses



FEC (vezes / consumidor / ano) - 12 meses



Assuntos Regulatórios: A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Homologatória nº 3.138/2022 homologou o Reajuste Tarifário Anual de 2022 da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, vigente de 22 de novembro de 2022 a 21 de novembro de 2023, resultando no reajuste médio de 5,68% (cinco vírgula sessenta e oito por cento), aplicável às tarifas dos consumidores da área de concessão da Equatorial CEEE-D. **Relatório de Ações Sociais:** Alinhadas à Política de Sustentabilidade do Grupo Equatorial Energia e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a CEEE Grupo Equatorial vem desenvolvendo iniciativas para aprimoramento do seu papel social. No ano de 2022, foram implementados programas focados em ações voltadas à comunidade, à inclusão, ao desenvolvimento social e à cultura. Pautados pela Plataforma E+, que orienta as iniciativas de Investimento Social do Grupo Equatorial, foram iniciados trabalhos de proximidade com as comunidades da área de concessão, com ações de trocas de lâmpadas antigas por outras mais eficientes, sorteios de geladeiras e oficinas profissionalizantes e educativas. Todas as ações voltadas à sensibilização da população sobre o uso consciente e seguro da energia elétrica. **Entre os programas socioculturais que a CEEE Grupo Equatorial está envolvida, destacam-se: E+ CULTURA:** Em 2022, a CEEE Grupo Equatorial realizou 11 projetos patrocinados. Foram oito projetos apoiados via Lei Estadual de Incentivo à Cultura - LIC e três projetos patrocinados de forma direta. Projetos focados na cultura local foram incentivados, como o 1º **Festival Internacional da Gaita**, no município de Barra do Ribeiro, que reuniu músicos nacionais e internacionais em celebração ao instrumento musical típico do Rio Grande do Sul. A 73ª **Geração e Distribuição da Chama Crioula**, no município de Canguçu, evento que, tradicionalmente, dá início aos festejos farroupilhas, também foi apoiado pela empresa, além do 40º **Acampamento Farroupilha** de Porto Alegre, que reuniu mais de um milhão de visitantes no Parque Harmonia, em seus 20 dias de realização, com muita música tradicionalista, churrasco e chimarrão. Foi a primeira participação da CEEE Grupo Equatorial no Acampamento Farroupilha como patrocinadora na categoria 'Apresenta', a principal da festividade. Já o **Piquete CEEE Grupo Equatorial** chamou a atenção de público, formadores de opinião, imprensa e autoridades. Pautado na sustentabilidade, o espaço reaproveitou materiais como carcaça de transformadores de distribuição, que foram utilizados como floreiras, e cruzetas, que viraram cercas da sacada. Os próprios postes fizeram parte da estrutura do piquete, além de bobinas de fios, transformadas em mesas e isoladores, reutilizados como luminárias. A saída da prenda que recepcionava os convidados foi confeccionada com uniformes em desuso de eletricitistas, também reaproveitados em ecobags. O piquete, aberto ao público, contou com atendimento da equipe de relacionamento ao cliente e proporcionou momentos de confraternização para seus colaboradores, além de ações de relacionamento institucional. Projetos pautados na educação também foram incentivados, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) - ODS 4: por uma educação de qualidade. O **Programa Educativo da Fundação Ibero Camargo**, no município de Porto Alegre, realizou mais de 300 atividades com crianças e adultos, tais como oficinas artísticas e visitas guiadas, e as **Feiras do Livro de Pelotas e de Porto Alegre**, dois grandes eventos culturais e literários, seguiram consolidadas como dois dos principais da cultura do Estado e do País, sendo a Feira do Livro de Porto Alegre a 68ª edição e a de Pelotas a 48ª. Voltada à sustentabilidade, a 7ª **Virada Sustentável**, no município de Porto Alegre, também foi pautada nos ODS da ONU, sobretudo nos prioritários da edição: os de número 10 - redução das desigualdades, 12 - consumo e produção responsáveis e 13 - ação contra a mudança global do clima.

Projetos da área da tecnologia e da inovação também entraram na lista, como o **VI Sul Audiovisual Market - RS Cinema 2022**, voltado ao setor audiovisual, realizado na Cinemateca Capitólio, sala de cinema de rua com quase 100 anos em Porto Alegre; **6º Noite dos Museus e 1º Noite dos Museus - Monumentos**, ambos em Porto Alegre, que mobilizam e incentivam museus e instituições culturais de Porto Alegre a abrirem suas portas de forma gratuita ao público, enaltecendo equipamentos culturais e monumentos da cidade, e o **South Summit Brazil**, um dos maiores eventos de inovação mundial, que estreou na capital dos gaúchos, também foram incentivados pela CEEE Grupo Equatorial. **E+ ESPORTE:** Em 2022, a CEEE Grupo Equatorial deu início a um projeto voltado ao esporte e à inclusão, patrocinado via Lei Estadual de Incentivo ao Esporte - LIE, que segue em 2023. O projeto **Esporte e Energia: Judô e Jiu Jitsu e Inclusão** promove aulas de judô e jiu-jitsu para adultos PcDs no município de Porto Alegre, alinhado ao ODS 10, que visa a redução das desigualdades. **E+ ENERGIA VOLUNTÁRIA:** Colaboradores da CEEE Grupo Equatorial participaram de quatro ações de voluntariado, de forma massiva: • Campanha do Agasalho: arrecadação de peças de roupas dos colaboradores, entregues à Defesa Civil de Porto Alegre; • Instituto do Câncer Infantil: ação de venda de camisetas para o evento "28ª Corrida pela Vida", que apoia o Instituto do Câncer Infantil; • Doação de Tampinhas: arrecadação de tampinhas de garrafas plásticas e doação para uma ONG que oferece atividades no contraturno escolar para jovens em situação de vulnerabilidade; • Ação de Natal: doação de presentes sugeridos em cartinhas de crianças em situação de vulnerabilidade social. **E+ COMUNIDADE:** O E+ Comunidade busca construir relações de colaboração mútua com a sociedade por meio de projetos como o Tarifa Social, um dos principais programas sociais do país. A CEEE Grupo Equatorial aumentou em 46% o número de clientes cadastrados com acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica: foram 59.787 novas famílias cadastradas na tarifa social baixa renda no ano de 2022 e mais 175 novas famílias na Tarifa Rural. Desde junho de 2022, os consumidores também desfrutam de outros programas, como o E+ Geladeira Nova, E+ Economia, E+ Educação e E+ Reciclagem. **E+ GELADEIRA NOVA:** Consiste na troca de geladeiras ineficientes por geladeiras novas, contribuindo para a economia de energia. Nos 21 eventos realizados em 2022, em 11 municípios da concessão, foram sorteadas e entregues 1725 geladeiras novas dentre os mais de 3.480 clientes cadastrados. **E+ ECONOMIA:** Orienta os consumidores da CEEE Grupo Equatorial sobre o uso sustentável da energia elétrica, possibilitando a substituição de lâmpadas incandescentes por outras de LED, novas e mais econômicas. Foram 16.538 lâmpadas trocadas nos 41 eventos realizados em 30 municípios da concessão. **E+ PROFSSIONAL:** Contribui para a inserção de profissionais no mercado de trabalho, com iniciativas de empreendedorismo e realização de oficinas. O projeto teve início em outubro e, de lá para cá, foram oferecidos 10 cursos, formando 126 novos profissionais nas áreas de barbearia, designer de sobancelhas e manicure e pedicure, em três municípios. **E+ EDUCAÇÃO:** A principal estratégia de atuação social em que a empresa atua, o projeto desenvolve ações estruturantes para o desenvolvimento social. Em seu escopo foram realizadas 34 palestras, em 27 municípios, sensibilizando 2.604 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança. **E+ RECICLAGEM:** Possibilita a troca de resíduos recicláveis por bônus na fatura de energia e promove a destinação responsável dos materiais residuais. Esse projeto ainda está em fase de implementação na área de concessão, mas, ao longo de 2022, participou de alguns eventos, como o Acampamento Farroupilha, a Feira do Livro de Porto Alegre e a Virada Sustentável. Sua intenção é fomentar o descarte correto e consciente de resíduos. Nessas primeiras ações, mais de 34 toneladas de resíduos foram arrecadadas e doadas a instituições da área de concessão da CEEE Grupo Equatorial. **E+ SEGURANÇA:** Ações que sensibilizam e conscientizam sobre o uso seguro da energia elétrica, um bem tão essencial na vida de milhões de pessoas e que leva desenvolvimento para diversos cantos da área atendida pela CEEE. Com o objetivo de conscientizar a população a respeito dos perigos que nosso produto pode esconder, levamos ações e informações claras e diretas. Além das ações de segurança realizadas com colaboradores, terceiros e a comunidade em geral, destaque para a Campanha de Segurança promovida por um personagem conhecido do Rio Grande do Sul: o Guri de Uruguaiana, do ator e humorista Jair Kobe, que divertiu e informou os clientes com dicas de segurança e economia. **E+ LUZES NA CIDADE:** A ação contribui com projetos de eficiência energética em iluminação pública nos municípios. Em 2022 foram iniciadas as obras de modernização da iluminação pública em Tramandai e Carará que serão entregues ainda no primeiro semestre de 2023. **E+ MOBILIDADE ELÉTRICA:** Fomenta e avalia o uso de veículos elétricos pela comunidade frente ao cenário atual de mobilidade urbana. O ano de 2022 foi marcado pelo início de grandes projetos de mobilidade na CEEE Grupo Equatorial, voltados para a descarbonização e a inovação da sua frota com a inauguração da frota elétrica própria, composta por cinco veículos 100% elétricos, e a instalação de carregadores elétricos nos municípios de Porto Alegre, Pelotas e Osório, para atender esses veículos. Também foi firmado um contrato com a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM para o desenvolvimento de pesquisa científica voltada para esse tema, bem como para o desenvolvimento da Rota Elétrica Mercosul, que prevê a instalação de 11 pontos de carregamento de veículos elétricos no Estado, a serem finalizados até o ano de 2024. **Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida:** Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R\$ 4.468 bilhões, 9% inferior à obtida no ano anterior. **Custos e despesas operacionais:** No ano de 2022, o total de custos e despesas gerenciais e não gerenciais, excluindo depreciação e amortização foi de R\$ 4.049 bilhões, redução de 14% na comparação anual. **Custos e despesas operacionais gerenciais:** Em 2022, o total de custos e despesas gerenciais da Companhia, representados pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros (inclusive Outras despesas não recorrentes) - PMSO, excluindo a PECLD (Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa) e as provisões para contingências, atingiram R\$ 560 milhões, aumento de 0,5%, em comparação a 2021. Neste ano, a PECLD totalizou R\$ 53 milhões, o que representou uma redução de 21% em comparação a 2021 que encerrou o exercício no montante de R\$ 67 milhões. **EBITDA:** Em 2022, o EBITDA foi positivo em R\$ 419 milhões, comparado a R\$ 194 milhões em 2021, crescimento de 116%. **Resultado financeiro:** Em 2022, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 521 milhões, contra R\$ 464 milhões negativos reportados em 2021. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Na CEEE-D, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pela compensação de prejuízos acumulados. No entanto, ressaltamos que no exercício de 2022, assim como no exercício de 2021, a Companhia apurou prejuízo fiscal. **Prejuízo do exercício:** Em 2022, a CEEE-D apurou prejuízo de R\$ 266 milhões, versus um prejuízo de R\$ 394 milhões em 2021. **Endividamento:** No fechamento de 2022, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$3.349 milhões.

Investimentos

Adição por tipo de Investimento	2021	2022
Manutenção de Rede	21	130
Expansão e Melhoria da Rede	374	548
Investimentos e Sistemas	30	20
Outros Investimentos	6	54
TOTAL	430	751
PLPT - PROGRAMA LUZ PARA TODOS	-	-
TOTAL	430	751

Investimentos: Os investimentos da CEEE-D totalizaram R\$ 751 milhões em 2022, aumento de 74% em relação a 2021. Tais investimentos são principalmente focados em melhoria e expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado.

continuação **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D** | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

passivos idênticos; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27.3 – Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros. **3. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.16 – Principais mudanças nas políticas contábeis. **3.1. Receita operacional:** **3.1.1. Reconhecimento de receita:** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de performance ao transferir bens e serviços ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas a seguir: **(i) Distribuição:** O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que corresponde ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas de distribuição são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. **(ii) Disponibilidade de rede elétrica:** A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL. **(iii) Construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante. **3.3. Ativo financeiro de concessão (ativo indenizável):** O Contrato de Concessão, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e a Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão. • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / (FR) 12 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e • Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte relativa do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/venida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR, Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OPC 05 – Contrato de Concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber, e, não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro. **3.4. Ativos intangíveis:** **3.4.1. Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes:** A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **3.4.2. Obrigações especiais:** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. **3.4.3. Amortização:** A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não é, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.5. Ativos de contrato:** Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. **3.6. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.7. Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros:** As tarifas de energia elétricas, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas: • Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados

que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência. **3.8. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **3.8.1. Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente. **3.8.2. Imposto de renda e contribuição social diferido:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações financeiras e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **3.9. Benefícios a empregados:** **3.9.1. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.9.2. Planos de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal relativas à benefícios a empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **3.9.3. Planos de benefício definido:** A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão por serem participantes do Plano de Benefício Definido patrocinado pela companhia. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo/ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conformes determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incremental relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. **3.9.4. Planos de opção de compra de ações:** A Equatorial Energia S.A. (controladora indireta da Companhia) concedeu plano de pagamento baseado em ações a executivos alocados na Companhia. A Companhia reconhece os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia reconhece o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidada em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos). O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendem às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*). **3.10. Capital social:** **3.10.1. Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.10.2. Ações preferenciais:** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. **3.11. Instrumentos financeiros:** **3.11.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** O cont a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um cont a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um cont a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.11.2. Classificação e mensuração subsequentes:** **(a) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita independentemente por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Instrumentos patrimoniais a VJORA

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.11.3. Desreconhecimento:** **(a) Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.11.4. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.11.5. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo. **(a) Hedge de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de ineletividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota explicativa nº 27.5 – Risco de mercado. **3.12. Redução ao valor recuperável (*Impairment*):** **3.12.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; • As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e • Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia elaborou um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 27.5, g – Risco de escassez de energia (Risco hidrológico) para maiores detalhes. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: **(a)** e pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; e • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **3.12.2. Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; e • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que Companhia já reconhece estimativa de perda para os ativos, como títulos do cont a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **3.12.3. Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do cont a receber e perdas efetivas:** A prática adotada de estimativa de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) do Grupo Equatorial avalia o risco de crédito dos valores recebíveis após 5 (cinco) anos das faturas e parcelamentos, estabelecendo um percentual de estimativa das perdas esperadas de acordo com as faixas de resultado do *aging list*. A estimativa de perdas esperadas é demonstrada em uma matriz de provisão, a qual é resultado do estudo de comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de maneira coletiva. Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 90 dias baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **3.12.4. Ativos não financeiros:** A Companhia possui uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia concluiu que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente.

3.13. Ajuste a valor presente (AVP): **3.13.1. Parcelamentos de contas a receber:** A Companhia utiliza 12,38% como taxa de desconto que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 – Ajuste a valor presente. **3.13.2. Outros ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.14. Provisão para riscos judiciais:** As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.15. Demonstração do valor adicionado (DVA):** A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

3.16. Principais mudanças nas políticas contábeis: (a) **Novas normas, alterações e interpretações:** O IASB e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020; Property, Plant and Equipment; Proceeds before Intended Use; Onerous contracts – Costs of Fulfilling a contract; e Reference to the Conceptual Framework	01/10/2021	01/01/2022	Sem impactos relevantes. Com as alterações do Proceeds before Intended Use, as receitas de teste foram registradas no resultado da Companhia, a partir da data de aplicação da norma, e os efeitos, assim como os demais itens, não são relevantes.

(b) **Novas normas e interpretações ainda não vigentes:** A partir de 1º de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07/05/2021	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidência; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; e CPC 49 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria.	Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; and Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction	01/03/2022	01/01/2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 04 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidência; CPC 47 – Receita de contrato com cliente; CPC 48 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03/11/2022	01/01/2023	Não aplicável à Companhia
Alteração no IFRS 16 O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de sale and leaseback	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01/01/2023	Não aplicável à Companhia

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **4. Assuntos regulatórios:** **4.1. Bandeiras tarifárias:** Por meio da Resolução nº 3, de 31 de agosto de 2021, a CREG determinou a cobrança da "Bandeira Escassez Hídrica", no valor de R\$ 14,20 a cada 100 quilowatt-hora consumidos, para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção dos beneficiários da tarifa social. Com isso, ocorre um aumento da receita de bandeira a partir de setembro de 2021. A partir de 1º de julho de 2022, as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, serão as definidas no Abaco de Acionamento das Bandeiras Tarifárias, de acordo com a Resolução homologatória nº 3.051 de 21 de junho de 2022. Os valores a serem adicionados à tarifa de aplicação de energia, TE, serão de 29,89 R\$/MWh, quando da vigência da bandeira tarifária amarela, 65,00 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 1 da bandeira tarifária vermelha e de 97,95 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha. O reconhecimento de receita ocorre mensalmente, na referida competência, conforme demonstrado nas notas do contas a receber e receita e, refere-se, ao total faturado de bandeira tarifária conforme acordo do mês, bem como os valores a receber ou a repassar da CCRBT. Em 2022 e 2021, vigoraram as seguintes bandeiras tarifárias:

	2022	2021
Janeiro	Vermelha Escassez Hídrica	Amarela
Fevereiro	Vermelha Escassez Hídrica	Amarela
Março	Vermelha Escassez Hídrica	Amarela
Abril	Vermelha Escassez Hídrica / Verde	Amarela
Maio	Verde	Vermelha Patamar 1
Junho	Verde	Vermelha Patamar 2
Julho	Verde	Vermelha Patamar 2
Agosto	Verde	Vermelha Patamar 2
Setembro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Outubro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Novembro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica
Dezembro	Verde	Vermelha Escassez Hídrica

4.2. Sobrecontratação de energia: As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. Neste processo, as CVA contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia participou dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCS/D) de Energia Existente e Energia Nova, Mecanismo de Venda de Excedente (MVE), conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009 de 22 de março de 2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo a distribuidora declarar déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARs). A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 110,16% em 31 de dezembro de 2022 (111,44% em 31 de dezembro de 2021), quando considerada a sobrecontratação voluntária, a cobertura contratual perfaz 108,73%. O excedente aos 105% cobertos pela tarifa, gerou uma perda de R\$ 20.440 mil. Entretanto, considerando o ganho com a venda de energia no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) durante o exercício de 2022 no montante de R\$ 34.370 mil, a Companhia obteve resultado positivo líquido de R\$ 13.930 mil. **4.3. Reajuste Tarifário Anual (RTA) 2022:** A ANEEL, em Reunião de Diretoria pública, aprovou o Reajuste Tarifário Anual 2022 da CEEE-D, a ser aplicado desde 22 de novembro de 2022, conforme Resolução Homologatória nº 3.138/2022. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário será um aumento de 5,68% nas contas de energia. **4.4. Encargos regulatórios:** A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: **• Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (P&EE)** – Percentuais mínimos a aplicar, estabelecidos pela Lei nº 9.991/2000, alterada pela Lei nº 14.120/2021 (P&D e PEE) e a recolher (FUNDE) Programa Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE), da tabela a seguir:

Até 31/12/2022			PEE (% da ROL)			
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14 a 0,2	até 0,06	0,2	0,1	0,28 a 0,4	até 0,12	0,1

• Conta de desenvolvimento energético (CDE); • Encargo de serviços do sistema (ESS); e • Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE). A receita já está apresentada líquida desses encargos na demonstração do resultado. Nota explicativa nº 8 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes. **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários a vista	17.554	38.771
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	354.902	477.970
Fundo de investimento		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	21.786	-
Títulos Públicos	4.841	-
Operações Compromissadas	16.021	-
Cotas de fundos de investimentos	4	-
Subtotal de equivalentes de caixa	397.554	477.970
Total	415.108	516.741

(a) Referem-se a fundos de investimentos, CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão

sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, equivale a 103,44% do CDI (101,42% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

6. Aplicações financeiras:

	2022	2021
Circulante		
Fundos de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimentos	480.986	495.712
Títulos Públicos	49.171	-
Letra Financeira	46.047	-
Total circulante	576.204	495.712
Total	576.204	495.712

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, equivale a 103,17% do CDI (102,7% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber de clientes:

7.1 Composição dos saldos:

	2022				2021			
	Vencidos		Mais de		Vencidos		Mais de	
	A vencer	Até 90 dias	90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	90 dias	Total
Residencial	154.025	85.152	396.670	635.847	166.005	111.773	360.762	638.540
Industrial	7.316	3.468	62.488	73.272	7.240	6.576	6.774	81.600
Comercial	65.127	24.858	195.999	285.984	78.912	32.851	187.272	299.035
Rural	14.765	6.951	23.154	44.870	17.334	8.493	24.283	50.110
Poder público	11.284	1.009	18.310	30.603	13.082	1.940	43.087	58.109
Iluminação pública	13.500	3.006	41.713	58.219	15.223	1.777	33.657	50.657
Serviço público	9.770	152	-	9.922	14.483	31	14	14.528
Contas a receber de consumidores faturados	275.787	124.596	738.334	1.138.717	312.279	163.441	716.859	1.192.579
Residencial	157.525	16.588	104.565	278.678	102.222	14.592	79.334	196.148
Industrial	4.415	594	10.347	15.356	6.431	289	24.446	31.166
Comercial	39.985	18.018	171.711	129.714	52.052	20.314	53.585	125.951
Rural	33.731	736	4.942	39.409	4.628	1.786	7.721	14.135
Poder público	65.599	4.844	53	70.496	95.428	5.328	6.189	106.945
Iluminação pública	53.469	15.007	4.431	72.907	40.680	31.569	24.824	97.073
Serviço público	255	-	-	255	133	-	-	133
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	5	-	-	5
Parcelamentos (a)	354.979	55.787	196.049	606.815	301.579	73.878	196.099	571.556
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	249.321	-	-	249.321	267.435	-	-	267.435
Baixa renda (c)	9.324	-	-	9.324	3.867	-	-	3.867
Outras	35.104	-	-	35.104	27.357	-	-	27.357
Subtotal	924.515	180.383	934.383	2.039.281	912.517	237.319	912.958	2.062.794
(-) Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes	(86.515)	(36.047)	(830.258)	(952.820)	(435.552)	(107.128)	(416.656)	(959.336)
Total contas a receber de clientes	838.000	144.336	104.125	1.086.461	476.965	130.191	496.302	1.103.458
Circulante				934.536				923.677
Não circulante (d)				151.925				179.781

(a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, reconhecido em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ (200.221) (R\$ (112.617) em 31 de dezembro de 2021), resultando no reconhecimento de R\$ (87.604) no resultado financeiro (R\$ (56.304) em 31 de dezembro de 2021); b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, sendo em alguns casos encerrados após o período de fechamento contábil; (c) O Supremo Federal, por meio das leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modernidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e (d) Referem-se aos saldos de parcelamentos a vencer a partir de janeiro de 2024, líquidos de AVP, no valor de R\$ 187.843 (R\$ 179.781 em 31 de dezembro de 2021), apresentados líquidos de perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber, no montante de R\$ (35.918) (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021).

7.2 Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber:

	2021	Provisões (a)	Reversões (a)	2022
Contas a receber de consumidores faturados	717.618	63.351	(132.485)	648.484
Parcelamentos	214.450	126.679	(62.497)	278.632
Contas a receber de consumidores não faturados	8.027	8.660	(12.748)	3.939
Outras	19.241	24.840	(22.316)	21.765
Total	959.336	223.530	(200.046)	952.820
	2020	Provisões (a)	Reversões (a)	2021
Contas a receber de consumidores faturados	701.097	131.695	(115.174)	717.618
Parcelamentos	167.809	55.028	(8.387)	214.450
Contas a receber de consumidores não faturados	-	8.228	(201)	8.027
Outras	16.801	7814	(5.374)	19.241
Total	885.707	202.765	(129.136)	959.336

(a) A movimentação líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, gerou reversão de R\$ (6.516) (provisão de R\$ 73.629 em 31 de dezembro de 2021). O resultado operacional foi impactado ainda pelo reconhecimento de baixas para perdas no montante de R\$ 59.575 (reversão de R\$ (6.874) em 31 de dezembro de 2021), gerando uma despesa líquida de R\$ 53.059 (R\$ 66.755 em 31 de dezembro de 2021). Os principais fatores que impactaram a movimentação negativa da PECLD em R\$ (80.145) foram: (i) reversão de PECLD de títulos baixados (vencidos há mais de 10 anos), no valor de R\$ (58.181); e (ii) revisão de estimativa contábil ocorrida durante o exercício de 2022 de R\$ (23.078).

8. Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros:

	2021	Consti-tuição	Amorti-zação	Atualiza-ção	Créditos com efeito de caixa	Créditos de PIS/ COFINS	Transfe-rências	2022
Parcela A								
CDE – conta de desenvolvimento energético (a)	7.702	13.687	131.449	5.999	-	-	-	158.837
Transp. Haipu	86	3.476	202	263	-	-	-	4.027
PROINFRA – Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	10.138	(693)	19.947	1.951	-	-	-	31.343
Rede básica	59.186	48.484	(23.273)	6.044	-	-	-	90.441
Compra de energia CVA (b)	399.249	(144.575)	(655.044)	(14.103)	-	-	-	(414.473)
ESS – encargos do serviço do sistema (c)	277.194	(196.936)	7.777	20.149	-	-	-	108.184
(-) Repasse da Conta-Covid – Parcela A	7.852	-	-	-	-	-	(7.852)	-
	761.407	(276.557)	(518.942)	20.303	-	-	(7.852)	(21.641)
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia (d)	(97.422)	150.187	62.305	(6.093)	-	-	-	108.977
Neutralidade (e)	45.856	(3.098)	(51.323)	(3.102)	-	-	-	(11.667)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(54.191)	(8.009)	24.020	(654)	-	-	-	(38.834)
Compensação créditos PIS/COFINS – Nota explicativa nº 20	-	-	145.440	-	-	(145.440)	-	-
Empréstimos escassez hídrica (f)	-	-	(4.690)	(60.915)	-	-	-	(65.605)
CDE Modicidade tarifária (g)	-	-	12.597	(116.283)	-	-	-	(103.686)
(-) Repasse da Conta -Covid – Parcela A	(54.568)	(1.397)	39.343	(1.808)	-	-	-	18.430
Outros	(182.258)	(73.510)	257.867	10.393	(3.140)	-	(10.578)	(1.226)
	(342.583)	64.173	490.249	(5.954)	(180.338)	(145.440)	7.852	(112.041)

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

Estadual de Distribuição Elétrica – CEEE-D, de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes. **10.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui o Comitê de Auditoria Estatutária, Conselho de Administração e Fiscal, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 5.200 (R\$ 2.873 em 31 de dezembro de 2021), conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de abril de 2022. Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui para suas pessoas-chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e b) remuneração baseada em ações. Os benefícios pós-emprego estão descritos na nota explicativa nº 26 – Benefício pós-emprego e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial de previdência social. Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	2022	%
Números de membros	11	
Remuneração fixa anual	2.974	100%
Salário ou Pró-labore	761	26%
Benefícios diretos e indiretos	1.991	67%
Outros	222	7%
Valor total da remuneração por órgão	2.974	100%

10.2 Garantias: A Equatorial Energia S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia, com ônus⁽¹⁾, nos contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor garantido	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2022 (a)
Bank of America	250.000	100	21/07/2021	31/07/2023	250.000	253.919
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (SMBC)	250.000	100	13/08/2021	13/08/2024	250.000	252.218
Nota Promissória	500.000	100	25/08/2021	25/08/2024	500.000	585.342
1ª Emissão de Debêntures 1ª série	1.200.000	100	19/08/2021	15/08/2026	1.200.000	1.257.473
1ª Emissão de Debêntures 2ª série	300.000	100	19/08/2021	15/09/2029	300.000	337.754
Nota Comercial	400.000	100	17/10/2022	14/10/2027	400.000	411.882
2ª Emissão de Debêntures 1ª série	250.000	100	23/12/2022	15/12/2029	250.000	250.576
Apólices de Seguros	188.289	100	31/07/2021	29/09/2025	N/A	N/A
Total	3.338.289				3.150.000	3.349.164

(*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor. (a) Os valores atualizados de debêntures e empréstimos, estão líquidos de custo de captação. **11. Ativo financeiro da concessão:** A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2021	2022
Ativo financeiro	620.860	680.923
Obrigações especiais	(194.387)	(195.821)
Total ativo financeiro da concessão	426.473	485.102

	Atualização do ativo financeiro		Transferência de Ativos de contrato		2021
	2020 (a)	2021 (b)	2020 (a)	2021 (b)	
Ativo financeiro	253.046	285.026	77.611	(115)	620.860
Obrigações especiais	-	(172.414)	(2.467)	-	(194.387)
Total ativo financeiro da concessão	253.046	112.612	75.144	(115)	426.473

(a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Maiores informações na nota explicativa nº 22 – Receita operacional líquida; (b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão. A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente. **12. Intangível:** O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	2022			
	Amortização (%)	Custo	Amortização vinculada à concessão	Valor líquido
Em serviço	3,77%	4.490.140	(2.171.945)	2.318.195
Total		4.490.140	(2.171.945)	2.318.195

	2021			
	Amortização (%)	Custo	Amortização vinculada à concessão	Valor líquido
Em serviço	3,88%	4.320.480	(2.036.155)	2.284.325
Total		4.320.480	(2.036.155)	2.284.325

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de concessão de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitados à data do contrato de concessão até agosto de 2030, conforme ICPC 01(R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão. **12.1 Movimentação do ativo intangível:**

	2021		2022	
	Adições	Reclassificação	Adições	Reclassificação
Em serviço	4.320.480	190.311	4.320.480	190.311
(-) Amortização	(2.036.155)	(156.517)	(2.036.155)	(156.517)
Total em serviço	2.284.325	143.816	2.284.325	143.816

	2021		2022	
	Adições	Reclassificação	Adições	Reclassificação
Em serviço	4.320.480	190.311	4.320.480	190.311
(-) Amortização	(2.036.155)	(156.517)	(2.036.155)	(156.517)
Total em serviço	2.284.325	143.816	2.284.325	143.816

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. A Companhia avaliou e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021. **13. Ativos de contrato:** A movimentação de ativos de contrato está conforme a seguir demonstrada:

	2021		2022	
	Adições	Reclassificação	Adições	Reclassificação
Ativos de contrato	180.417	750.927	180.417	750.927
Obrigações especiais (a)	(60.289)	(33.246)	(60.289)	(33.246)
Total	120.128	717.681	120.128	717.681

	2020		2021	
	Adições	Reclassificação	Adições	Reclassificação
Ativos de contrato	309.904	429.119	309.904	429.119
Obrigações especiais (a)	(44.360)	(46.183)	(44.360)	(46.183)
Total	265.544	382.936	265.544	382.936

(a) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; (c) O montante de R\$ 717.681 refere-se às adições líquidas de ativos de contrato reconhecidas no exercício, onde R\$ 633.561 impactou o caixa da Companhia, R\$ 21.764 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 62.356 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas. Ver informações na nota explicativa nº 28 – Demonstração dos fluxos de caixa; e (d) Reclassificação de saldos do ativo imobilizado, no valor de R\$ 70.929. A Companhia avaliou e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, composto a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

	2022		2021	
	Suprimento de energia elétrica (a)	Encargos de uso da rede elétrica	Suprimento de energia elétrica (a)	Encargos de uso da rede elétrica
Suprimento de energia elétrica (a)	285.352	446.099	285.352	446.099
Encargos de uso da rede elétrica	74.228	56.256	74.228	56.256
Materiais e serviços (b)	217.987	72.550	217.987	72.550
Partes relacionadas – nota explicativa nº 10	2.255	2.007	2.255	2.007
Total (c)	579.822	576.912	579.822	576.912

a) A variação ocorreu devido, a redução das despesas com os itens da Liquidação CCEE em (124.154) e contratos de energia em (24.430), refletindo o cenário atual de retração do acionamento térmico; b) O saldo refere-se, substancialmente, a despesas de fornecedores de materiais e serviços, atinentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia no decorrer do exercício em referência e o aumento em relação ao 31 de dezembro de 2021, ocorreu devido à curva crescente de investimentos na nova área de concessão, em especial na aquisição de materiais, principalmente, após a aquisição da Companhia pelo Grupo Equatorial; e c) Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante destas operações é de R\$ 11.211 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021). Não há pagamento de juros por parte da Companhia nem recebimentos de "rebates financeiros".

15. Empréstimos e financiamentos em 15.1 Composição do saldo

	2022		
	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos
			Circulante
			Não Circulante
			Total

Moeda estrangeira (US\$)		2022	2021
Bank Of America (BOFA) (a)	CDI + 1,50% Aval/Fiança	253.919	253.919
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (SMBC) (a)	CDI + 1,45% Aval/Fiança	250.129	252.218
Total moeda estrangeira US\$		256.008	250.129
Moeda nacional			
Nota comercial	CDI + 1,40% Aval/Fiança	11.882	400.000
Notas promissórias	CDI + 1,40% Aval/Fiança	-	586.037
Subtotal		11.882	986.037
(-) Custo de captação		(418)	(278)
Total moeda nacional		11.464	985.759
Total empréstimos e financiamentos		267.472	1.235.888

	2022			2021		
	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	Principal e encargos
			Circulante			Circulante
			Não Circulante			Não Circulante
			Total			Total

(a) Considera-se no custo da dívida do Bank Of America e Sumitomo Mitsui Banking Corporation, o custo da ponta passiva do swap. **15.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos:** A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2021	186.763	513.644	379.255	539.247
Ingressos	-	400.000	-	400.000
Encargos	23.491	71.698	13.150	108.339
Variação monetária e cambial	-	-	(54.268)	(34.406)
Transferências	(417)	417	254.712	(254.712)
Amortizações de principal (a)	(186.660)	-	(319.239)	-
Pagamentos de juros	(12.129)	-	(17.605)	-
Custo de captação (b)	416	-	-	416
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.464	985.759	256.005	250.129

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2020	83.141	239.828	63.926	870.231
Ingressos (a)	-	500.000	-	500.000
Encargos	8.455	15.739	26.890	51.084
Variação monetária e cambial	-	-	18.023	58.766
Transferências	171.122	(171.122)	889.750	(889.750)
Amortizações de principal	(67.920)	(68.224)	(593.833)	-
Pagamentos de juros	(8.140)	(1.360)	(25.501)	-
Custo de captação	105	(1.217)	-	(1.112)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	186.763	513.644	379.255	1.618.909

(a) Em 29 de março de 2022, a Companhia liquidou antecipadamente o contrato com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no montante de R\$ 319.239, que previa a liquidação da dívida no caso de mudança de controle da contratante do financiamento, o que ocorreu após a liquidação do leilão. Além disso, houve liquidação, no valor de R\$ 186.660, referente ao contrato de Constituição de Garantias via Vinculação de Receitas, que foi celebrado entre a CEEE-D e a CEEE-T em 24 de julho de 2020 e possuía termos e condições de cumprimento das obrigações de pagamento assumidas pela CEEE-D no Contrato e no Primeiro Termo Aditivo; e (b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação. Quando positivo, significa que houve a apropriação pela taxa efetiva de juros e quando negativo, adição.

15.3 Ingresso:

	Valor	Taxa Efetiva com Encargo	Derivativo (a.a.)
Nota Comercial	400.000	out-22	Semestral

15.4 Cronograma de amortização da dívida: Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	2022	
	Valor	%
Vencimento Circulante	267.472	18%
2024	836.166	56%
2027	400.000	26%
Custo de captação (Não circulante)	(278)	0%
Não circulante	1.235.888	82%
Total	1.503.360	100%

15.5 Covenants dos empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias e covenants não financeiros e financeiros (apurados por seu controlador final, Equatorial Energia), cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos Bank of America SMBC Notas promissórias Nota Comercial

1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5 4,1 4,1 4,1

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nesses contratos. Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui covenants financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, sujeito a relatório de asseguração limitada, que deve ser entregue até 31 de maio do ano subsequente, portanto, após a divulgação das demonstrações contábeis da Companhia. Para o ano de 2022, a apuração da Companhia, indica, cumprimento da interventora garantidora Equatorial Energia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nesses contratos. **16. Debêntures:** **16.1 Movimentação das debêntures:**

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	39.178	1.504.849	1.544.027
Ingressos	-	250.000	250.000
Encargos	179.967	-	179.967
Transferências	298.698	(298.698)	-
Pagamento de juros	(147.270)	-	(147.270)
Variação monetária e cambial	-	17.777	17.777
Custo de captação (a)	1.302	-	1.302
Saldos em 31 de dezembro de 2022	371.875	1.473.928	1.845.803

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Ingressos	-	1.500.000	1.500.000
Encargos	40.480	-	40.480
Transferências	(1.628)	1.628	-
Variação monetária e cambial	-	13.532	13.532
Custo de captação	326	(10.311)	(9.985)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	39.178	1.504.849	1.544.027

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

16.2 Ingresso

	2022		2021	
	Emissão	Ingresso	Emissão	Ingresso
Debêntures - 1ª Série	250.000	dez-22	Semestral	Bullet

16.3 Cronograma de amortização da dívida: As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	2022	
	Valor	%
Vencimento Circulante	371.875	20%
2024	300.000	16%
2025	300.000	16%
2026	300.000	16%
Até 2029	581.308	31%
Subtotal	1.481.308	79%
Custo de captação (Não circulante)	(7.380)	1%
Total não circulante	1.473.928	80%
Total debêntures	1.845.803	100%

16

continuação

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2022		2021	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	363.254	14.275	369.133	18.163
Fiscais	1.426	491	1.802	306
Trabalhistas	385.216	194.152	353.701	181.727
Regulatório	24.635	-	21.749	-
Ambiental	30.989	-	27.301	-
Total	805.520	208.918	773.686	200.196
Circulante	376.954	-	282.486	-
Não circulante	428.566	208.918	491.200	200.196

19.1 Movimentação dos riscos no exercício

	2021		2022		Atualização (3)	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)		
Cíveis	369.133	53.777	(27.745)	(62.949)	31.038	363.254
Fiscais	1.802	56	(2)	(172)	(258)	1.426
Trabalhistas	353.701	122.940	(55.108)	(75.364)	39.047	385.216
Regulatório	21.749	-	-	-	2.886	24.635
Ambiental	27.301	7	(3)	-	3.684	30.989
Total contingências	773.686	176.780	(82.858)	(138.485)	76.397	805.520

	2020		2021		Atualização (3)	Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)		
Cíveis	115.805	104.408	(21.821)	(66.727)	237.467	369.133
Fiscais	1.343	213	(25)	(124)	395	1.802
Trabalhistas	265.370	183.929	(38.680)	(103.370)	46.451	353.701
Regulatório	83	7.618	-	(712)	14.761	21.749
Ambiental	12	3.651	(10)	(188)	23.835	27.301
Total contingências	382.613	299.819	(60.536)	(171.121)	322.909	773.686

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais; (2) Reversões realizadas durante o exercício; e (3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

19.2 Cíveis. A Companhia figura como ré em 10.966 processos cíveis em 31 de dezembro de 2022 (12.457 processos em 31 de dezembro de 2021), os quais, em sua grande maioria, referem-se aos pleitos de danos materiais e morais, incluindo ressarcimento de valores pagos por consumidores. Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica (eletroplessão) ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores. Além dos processos provisionados, existem outros processos cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 120.847 (R\$ 124.085 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)

	2022	2021
Debêntures (a)	208.283	185.038
Falha no fornecimento	47.023	52.255
Desclassificação na secagem de fumo	23.388	33.890
Classificação tarifária	16.840	21.366
Quebra de contrato	14.854	19.054
Portaria DNAEE 38/86 e 45/86	9.026	8.250
Convênio de devolução	-	13.780
Falha no atendimento	6.457	8.677
Declaração de direitos reais	8.615	7.199
Cobrança indevida	7.236	-
Outras	21.532	19.624
Total	363.254	369.133

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)

	2022	2021
Debêntures (b)	63.514	58.446
Desclassificação na secagem de fumo	14.244	17.495
Falha no atendimento	12.266	11.994
Fraude questionada	6.646	8.464
Quebra de contrato	3.732	8.006
Portarias DNAEE 38/86 e 45/86	4.752	6.138
Cobrança indevida	2.666	3.514
Acidente com terceiros	1.705	3.371
Falha no atendimento	1.812	2.917
Corte indevido	1.003	1.108
Outras	8.507	2.632
Total	120.847	124.085

(a) Trata-se de ação indenizatória movida por Banco Máxima em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debênture conversíveis em ações. Atualmente o processo está em fase de liquidação de sentença, a fim de aferir eventual prejuízo sofrido pelo Banco em decorrência dos danos emergentes, eis que o pedido de lucros cessantes foi julgado improcedente, já com trânsito em julgado; e (b) Trata-se de ação indenizatória movida pelo Banco Dimensão em face da CEEE-D, buscando indenização por danos emergentes e lucros cessantes em decorrência de resgate forçado de debênture conversíveis em ações. O processo foi julgado procedente, dando origem ao ingresso de Ação Rescisória por parte da CEEE-D, o qual está em trâmite. **19.3 Fiscais.** A Companhia figura como ré em 443 processos fiscais em 31 de dezembro de 2022 (330 processos em 31 de dezembro de 2021), no entanto, existem outros processos cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 90 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Débito Tributário e ICMS. Na esfera fiscal há processos nos quais se discute incidência ou não do ICMS sobre a TUST e TUSD, classificados com perda remota.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)

	2022	2021
Tributos municipais	1.357	1.282
PIS/COFINS	64	514
Exibição de documentos	3	4
ICMS	2	2
Total	1.426	1.802

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)

	2022	2021
Título judicial	68	-
Tributos federais	8	7
Tributos municipais	14	12
Total	90	19

19.4 Trabalhistas. O passivo trabalhista, em 31 de dezembro de 2022, é composto por 6.899 reclamações ajudadas (6.101 reclamações ajudadas em 31 de dezembro de 2021) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reequilíbrio salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Existem outros processos trabalhistas cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2022 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R\$ 482 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)

	2022	2021
Horas extras	100.401	81.647
Responsabilidade subsidiária	60.886	64.661
Responsabilidade solidária	32.024	41.418
Dispensas PAE	29.823	37.245
Ex-autárquico	28.158	30.950
Danos morais	20.012	22.672
FGTS	10.770	11.639
Diferença salarial	24.061	9.123
Adicional pensidade	19.223	4.911
Acidente de trabalho	8.365	4.494
Outros	51.493	44.941
Total	385.216	353.701

19.5 Regulatórios. A Companhia figura como ré em 373 processos regulatórios em 31 de dezembro de 2022 (389 processos em 31 de dezembro de 2021). O valor de R\$ 24.635 (R\$ 21.749 em 31 de dezembro de 2021). Dentre eles, destaca-se Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual em face da CEEE-D em decorrência da má-prestação do serviço de distribuição de energia elétrica na cidade de Piratini/RS e processo ingressado para cobrar indenização da CEEE-D por atraso na formalização da rescisão de contrato de Geração Distribuída. A Companhia, em 31 de dezembro de 2022, possui processos regulatórios, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, no montante de R\$ 32, e não possuía em 31 de dezembro de 2021, com base na avaliação da gerência jurídica.

Contingências regulatórias (prognóstico provável de perda)

	2022	2021
Compra e venda de energia	17.405	15.395
Direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos	7.140	6.272
Conta de desenvolvimento energético - CDE	75	65
Ilegalidade - Parcela A	15	17
Total	24.635	21.749

19.6 Ambientais. A Companhia figura como ré em 129 processos ambientais em 31 de dezembro de 2022 (126 processos em 31 de dezembro de 2021). O valor de R\$ 30.989 (R\$ 27.301 em 31 de dezembro de 2021) corresponde Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual para compeliar a CEEE-D promover a descontinuação ambiental dos imóveis denominados Horto Florestal Renner e Fábrica de Postes Barreto, ambos localizados do Município de Triunfo-RS. A Companhia, em 31 de dezembro de 2022, possui processos ambientais, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, no montante de R\$ 101, e não possuía em 31 de dezembro de 2021, com base na avaliação da gerência jurídica.

Contingências regulatórias (prognóstico possível de perda)

	2022	2021
Passivo ambiental horto florestal renner	30.989	27.301
Total	30.989	27.301

20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores: Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em março de 2021. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para: (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS e o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago. Em 31 de março de 2021 a Companhia constituiu: (i) ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 711.096; e (ii) passivo de R\$ 711.096 relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Após a homologação do crédito na Receita Federal e seu efetivo aproveitamento, considerando ainda eventual definição de mecanismos de ressarcimento pela ANEEL, espera-se que a realização ocorra em 37 meses. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou complemento neste lançamento, referente à atualização da taxa SELIC, constituindo: (i) complemento de ativo e passivo no montante de R\$ 63.217 (R\$ 10.062 em 31 de dezembro de 2021); (ii) compensação de débitos tributários de R\$ 221.442 com os tributos federais imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS e retenções federais através de PER/DCOMP; (iii) houve amortização do passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores de R\$ 145.440; e (iv) R\$ 10.313 como receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS de R\$ 479.

	2022	2021
Ativo	186.158	217.073
Circulante - nota explicativa nº 9	531.470	648.467
Não circulante - nota explicativa nº 9	717.628	865.540
PIS e COFINS a recuperar	754.774	836.997
Passivo	754.774	836.997
Não circulante (a)	754.774	836.997
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	754.774	836.997

Resultado

	2022	2021
(+) Receita financeira	10.313	18.183
PIS/COFINS consumidores a restituir	(479)	(845)
(-) PIS/COFINS sobre a receita financeira		
Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	9.834	17.338

(a) Após a homologação do processo de revisão tarifária pela ANEEL em 2022, houve amortização via Parcela A de R\$ 145.440, em atendimento a nota técnica nº 9/2021-SFF/SGT/SRM/SMA/ANEEL. Para maior detalhamento, veja nota explicativa nº 8 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Apesar do início da devolução dos valores aos consumidores, os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/PASEP e COFINS, no montante de R\$ 754.774, estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à ANEEL a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui habilitação dos créditos pela Receita Federal e o saldo classificado no ativo circulante no montante de R\$ 186.158 será realizado mediante compensação dos seguintes tributos federais até os próximos 12 (doze) meses: imposto de renda e contribuição social, PIS e COFINS e retenções federais.

20.1 Expectativa de PIS/COFINS a recuperar

	2022	%
Circulante	186.158	26%
2024	193.041	27%
2025	213.951	30%
2026	124.478	17%
Não circulante	531.470	74%
Total (a)	717.628	100%

(a) A Companhia possui ativo referente a PIS/COFINS a recuperar no montante de R\$ 717.628 (R\$ 865.540 em 31 de dezembro de 2021), após publicação do Acórdão do julgamento do Recurso extraordinário julgado pelo STF, e suportado pelo trânsito e julgado da Ação. **21. Passivo a descoberto: 21.1 Capital social.** O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.385.861 (R\$ 3.385.861 em 31 de dezembro de 2021), correspondente a um total de 68.090.916 (sessenta e oito milhões, noventa mil, novecentos e dezesseis) ações ordinárias e 164.014 (cento e sessenta e quatro mil e quatorze) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	64.925.900	1.087	64.926.987	95,12%
Eletrobras	3.067.033	87.638	3.154.671	4,62%
Custódia em Bolsa - B3	64.534	24.007	88.541	0,13%
Municípios	32.997	50.155	83.152	0,12%
Outros	452	1.127	1.579	0,00%
Total	68.090.916	164.014	68.254.930	100,00%

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	64.925.900	1.087	64.926.987	95,12%
Eletrobras	3.067.033	87.638	3.154.671	4,62%
Custódia em Bolsa - B3	64.534	24.007	88.541	0,13%
Municípios	32.997	50.155	83.152	0,12%
Outros	452	1.127	1.579	0,00%
Total	68.090.916	164.014	68.254.930	100,00%

21.2 Planos de opção de compra de ações. A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial Energia S.A. Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do período. Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, Companhia, por intermédio do um Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma: **21.2.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações.** No dia 22 de julho de 2019, por meio de AGE, os acionistas da Equatorial Energia S.A. aprovaram a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano"). O Plano busca estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, e suas subsidiárias e alinhar os interesses dos acionistas da Companhia e suas subsidiárias aos das pessoas elegíveis. Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

4º Outorga

	Opções exercíveis
11/03/2023	37.500
11/03/2024	37.500
11/03/2025	37.500
11/03/2026	37.500
Total	150.000

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de

23. Custo do serviço e despesas operacionais

Custo do serviço de energia elétrica	2022				2021			
	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Perdas por redução do valor recuperável	Outras despesas operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Perdas por redução do valor recuperável	Outras despesas operacionais
Pessoal	(197.474)	(59.739)	(18.659)	-	(275.872)	(251.153)	(90.820)	(46.551)
Material	(7.597)	(3.553)	(932)	-	(12.082)	(7.892)	(578)	(2.481)
Serviços de terceiros	(115.314)	(103.930)	(50.263)	-	(269.507)	(75.791)	(66.167)	(47.679)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(2.646.745)	-	-	-	(2.646.745)	(3.452.173)	-	-
Custo de construção (b)	(750.927)	-	-	-	(750.927)	(509.744)	-	-
Perdas por redução do valor recuperável	-	-	(53.059)	-	(53.059)	-	-	(66.755)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(38.275)	-	(38.275)	-	-	(128.698)
Amortização	(143.048)	-	(21.293)	-	(164.341)	(130.529)	-	(24.238)
Reversão (provisão) de impairment	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho na desativação de bens e direito	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	12.914	(6.760)	(7.743)	-	(1.248)	(2.837)	24.438	(2.115)
Total	(3.848.191)	(173.982)	(137.165)	(53.059)	(4.213.645)	(4.402.844)	(159.680)	(261.402)

(a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 24 - Energia elétrica comprada para revenda; e (b) Refere-se a apropriação dos custos relacionados às construções de acordo com a regulamentação da ANEEL, através do critério de departamentalização contemplando assim os custos indiretos de mão-de-obra, conforme notas explicativas nº 13 - Ativos de contrato e 22 - Receita operacional líquida. **24. Energia elétrica comprada para revenda**

continuação

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

25. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras (a)	99.962	33.851
Valores a receber/devolver parcela A (b)	78.976	23.867
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	-	73.348
Receita financeira de AVP (d)	29.602	4.003
Acréscimo moratório de energia vendida (e)	249.059	317.317
PIS/COFINS sobre receita financeira	(16.173)	(17.572)
Atualização monetária dos depósitos judiciais	25.058	34.908
Variação monetária - Energia comprada	-	12.999
Variação monetária e cambial da dívida (f)	200.167	162.306
Atualização de PIS/COFINS a recuperar	10.313	18.183
Outras receitas financeiras	840	16.061
Total de receitas financeiras	677.804	679.271
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A (b)	(64.627)	(11.344)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	(157.635)	(10.316)
Despesa financeira de AVP (d)	(117.206)	(60.307)
Encargos da dívida (g)	(290.026)	(92.039)
Variação monetária - Energia comprada	-	(17.226)
Variação monetária e cambial da dívida (f)	(129.270)	(257.654)
Atualização de contingências (h)	(76.397)	(322.911)
Juros, multas s/ operação de energia (i)	(13.294)	(138.382)
Encargos Arrendamentos	(2.070)	(2.979)
Outras despesas financeiras (j)	(347.798)	(229.933)
Total de despesas financeiras	(1.198.323)	(1.143.091)
Resultado financeiro líquido	(520.519)	(463.820)

(a) O aumento em rendimentos financeiros ocorreu, principalmente, em função da melhora das disponibilidades da Companhia, e também do aumento do CDI acumulado, que até dezembro de 2021 era de 4,42% e até dezembro de 2022 passou para 12,39%; (b) A variação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, dos ativos e passivos regulatórios foi afetada, principalmente pelo aumento dos custos totais com energia, motivados pela crise hídrica, que se intensificou em 2022; (c) Refere-se, principalmente, à contratação de operações de swap, que trocam Dólar+spread por CDI+spread, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No exercício findo de 31 de dezembro de 2022, o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 6,5%, saindo de R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022, contra uma receita com a alta do dólar em 7,39%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021; (d) Receitas e despesas financeiras referentes aos juros futuros de parcelamentos, conforme saldos apresentados na nota explicativa nº 7 – Contas a receber de clientes; (e) Aumento decorrente das renegociações de contas a receber de clientes e, conseqüente, reconhecimento da receita de correção monetária, juros e multa por atraso; (f) No acumulado de 2022, a receita foi originada da variação cambial da dívida, devido à desvalorização do dólar em 6,5% frente ao real, e no acumulado de 2021, a despesa foi originada, devido à valorização do dólar em 7,4% frente ao real; (g) O principal impacto no aumento dos encargos da dívida foi devido à alta do CDI, indexador com 90,2% de participação na dívida, que passou de 4,42% acumulado até dezembro de 2021 para 12,39% acumulado até dezembro de 2022; (h) Refere-se à atualização monetária das contingências prováveis, calculadas de acordo com os critérios de atualização definidos pela Companhia e que estão em consonância com os índices previstos nos respectivos processos e com as legislações pertinentes; (i) Antes do processo de privatização a Companhia operava com atrasos no cumprimento de suas obrigações junto aos seus credores. Em 2022, houve uma diminuição destes atrasos nos pagamentos de fornecedores de energia e, por consequência, nos juros e multas sobre as operações; e (j) Refere-se, principalmente, ao reconhecimento de encargos, juros e multas do parcelamento de ICMS, conforme saldos apresentados na nota explicativa nº 17 – Impostos e contribuições a recolher. **26. Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada):** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos registrados no passivo compõem-se de:

	2022	2021
Circulante		
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP	-	5
Plano Único	24.343	32.172
Plano CEEEPREV	46.906	47.887
Total circulante	71.249	80.064
Não circulante		
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP	-	39
Plano Único	199.668	267.610
Plano CEEEPREV	588.134	658.797
Total não circulante	787.802	926.446
Total plano de aposentadoria e pensão (a)	859.051	1.006.510

(a) Do montante de R\$ 859.051, R\$ 3.351 refere-se a Contribuição Patrocinadora, sendo R\$ 2.488 correspondente ao Plano Único e R\$ 863 correspondente à CEEEPREV. **26.1 Características do plano de aposentadoria.** A Companhia, através da Fundação Família Previdência, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único. Esse último, fechado para novas adesões. Mantém, também, as obrigações do pagamento de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada (CTP). A Companhia registra seu passivo com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, e considera o contrato de dívida SF nº 1.254/1995, firmado junto à Fundação CEEE de Seguridade Social (ELETROCEE). O contrato SF nº 1.254/1995 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031. Os encargos contratuais incidentes são a taxa real de juro atuarial acrescido de 1%, correspondendo a 6,63%, e correção monetária pela variação mensal do INPC. Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir: (a) **Plano CD.** Plano de benefícios previdenciários administrado pela EOTPREV e patrocinado pela Companhia, dentre outros patrocinadoras. O Plano CD é um plano contributivo com modalidade de "Contribuição Definida" para os benefícios programados e de "Benefício Definido" para os benefícios de risco. Os benefícios de risco são: "Benefício por entrada em invalidez. Concedido em caso de invalidez de participante ativo, Concedido em caso de invalidez de participante ativo. A contribuição projetada corresponderá a duas vezes a média aritmética das 12 (doze) últimas Contribuições Normais do Participante, inclusive a incidente sobre o 13º salário, multiplicada pelo número de meses compreendidos, entre a data da ocorrência da invalidez e aquela em que o Participante completaria 55 (cinquenta e cinco) anos; e "Benefício de pecúlio por morte com participante ativo. Concedido aos beneficiários do participante ativo, na ocorrência de seu falecimento, será creditado ao Saldo de Conta aplicável a contribuição projetada que, corresponderá a duas vezes a média aritmética das 12 (doze) últimas Contribuições Normais do Participante, inclusive a incidente sobre o 13º salário, multiplicada pelo número de meses compreendidos, entre a data da ocorrência da invalidez e aquela em que o Participante completaria 55 (cinquenta e cinco) anos. (b) **Plano de benefícios CEEEPREV.** O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados. O benefício salda é um benefício proporcionado a uma parcela de participantes que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração e atualizado pelo índice de reajuste do plano, viabilizado por uma contribuição suplementar, chamada reserva a amortizar que, pelo regulamento do Plano seria de responsabilidade exclusiva da patrocinadora CEEE-D. Esses dispositivos regulamentares foram objeto de determinação da PREVIC para adequação desde a constituição do plano CEEEPREV e ratificado através de portaria em 2014. Além disto, a manutenção da responsabilidade exclusiva está sendo discutida judicialmente, já havendo decisão, não definitiva, prolatada reconhecendo a aplicação do princípio da paridade contributiva, o que vem sendo adotado pela Companhia. Essa parcela decorre de desequilíbrio encontrado no Plano CEEEPREV, originário dos participantes migrados do Plano Único, gerando uma situação atípica dentro de um plano originalmente de contribuição definida. Em 2014, houve a implantação de alterações regulamentares do Plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria PREVIC nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos benefícios saldados e referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a esses o crescimento de 3% ao ano, de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal ou até a data em que se desvinculou das patrocinadoras, o que ocorrer primeiro. Na mesma esteira, esse incremento nas obrigações é viabilizado por uma contribuição suplementar, também de responsabilidade exclusiva da patrocinadora. Assim, existem peculiaridades *sui generis* no Plano CEEEPREV, contendo uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido. Especialmente na parte que toca ao benefício definido e à responsabilidade de cobertura integral desses déficits pela CEEE-D, há apontamentos pelos órgãos de controle, tanto no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) quanto do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que afirmam a ilegalidade desse procedimento. Pela regulamentação atual do Plano CEEEPREV (artigos nº 109, 132 e 147), a eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam o chamado benefício salda (déficit) é suportada integralmente pela patrocinadora. A PREVIC interpreta tal dispositivo regulamentar como ilegal, determinando através da Portaria PREVIC nº 213 de 23 de abril de 2014, a alteração do respectivo regulamento do plano, introduzindo nova disciplina para que os eventuais déficits sejam suportados de forma paritária entre participantes e patrocinadora, em consonância com a Emenda Constitucional nº 20/1998. Contrária à determinação da PREVIC, a ELETROCEE ingressou com a ação judicial de nº 0065790-57/2014.4.01.3400 perante a Justiça Federal do Distrito Federal. Foi obtida medida liminar para suspender a Portaria PREVIC nº 213 de 23 de abril de 2014. No entanto, sobreveio sentença que, julgou que, em primeira instância, foi julgada improcedente a demanda e cassou a liminar anteriormente concedida. Contra essa sentença foi interposto recurso de apelação interposto pela ELETROCEE. Tal recurso acabou sendo recebido pelo TRF com efeito suspensivo. O recurso de apelação foi julgado improvido, mantendo-se a sentença e reconhecendo-se a validade da Portaria nº 213 de 23 de abril de 2014. Contra o acórdão foi oposto Embargos de Declaração pela Advocacia Geral da União que está pendente de julgamento. Inicialmente foram atribuídos efeitos suspensivos aos embargos, mas esse efeito foi reconsiderado pelo relator, estando a decisão/acórdão em plena produção de efeitos. Na mesma esteira o órgão de controle previdenciário, a equipe de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul também apontou ilegalidade nos dispositivos regulamentares do CEEEPREV, notadamente em desacordo com o princípio constitucional da paridade contributiva, concluindo que essas ilegalidades geraram reflexos significativos na situação patrimonial da Companhia. Considerando a natureza societária da CEEE-D e a responsabilidade de seus administradores, a patrocinadora ingressou com ação declaratória contra a ELETROCEE, demanda instruída nos autos do processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, em curso na justiça estadual do Rio Grande do Sul. Em 18 de dezembro de 2019, foi deferido pedido de antecipação de tutela, determinando que a ELETROCEE emquadre os aportes exigidos da Empresa aos ditames do art. 202, § 3º da CF, e do art. 6º da Lei Complementar nº 108/2001. De outro lado, a Fundação ELETROCEE interpôs agravo de instrumento (processo nº 5000483-37.2020.8.21.7000), ao qual foi atribuído efeito suspensivo à luz da tutela recursal vigente no processo federal que suspendeu temporariamente a determinação da PREVIC contida na Portaria nº 213/2014. Em 14 de outubro de 2021 foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos "a fim de reconhecer a inobservância à paridade contributiva estabelecida pela Constituição Federal e regulada pela Lei Complementar nº 108/01, fazendo cessar, a contar da presente decisão, o pagamento das

contribuições que superam tal limite, incluindo a recomposição de 3% (três por cento) referente aos benefícios de participantes ativos migrados em 2002". Todas as partes interuseram recursos de apelação contra a sentença que foram julgados improvidos em 28 de julho de 2022, tendo sido mantida integralmente a sentença. Concomitantemente, a aplicação efetiva da paridade contributiva reduziria o saldo do passivo pós-emprego do Plano CEEEPREV em aproximadamente 50%. (c) **Plano único.** O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Esse plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados. Após a privatização da Companhia a relação de patrocínio relativa ao Plano Único passou a ser regulada pelo que estabelece a Lei Complementar nº 109/2001. O Regulamento do Plano Único estabelece que as contribuições para custeio do referido Plano devem obedecer ao princípio da paridade contributiva entre patrocinador e participantes. Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução CNPC nº30 de 30 de outubro de 2018, determina em seu art. 14º que para a destinação da reserva especial ou equacionamento de déficit, deverão ser identificados quais os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, observada a proporção contributiva das contribuições normais verdadeiras no período em que se deu a constituição da reserva especial, no caso de superávit, e as contribuições vigentes no período em que o resultado deficitário foi apurado, no caso de déficit, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano do benefício administrado pela EFPC, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado. Considerando a natureza societária da Companhia e a responsabilidade de seus administradores, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência às manifestações anteriores registradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. **26.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido.** A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2021 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2022.

		2022	
	CD	CEEPREV	Plano único

1 Déficit(superávit) apurado	31	1.808.635	1.150.533	2.959.199
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	(119)	(1.174.458)	(929.010)	(2.103.587)
Valor justo dos ativos do plano	(88)	634.177	221.523	855.612
2 Efeito do teto do ativo e passivos adicionais	88	-	-	88
Efeito do teto de ativo	88	-	-	88
3 Passivo(ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)	-	634.177	221.523	855.700

		2021	
	CD	CEEPREV	Plano único

1 Déficit(superávit) apurado	41	1.851.908	1.272.751	3.124.670
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	(16)	(1.146.386)	(976.440)	(2.122.872)
Valor justo dos ativos do plano	(35)	705.522	296.311	1.001.798
2 Efeito do teto do ativo e passivos adicionais	35	-	-	35
Efeito do teto de ativo	35	-	-	35
3 Passivo(ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)	-	705.522	296.311	1.001.883

		2022	
	CD	CEEPREV	Plano único

1 Déficit(superávit) apurado	11	1.851.908	1.272.751	3.124.670
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	(46)	(1.146.386)	(976.440)	(2.122.872)
Valor justo dos ativos do plano	(35)	705.522	296.311	1.001.798
2 Efeito do teto do ativo e passivos adicionais	35	-	-	35
Efeito do teto de ativo	35	-	-	35
3 Passivo(ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)	-	705.522	296.311	1.001.883

		2021	
	CD	CEEPREV	Plano único

1 Déficit(superávit) apurado	41	1.851.908	1.272.751	3.124.670
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	(16)	(1.146.386)	(976.440)	(2.122.872)
Valor justo dos ativos do plano	(35)	705.522	296.311	1.001.798
2 Efeito do teto do ativo e passivos adicionais	35	-	-	35
Efeito do teto de ativo	35	-	-	35
3 Passivo(ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)	-	705.522	296.311	1.001.883

		2022	
	CEEPREV	Plano único	Total

Resultado do exercício	280	(958)	(678)
Custo do serviço corrente líquido	189.574	127.071	316.745
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	(117.268)	(96.916)	(214.184)
Rendimento esperado dos ativos do plano	72.686	29.197	101.883
Total de (despesa) receita reconhecida no resultado do exercício	280	(958)	(678)

Outros resultados abrangentes (ORA), no exercício	15.030	19.729	4.699
Ganhos/(perdas) nos ativos do plano	(88.654)	(107.168)	(195.822)
Ganhos/(perdas) nas obrigações atuariais	(103.684)	(87.439)	(191.123)
Ganhos/(perdas) no efeito do teto do ativo e nos passivos adicionais	-	-	-
Ganhos/(perdas) reconhecidos em ORA	(177.328)	(174.878)	(352.206)

		2021	
	CEEPREV	Plano único	Total

Resultado do exercício	8.583	(1.137)	7.446
Custo do serviço corrente líquido	134.954	46.592	181.546
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	(80.735)	(31.645)	(112.380)
Rendimento esperado dos ativos do plano	62.802	13.810	76.612
Total de (despesa) receita reconhecida no resultado do exercício	62.802	13.810	76.612

Outros resultados abrangentes (ORA), no exercício	93.713	85.212	178.925
Ganhos/(perdas) nos ativos do plano	(219.721)	(11.874)	(231.595)
Ganhos/(perdas) nas obrigações atuariais	-	(16.697)	(16.697)
Ganhos/(perdas) no efeito do teto do ativo e nos passivos adicionais	(126.008)	56.641	(69.367)
Ganhos/(perdas) reconhecidos em ORA	(152.006)	67.681	(84.325)

		2022	
	CD	CEEPREV	Plano único

26.4 Ativos do plano. Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.	180.473	1.880.151	1.144.075	141.607	1.996.033	1.245.042
Títulos Públicos	151.920	841.195	471.353	159.983	845.500	469.182
Fundos de Investimentos	49.003	754.503	485.403	63.797	782.242	449.168
Ativo total	381.396	3.475.849	2.100.831	365.387	3.623.775	2.163.392

26.5 Obrigação de benefício definido: (a) Premissas atuariais. As premissas atuariais utilizadas na data do balanço foram:

	2022		2021			
	CD	CEEPREV	Plano único	CD	CEEPREV	Plano único

Premissas	5,23%	5,23%	5,23%	5,03%	5,03%	5,03%
Taxa de inflação	6,35%	6,39%	6,40%	5,19%	5,38%	5,31%
Taxa de desconto	5,23%	5,23%	5,23%	6,08%	5,03%	5,03%
Futuros aumentos salariais	5,23%	5,23%	5,23%	5,03%	5,03%	5,03%
Futuros aumentos de pensão	5,23%	5,23%	5,23%	5,03%	5,03%	5,03%

(b) **Análise de sensibilidade.** Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	2022		2021			
	CD	CEEPREV	Plano único	CD	CEEPREV	Plano único

Premissas	786	(75.814)	(42.372)	(320)	(85.191)	(51.774)
Taxa de inflação	823	(82.079)	45.486	337	93.935	55.847
Taxa de desconto	(777)	32.409	30.403	(287)	36.521	35.425
Expectativa de vida	884	(33.211)	(30.700)	327	(37.299)	(35.731)

Embora a análise não leve em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2022 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. **26.6 Fluxo de caixa**

	2022		2021			
	CD	CEEPREV	Plano de saúde	CD	CEEPREV	Plano de saúde

1 Fluxo de caixa no exercício	5	40.346	16.547	1	55.164	23.692
Contribuições do empregador	-	915	16.450	-	1.752	15.547
Contribuição do participante	-	145.487	157.613	-	126.596	153.061
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	-	-	-	-	-	-
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte	6	40.840	31.898	3	54.989	23.692
Contribuições do empregador	-	1.460	33.521	-	1.650	16.533</

continuação

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2021. **(a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. A Administração acompanha a evolução do contas a receber, e reforça os direcionamentos estratégicos para potencializar a gestão e o desempenho operacional das ações de cobrança, enviadas para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia adota uma política de cobrança cujas diretrizes estão em consonância com legislação e regulamentação específicas. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 415.108 (R\$ 516.741 em 31 de dezembro de 2021). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de rating *Fitch Ratings* e *Standard & Poors*. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber de clientes:** As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vendidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão. A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/2021, emitida pela ANEEL. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

Classe consumidora	Consumidores Faturados		Consumidores não faturados		Parcelamentos	Total	%
	Faturados	Consumidores não faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos			
Residencial	635.847	92.517	278.678	1.007.042		50%	
Industrial	73.272	31.269	15.356	119.897		6%	
Comercial	285.984	78.683	129.714	494.381		25%	
Rural	44.870	20.403	39.409	104.682		5%	
Poder público	30.603	15.135	70.496	116.234		6%	
Iluminação pública	58.219	27	72.907	131.153		7%	
Serviço público	9.922	9.585	255	19.762		1%	
Concessionárias e permissionárias	-	1.702	-	1.702		0%	
Total	1.138.717	249.321	606.815	1.994.853		100%	

Classe consumidora	Consumidores Faturados		Consumidores não faturados		Parcelamentos	Total	%
	Faturados	Consumidores não faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos			
Residencial	638.540	94.684	196.148	929.372		46%	
Industrial	81.600	32.242	31.166	145.008		7%	
Comercial	299.035	82.539	125.951	507.525		25%	
Rural	50.110	27.731	14.135	91.976		5%	
Poder público	58.109	16.620	106.945	181.674		9%	
Iluminação pública	50.657	30	97.073	147.760		7%	
Serviço público	14.528	10.764	133	25.425		1%	
Concessionárias e permissionárias	-	2.825	5	2.830		0%	
Total	1.192.579	267.435	571.556	2.031.570		100%	

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas esperadas referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 72 – Contas a receber de clientes e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.12.2.1 – Perdas esperadas para redução ao valor recuperável do contas a receber.

Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa

Faixa	Parcelamentos	Saldo contábil		%Taxa média ponderada da perda média		Saldo contábil		%Taxa média ponderada da perda média		Saldo PECLD
		bruto	PECLD	do Parcelado	do Faturado	bruto	do Faturado			
A Vencer	354.978	29,08%	78.100	276.626	1,58%	4.371	272.255	1,58%	4.371	
Vencido 1 a 30	42.364	39,72%	16.827	87.755	5,00%	4.388	83.367	5,00%	4.388	
Vencido 31 a 60	7.648	51,87%	3.967	25.407	16,33%	4.149	21.258	16,33%	4.149	
Vencido 61 a 90	5.775	51,87%	2.995	11.433	27,46%	3.140	8.293	27,46%	3.140	
Vencido 91 a 120	5.891	51,87%	3.056	12.139	30,73%	3.730	8.409	30,73%	3.730	
Vencido 121 a 150	6.474	51,87%	3.358	15.747	34,02%	5.357	10.390	34,02%	5.357	
Vencido 151 a 180	5.573	51,87%	2.891	8.342	32,25%	3.107	5.235	32,25%	3.107	
Vencido 181 a 210	5.075	58,35%	2.961	11.177	42,76%	4.779	6.398	42,76%	4.779	
Vencido 211 a 240	5.210	69,53%	3.623	14.601	52,49%	7.664	6.937	52,49%	7.664	
Vencido 241 a 270	5.063	75,63%	3.829	12.231	64,48%	7.887	4.344	64,48%	7.887	
Vencido 271 a 300	4.461	82,17%	3.666	12.807	69,29%	8.874	4.033	69,29%	8.874	
Vencido 301 a 330	5.299	86,81%	4.600	12.271	71,62%	8.788	3.483	71,62%	8.788	
Vencido 331 a 360	4.410	90,21%	3.978	10.922	74,39%	8.125	2.797	74,39%	8.125	
Vencido 361 a 390	4.229	93,68%	3.962	10.320	75,92%	7.835	2.494	75,92%	7.835	
Vencido 391 a 420	5.457	95,87%	5.232	10.342	77,01%	7.964	2.378	77,01%	7.964	
Vencido 421 a 450	3.965	95,94%	3.804	10.084	77,44%	7.809	2.275	77,44%	7.809	
Vencido 451 a 630	22.780	96,30%	21.937	56.277	80,74%	45.438	10.839	80,74%	45.438	
Vencido 631 a 720	8.917	97,72%	8.714	29.564	82,46%	24.378	5.186	82,46%	24.378	
Vencido 721 a 810	7.413	97,72%	7.244	22.833	86,87%	19.835	2.998	86,87%	19.835	
Vencido 811 a 990	14.957	97,72%	14.616	42.244	88,18%	37.251	5.093	88,18%	37.251	
Vencido 991 a 1080	7.693	97,72%	7.518	26.372	88,18%	23.255	3.117	88,18%	23.255	
Vencido 1081 a 1170	6.870	97,72%	6.518	21.026	88,18%	18.541	2.485	88,18%	18.541	
Vencido 1171 a 1350	13.414	97,72%	13.108	41.434	88,18%	36.537	4.897	88,18%	36.537	
Vencido 1351 a 1530	11.630	97,72%	11.365	46.571	94,73%	44.117	2.454	94,73%	44.117	
Vencido 1531 a 1710	9.897	97,72%	9.671	42.497	97,09%	41.260	1.237	97,09%	41.260	
Vencido 1711 a 1890	8.390	98,48%	8.262	24.871	97,09%	24.147	724	97,09%	24.147	
Vencido Maior 1890	23.182	98,48%	22.830	242.824	97,09%	235.758	7.066	97,09%	235.758	
Total	606.815		278.632	1.138.717		648.484	490.333		648.484	

Aging parcelamento saldos a vencer

	2022					Total
	2023	2024	2025	Após 2025	2026	
Residencial	111.818	31.619	13.300	788	157.525	157.525
Industrial	2.813	1.208	393	1	4.415	4.415
Comercial	19.933	6.256	3.448	10.348	39.985	39.985
Rural	8.165	3.658	2.791	19.117	33.731	33.731
Poder público	10.993	6.440	6.208	41.958	65.599	65.599
Iluminação pública	13.159	9.285	7.058	23.967	53.469	53.469
Serviço público	255	-	-	-	255	255
Total a vencer	167.136	58.466	33.198	96.179	354.979	354.979

	2021					Total
	2022	2023	2024	Após 2025	2026	
Residencial	76.707	17.631	6.451	1.433	102.222	102.222
Industrial	4.677	528	1.005	221	6.431	6.431
Comercial	20.633	9.788	5.210	16.421	52.052	52.052
Rural	3.641	675	275	37	4.628	4.628
Poder público	8.647	8.118	8.356	70.307	95.428	95.428
Iluminação pública	7.363	6.923	7.080	19.314	40.680	40.680
Serviço público	125	8	-	-	133	133
Concessionárias e permissionárias	5	-	-	-	5	5
Total a vencer	121.798	43.671	28.377	107.733	301.579	301.579

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	2022					Total
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	2023	
Residencial	27.139	24.450	16.954	36.022	104.565	104.565
Industrial	2.794	487	1.409	5.657	10.347	10.347
Comercial	16.398	18.436	11.235	25.642	71.711	71.711
Rural	994	1.974	464	1.510	4.942	4.942
Poder Público	49	1	1	2	53	53
Iluminação Pública	83	-	-	4.348	4.431	4.431
Total de parcelamentos	47.457	45.348	30.063	73.181	196.049	196.049

	2021					Total
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	2022	
Residencial	21.392	19.281	16.310	22.351	79.334	79.334
Industrial	526	1.539	1.424	20.957	24.446	24.446
Comercial	14.482	11.707	9.523	17.873	53.585	53.585
Rural	676	537	427	6.081	7.721	7.721
Poder Público	1	2	1	6.185	6.189	6.189
Iluminação Pública	2.680	2.548	2.019	17.577	24.824	24.824
Total de parcelamentos	39.757	35.614	29.704	91.024	196.099	196.099

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil		%Taxa média ponderada da perda		Saldo PECLD
	bruto	PECLD	do não faturado	do não faturado	
A Vencer	249.321	1,58%	3.939		3.939

Faixa	Outros faturados	Total	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado		Saldo PECLD outros faturados
			perda média do Faturado	perda média do Faturado	
A Vencer	6.613	6.613	1,58%	104	104
Vencido 1 a 30	953	953	5,00%	48	48
Vencido 31 a 60	1.421	1.421	16,33%	232	232
Vencido 61 a 90	1.097	1.097	27,46%	301	301
Vencido 91 a 120	1.016	1.016	30,73%	312	312
Vencido 121 a 150	797	797	34,02%	271	271
Vencido 151 a 180	784	784	32,25%	292	292
Vencido 181 a 210	517	517	42,76%	221	221
Vencido 211 a 240	430	430	52,49%	226	226
Vencido 241 a 270	450	450	64,48%	290	290
Vencido 271 a 300	427	427	69,29%	296	296
Vencido 301 a 330	316	316	71,62%	226	226
Vencido 331 a 360	531	531	74,39%	395	395
Vencido 361 a 390	583	583	75,92%	443	443
Vencido 391 a 420	247	247	77,01%	190	190
Vencido 421 a 450	318	318	77,44%	247	247
Vencido 451 a 630	5.151	5.151	80,74%	4.159	4.159
Vencido 631 a 720	926	926	82,46%	764	764
Vencido 721 a 810	1.388	1.388	86,87%	1.206	1.206
Vencido 811 a 990	2.929	2.929	88,18%	2.583	2.583
Vencido 991 a 1080	322	322	88,18%	284	284
Vencido 1081 a 1170	275	275	88,18%	242	242
Vencido 1171 a 1350	706	706	88,18%	623	623
Vencido 1351 a 1530	754	754	94,73%	714	714
Vencido 1531 a 1710	1.050	1.050	97,09%	1.019	1.019
Vencido 1711 a 1890	267	267	97,09%	259	259
Vencido Maior 1890	5.992	5.992	97,09%	5.819	5.819

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Raimundo Barreto Bastos Diretor Presidente	Augusto Miranda da Paz Júnior - Presidente	TITULARES
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima Diretor	Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima	Saulo de Tarso Alves de Lara
Cristiano De Lima Logrado Diretor	Sérvio Túlio dos Santos	Paulo Roberto Franceschi
Humberto Luis Queiroz Nogueira Diretor	David Abdalla Pires Leal	Vanderlei Dominguez da Rosa
José Silva Sobral Neto Diretor	Carlos Augusto Leone Piani	SUPLENTE
Bruno Cavalcanti Coelho Diretor		Moacir Gibur
		Claudia Luciana Ceccatto de Trota
		Ricardo Bertucci
	Geovane Ximenes de Lira Superintendente de Contabilidade e Tributos	
	Contador CRC PE 012996-0-3 S-PS	

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs Raimundo Barreto Bastos, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Humberto Luis Queiroz Nogueira, José Silva Sobral Neto, Bruno Cavalcanti Coelho e Cristiano de Lima Logrado declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 29 de março de 2023 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, apresentados sem ressalvas, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda em 29 de março de 2023, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação do lucro do exercício e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Porto Alegre, 29 de março de 2023. Paulo Roberto Franceschi; Saulo Tarso Alves de Lara; Vanderlei Dominguez da Rosa.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, Porto Alegre - RS. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Reconhecimento da receita de energia distribuída mas não faturada:** As receitas da Companhia são oriundas, principalmente, do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 249.321 mil em 31 de dezembro de 2022 e está divulgado na nota explicativa no 7 às demonstrações contábeis. A mensuração da receita não faturada foi considerada um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja estimada de forma precisa. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho relacionado aos controles internos da Companhia para o cálculo da receita não faturada; (ii) a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Diretoria; (iii) utilização dos nossos es-

pecialistas em auditoria de sistemas para nos auxiliar nos testes de integridade, da precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada; e (iv) recálculo da estimativa da receita de fornecimento não faturado. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma pers-

pectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Fortaleza, 29 de março de 2023. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. CRC CE-001042/F Carlos Santos Mota Filho Contador CRC PE020728/O



PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- agencias@jornaldocomercio.com.br
- comercial@jornaldocomercio.com.br
- [\(51\) 3213-1333 / 3213-1338](tel:(51)3213-1333)
- [\(51\) 9 9649-0062](tel:(51)99649-0062)

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

ALIBEM Alibem Alimentos S.A. CNPJ 03.941.052/0001-50 – NIRE 43 3 0005793 3

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: Porto Alegre, abril de 2023 – A Administração da Alibem Alimentos S.A. ("Alibem"), companhia brasileira de capital fechado, apresenta suas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros IFRS (International Financial Reporting Standards) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board).

Maximiliano Chang Lee - Presidente do Conselho de Administração **José Roberto Fraga Goulart - Presidente Executivo**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco Patrimonial 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)				
	31/12/2022	31/12/2021		
Ativo			Passivo e patrimônio líquido	
Circulante			Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	608.854	561.271	Fornecedores	220.924
Aplicações financeiras (Nota 4)	101.969	155.545	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	262.441
Bancos conta vinculada (Nota 4)	1.238	6.404	Debêntures (Nota 12)	36.157
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13)	3.589	-	Salários e encargos sociais	31.486
Contas a receber de clientes (Nota 5)	169.183	139.501	Impostos e contrib. a recolher (Nota 14)	3.067
Estoques (Nota 7)	184.925	210.400	Provisão para contingências (Nota 10)	7.760
Ativos biológicos (Nota 8)	404.563	311.607	Adiantamentos de clientes	9.946
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 6)	40.551	8.485	Instrumentos financ. derivativos (Nota 13)	-
Adiantamento a fornecedores	12.385	8.499	Partes relacionadas (Nota 9)	8.428
Partes relacionadas (Nota 9)	-	45.967	Obrigações com aquisições patrimoniais	2.592
Outros ativos	3.419	1.468	Outros passivos	5.736
	1.530.676	1.449.147		588.537
Não circulante			Patrimônio líquido (Nota 15)	
Imposto e contribuições a recuperar (Nota 6)	15.066	15.066	Capital social	324.000
Depósitos judiciais (Nota 10)	873	933	Ajustes de avaliação patrimonial	24.883
Partes relacionadas (Nota 9)	-	30.000	Outros resultados abrangentes	2.369
Outros ativos	181	-	Reserva de lucros	244.357
Ativos biológicos (Nota 8)	188.238	153.201	Reserva de incentivos fiscais	33.297
Imobilizado (Nota 11)	269.910	227.528	Total do patrimônio líquido	628.906
Intangível	827	1.132	Total do passivo e patrimônio líquido	2.005.771
	475.095	427.860		1.877.007
Total do ativo	2.005.771	1.877.007		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)												
	Reserva de lucros		Ajuste de aval. patrimonial	Lucros acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Reserva de lucros			Outros Resultados Abrangentes		
	Capital social	Reserva Incobertos Fiscais					Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados		Outros Resultados Abrangentes	Total
Em 31 de dezembro de 2020	173.929	124.906	29.641	259.545	26.638	628.708	-	-	-	14.049	124.665	124.665
Lucro líquido do exercício	-	-	-	259.545	26.638	628.708	-	-	-	-	14.049	124.665
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	-	-	(1.034)	-	-	-	-	-	1.034	(1.034)
Const. res. de incentivos fiscais	-	25.416	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.416)	(25.416)
Instrumentos financeiros derivativos (hedge accounting)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.362)	(18.362)	(18.362)
Destinação dos resultados:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas	-	-	4.962	(24.434)	-	-	-	-	-	19.472	-	19.472
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.755)	-	(19.755)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.000)	-	(100.000)
Em 31 de dezembro de 2021	173.929	150.322	34.603	235.111	25.604	615.256	-	-	-	(4.313)	615.256	615.256
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.968	6.968
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	-	-	(721)	-	-	-	-	-	721	(721)
Aumento de capital	150.071	(150.071)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const. res. de incentivos fiscais	-	33.046	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.046)	(33.046)
Instrumentos financeiros derivativos (hedge accounting)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação dos resultados:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.682	6.682
Utilização de reservas	-	-	-	(25.357)	-	-	-	-	-	25.357	-	25.357
Em 31 de dezembro de 2022	324.000	33.297	34.603	209.754	24.883	628.906	-	-	-	2.369	628.906	628.906

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31/dezembro/2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Alibem Alimentos S.A. (a "Companhia") foi fundada em junho de 2000, e possui sede em Porto Alegre - RS. Suas atividades principais consistem na criação e abate de suínos, na industrialização de produtos derivados de suínos e na fabricação de ração utilizada unicamente para alimentação dos seus suínos em criação, bem como o comércio atacadista e varejista de carnes e produtos congêneres, atuando em todo o território nacional e exportando para diversos países. A Companhia opera dois frigoríficos, tendo adquirido um terceiro frigorífico em 2022, que está em fase pré-operacional na cidade de Estação/RS, três fábricas de ração, quinze granjas próprias, estrutura de integração de suínos, quatro unidades comerciais e três unidades de logística, além de contar com uma equipe de profissionais qualificados e com larga experiência no mercado de proteína animal, a fim de atender os mais altos níveis de exigências de toda a cadeia produtiva, desde a criação dos suínos até a comercialização de seus produtos.

2. Resumo das principais políticas contábeis: **2.1. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a partir da Nota 2.4. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por certos ativos e passivos mensurados a valor justo. A preparação de demonstração financeira requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressupostos e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2023. **2.2. Mudança nas normas contábeis:** Não existem novas normas e interpretações emitidas que tenham, na opinião da Administração, gerado impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Na opinião da Administração, também não haverá impacto significativo de novas normas e alterações de normas emitidas até o momento, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** a) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **2.5. Instrumentos financeiros:** 2.5.1. Classificação: Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado: • Títulos e valores mobiliários; • Bancos exterior disponível; • Bancos conta vinculada; • Contas a receber de clientes; • Adiantamentos a fornecedores; • Partes relacionadas; • Outros ativos. Para ativos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. **2.5.2. Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.5.3. Mensuração:** Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos (perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **2.5.4. Impair-**

ment de ativos financeiros: A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. A Companhia tem os seguintes tipos de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de perda estimada de crédito estabelecido pelo CPC 48: • Contas a receber por vendas de produtos; • Títulos e valores mobiliários; • Bancos exterior disponível; • Bancos conta vinculada; • Caixa e equivalentes de caixa. Com o CPC 48, a Companhia teve que revisar sua metodologia de impairment para cada uma dessas classes de ativos. A perda de valor recuperável identificada foi imaterial. No que se refere ao caixa e equivalentes de caixa, também sujeitos aos requisitos de impairment do CPC 48, a perda de valor recuperável identificada foi imaterial. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.5.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos derivativos como hedge de fluxo de caixa. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas (impairment). **2.7. Estoques:** Os estoques da Companhia são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos quais o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.8. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são registrados pelo custo de aquisição. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. **2.9. Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, com base nas taxas mencionadas na Nota 11. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de bens do imobilizado na data de transição para os CPCs. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são reavaliados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **2.10. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem a suínos matrizes para reposição e suínos em engorda para abate, os quais são destinados para produção de carnes in natura, processadas e embutidos, e também florestas. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, mediante metodologia de equiparação dos ativos ao valor de mercado principal dos mesmos, utilizando-se de dados observáveis de mercado para cálculo, deduzidos dos custos estimados de venda. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita trimestralmente, pois considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações financeiras e está alinhada com a periodicidade da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Efeito líquido de valor justo dos ativos biológicos", em conjunto com os montantes de realização da variação do valor justo por venda. O processo de engorda e abate dos suínos tem um ciclo aproximado de 160 dias, variável com base na cultura e material genético a que se refere. No caso das florestas provenientes de reflorestamento, o ciclo desta operação é de 7 anos. **2.11. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31/dezembro/2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Receita líquida (Nota 16)	1.825.959	1.919.019
Custos dos produtos vendidos (Nota 17)	(1.624.599)	(1.354.307)
Efeito liq. de vir justo ativos biológicos (Nota 17)	60.478	(152.093)
Lucro bruto	261.838	412.619
Despesas de vendas (Nota 17)	(224.323)	(166.563)
Despesas gerais e administrativas (Nota 17)	(69.507)	(65.962)
Outras receitas (despesas), líquidas (Nota 18)	1.043	909
Lucro (prejuízo) operacional	(30.949)	181.003
Despesas financeiras (Nota 19)	(115.168)	(67.415)
Receitas financeiras (Nota 19)	70.674	28.374
Variação cambial, líquida (Nota 19)	49.698	13.099
Lucro (prej.) antes do IR e da contrib. social	(25.745)	165.061
Imposto de renda e contribuição social (Nota 20)	-	-
Corrente	16.682	(103.283)
Diferido	16.031	62.887
Lucro líquido do exercício	6.968	124.665
Média de ações durante o exerc. - em lotes de mil.	173.929	173.929
Lucro por ação - em R\$	0,04	0,72

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	6.968	124.665
Instrumentos financeiros (hedge accounting), líquido dos efeitos tributários	6.682	(18.362)
Resultado abrangente do exercício	13.650	106.303

na data de apresentação do relatório. **2.12. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Estes compromissos, que possuem prazo médio de pagamento inferior a 60 dias, não tem caráter de financiamento. Portanto essas compras não são descontadas a valor presente. A Companhia não possui operações de risco sacado, "confirming" elou "forfait" para seus fornecedores através de convênios com instituições financeiras. **2.13. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.14. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base no lucro líquido, não incluindo os efeitos de, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devam ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.16. Reconhecimento da receita de venda de produtos:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. a) Venda de produtos: As vendas são reconhecidas quando o controle dos produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o atacadista ou varejista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista ou varejista. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda são transferidos para o atacadista ou varejista, o atacadista ou varejista aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescrito ou a Companhia tem evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. As vendas são realizadas com prazo de pagamento aproximadamente 40 dias, portanto, não tem caráter de financiamento, o que é consistente com a prática do mercado. Portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente. Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado. b) Componentes de financiamento: A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. c) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado é calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros, com exceção dos títulos públicos indexados a inflação (NTN-B) que são marcados a "mercado", sendo o reconhecimento de seus ganhos ou eventuais perdas no próprio exercício. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas explicativas. As principais operações e saldos impactados por estimativas e julgamentos estão relacionadas à avaliação de perdas ao valor de recuperação de ativos financeiros, em especial as contas a receber de clientes e na avaliação do valor justo dos ativos biológicos.

4. Disponibilidades:		
4.1. Caixa e equivalentes de caixa		
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	532	173
Contas corrente bancárias	1.607	2.286
Bancos no exterior	17.693	10.615
Bancos e valores mobiliários	589.022	548.197
	608.854	561.271

4.1.1. Bancos no exterior: Referente a valores de faturas liquidadas por clientes no exterior diretamente nas contas bancárias da Companhia fora do país. A Companhia opta por manter algum saldo nestas contas para eventuais despesas e custos que possam surgir no exterior, exceto em relação ao direito, a qualquer momento, de transferir esses saldos para suas contas bancárias dentro do país mediante os procedimentos requeridos pelo Banco Central do Brasil. **4.1.2. Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2022 os títulos e valores mobiliários

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	6.968	124.665
Fluxo de caixa das atividades de investimento	11	(18)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(60.478)	152.093
Variação do valor justo de ativos biológicos	92.780	59.81
Juros e variação cambial apropriados	(16.031)	(62.887)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.305	15.181
Depreciações e amortizações	7.574	25.166
Baixas do ativo imobilizado, matrizes e intangível	590	3.152
Provisão para contingências	46.719	316.433
Variação nos ativos e passivos	5.166	(523)
Bancos conta vinculada	(29.893)	90.246
Contas a receber de clientes	25.475	(38.559)
Estoques	(32.478)	(80.569)
Ativos biológicos	(3.886)	978
Adiantamentos a fornecedores	(32.066)	6.708
Impostos a recuperar	60	304
Depósitos judiciais	(2.132)	(187)
Outros ativos	56.710	(18.288)
Fornecedores	3.155	-
Obrigações por aquisições patrimoniais	1.197	(7.834)
Salários e encargos sociais	(1.629)	2.065
Impostos e contribuições a recolher	(1.910)	(57.504)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.247)	(8.423)
Adiantamento de clientes	(4.620)	(5.198)
Outros passivos	(29.898)	(116.784)
Caixa líquido gerado pelas ativ. operacionais	16.821	199.649

Continuação Alibem Alimentos S.A. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with 3 columns: Description, 31/12/2022, 31/12/2021. Includes sections 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100.

Para a proteção à exposição cambial líquida em suas operações comerciais futuras, a Companhia contrata operações de derivativos, conforme definido em sua política de hedge, as quais são registradas pela contabilidade de hedge, assim como demonstrado na Nota 13.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: Considerando que determinados ativos e passivos financeiros, principalmente aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, da Companhia possuem taxas de juros variáveis (indexadas ao CDI) e determináveis, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia, no período de até 12 meses, possuem oscilações alinhadas com a variação da taxa de juros definida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que é a SELIC, podendo ocorrer variações significativas, decorrentes de mudanças nas taxas de juros do mercado. Estas operações possuem seu valor marcado na "curva", com exceção das aplicações em Títulos Públicos Federais (NTN-B), que o valor é mensurado ao valor de mercado.

b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. As aplicações financeiras, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros têm como contraparte, instituições financeiras de reconhecida solidez e/ou são lastreadas em títulos garantidos por estas instituições, e pela política de investimentos que determina o limite de cada instituição financeira, além de outros parâmetros de mitigação deste risco. O risco de crédito relacionado aos clientes é minimizado pela constituição de provisões para perdas quando a Administração entende necessário, com base no histórico de perdas incorridas com os clientes e/ou atrasos no pagamento. Neste sentido também foram implantados mecanismos sistematizados dos Comitês de Crédito parte fundamental da política de crédito da Companhia.

c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Companhia mantém em garantia aos empréstimos, aplicações financeiras em montante absoluto, superior ao saldo dos empréstimos garantidos. A política de investimentos define um percentual de caixa mínimo (excluindo-se eventuais valores em garantia) de no mínimo 20% do Ativo Total da Companhia.

22. Seguros: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Table with 3 columns: Descrição, Montante Coberturas, 2022, 2021. Includes sections 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100.

23. Evento subsequente: No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgamento, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. A Companhia analisou as decisões individuais transitadas em julgamento, e não identificou nenhum caso em que tenha havido modificação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal posteriormente, em controle de constitucionalidade.

MAXIMILIANO CHANG LEE Diretor - CPF 924.420.480-00 EDUARDO SHEN PACHECO DA SILVA Diretor - CPF 961.358.240-15 JOSÉ ROBERTO FRAGA GOULART Diretor - CPF 286.243.510-49 DIRCE FONTAURA Contadora CRC-RS 042097/O-1 - CPF 374.195.790-91

Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras

Aos administradores e acionistas da Alibem Alimentos S.A. Porto Alegre - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Alibem Alimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Reconhecimento de receita - corte das vendas: A Companhia opera no comércio de carnes e produtos relacionados, produzindo e embarcando diariamente grandes quantidades de produtos para clientes em território nacional e no exterior. Desta forma, a receita de vendas é reconhecida no momento em que a Companhia a determinação do momento de reconhecimento das receitas envolve análise das condições comerciais, as quais podem variar, principalmente, entre as vendas para o mercado interno e para o mercado externo. A complexidade inerente ao processo de reconhecimento da receita e o grande volume de itens faturados, em termos de quantidades e valores, podem levar ao risco de reconhecimento antecipado de receita. Em função desses aspectos, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria. A divulgação das receitas auferidas pela Companhia, incluindo os critérios de reconhecimento, está incluída nas notas explicativas 2.16 e 16. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de vendas da Companhia, incluindo o momento de reconhecimento das receitas e dos respectivos critérios de reconhecimento do setor e da Companhia; (ii) para uma amostra de vendas registradas durante o exercício, obtivemos as respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no período contábil apropriado; (iii) realizamos testes extensivos de auditoria sobre transações de vendas realizadas próximas ao final do exercício, visando confirmar a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receitas; e (iv) examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas. Como resultado desses procedimentos, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de estorno de parcela de receita de vendas reconhecida ao final do exercício, sendo este ajuste não registrado pela administração, considerando a imaterialidade do impacto deste ajuste sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitável a prática de reconhecimento das receitas de venda da Companhia adotada pela diretoria e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Mensuração dos ativos biológicos: Conforme mencionado na nota explicativa 8, a Companhia possui ativos biológicos decorrentes, principalmente, da criação de suínos matrizes para reposição e suínos em engorda para o abate, mensurados a valor justo. Essa mensuração é uma estimativa significativa, sendo baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía saldo de ativos biológicos de R\$404.563 mil no ativo circulante e R\$188.238 mil no ativo não circulante. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores dos ativos biológicos sobre o total de ativos e sobre o resultado do exercício, bem como devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa, o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia e a utilização de especialistas na inspeção física por amostragem de granjas, para avaliar a existência dos ativos biológicos e suas condições físicas. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para mensuração do valor justo. Realizamos, também, verificação amostral dos documentos dos custos que foram adicionados durante o exercício. Por fim, examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de mensuração dos ativos biológicos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 27 de março de 2023. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC-SP01519/F. Vicente De Giacomo Pias - Contador CRC-RS 097557/O-4.



STEMAC S/A GRUPOS GERADORES

Em Recuperação Judicial - CNPJ 92.753.268/0001-12 - NIRE 43 3 0000477 5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2023

Os Administradores da Companhia apresentam as Demonstrações Econômico-Financeiras da STEMAC S/A GRUPOS GERADORES, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Porto Alegre (RS), 05 de Abril de 2023. A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	
Nota	2022	2021	
CIRCULANTE	137.287	180.582	
Caixa e Equivalentes de Caixa	07 5.382	10.327	
Títulos de Capitalização	08 92	92	
Clientes	08 56.661	61.443	
Estoque	09 19.481	19.140	
Adiantamentos a Fornecedores	10 19.293	19.703	
Impostos a Recuperar	10 31.743	64.679	
Despesas Antecipadas	10 3.371	3.739	
Outros Créditos	11 1.264	1.459	
NÃO CIRCULANTE	236.317	447.038	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	89.663	116.302	
Clientes	08 2	9.148	
Impostos a Recuperar	10 63.633	68.058	
Impostos Diferidos	18 18.629	33.894	
Depósitos Judiciais	19 7.399	5.202	
INVESTIMENTOS	11 20.250	196.502	
IMOBILIZADO	12 105.820	113.433	
INTANGÍVEL	13 20.584	20.801	
TOTAL DO ATIVO	373.604	627.620	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	2022	2021	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24 261.067	200.318	
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(170.989)	(151.440)	
LUCRO BRUTO	90.078	48.878	
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(165.796)	(118.804)	
Despesas com Vendas	(27.060)	(35.441)	
Despesas Gerais e Administrativas	(80.825)	(60.602)	
Despesas Tributárias	(13.043)	(7.418)	
Outras Receitas e Despesas	26 (44.868)	(15.343)	
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(75.718)	(69.926)	
Receitas Financeiras	25 58.640	1.780	
Despesas Financeiras	25 (67.313)	(55.909)	
Resultado Líquido do Exercício	(83.658)	(92.983)	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

A STEMAC S.A. GRUPOS GERADORES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL é uma Companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 92.753.268/0001-12, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 433.0000.477-5. Está sediada na cidade de Porto Alegre (RS), Av. Sertório, nº 905, Bairro Navegantes, CEP 91.020-001. A STEMAC S.A. GRUPOS GERADORES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL está presente no mercado há mais de 71 anos, com abrangência nacional, mantendo operações distribuídas em 28 estados do país e tem como objeto principal a fabricação, comercialização e manutenção de grupos geradores de energia. O principal processo consiste na montagem dos equipamentos. Nesta etapa, destacam-se a exigência de qualidade do produto e a validação de projetos personalizados especialmente para atender as necessidades dos clientes. Em um ambiente de alta competitividade, nos diferenciamos pelo acompanhamento integral: projeto, fabricação, instalação, serviços e peças. **Recuperação Judicial:** Em 17 de abril de 2018, a STEMAC S.A. GRUPOS GERADORES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Stemac, pedido de Recuperação Judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05. A despeito de esforços da administração junto a credores, clientes, potenciais investidores e adoção de boas medidas de gestão, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da crise econômica financeira da Companhia em decorrência da situação econômica financeira enfrentada pelo Brasil. A medida visou proteger o valor dos ativos da Companhia e reestruturar seus negócios, com o objetivo de preservar a sua atividade empresarial como fonte de geração de empregos, tributos e riquezas, e reestabelecer a forma de pagamento de seus credores, sempre com vistas a atender aos seus melhores interesses. Em 10 de Maio de 2018, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005, o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela STEMAC S.A. GRUPOS GERADORES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e demais empresas. Em 22 de fevereiro de 2019, a Assembleia Geral dos credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial da STEMAC S.A. GRUPOS GERADORES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e demais empresas, sendo homologado perante o Juízo da 3ª Vara Cível de Itumbiara em 19 de dezembro de 2019. A aprovação e homologação do Plano de Recuperação da Companhia possibilitou uma reestruturação abrangente dos passivos e consequentemente da estrutura de capital, além de possibilitar continuidade operacional, conforme divulgado na nota explicativa nº 02. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2023.

NOTA 02 - MEDIDAS GERAIS DE RECUPERAÇÃO DO GRUPO STEMAC

2.1. VISÃO GERAL DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO: Este Plano tem como objetivo permitir ao Grupo Stemac a recomposição do fluxo de caixa necessário para a continuidade das suas atividades, retomar seu crescimento de forma sustentável, preservar a manutenção de empregos diretos e indiretos, bem como, atender aos interesses dos credores. Para tanto, o plano prevê os seguintes meios de recuperação, na forma do artigo 50 da Lei de Recuperação de Empresas: **2.1.1. Concessão de Prazos e Condições Especiais para o Pagamento dos Créditos Sujeitos ao Plano.** O Grupo Stemac reestruturará os Créditos Sujeitos ao Plano nos termos previstos no item, **2.2.1.2.1. Captação de Novos Recursos.** O Grupo Stemac poderá proceder à obtenção de novos recursos para o pagamento dos Credores Sujeitos ao Plano e para o financiamento de suas atividades operacionais, na forma prevista neste Plano. **2.1.3. Reorganização Imobiliária.** O Grupo Stemac poderá proceder à realocação total ou parcial de sua sede administrativa ou eventuais atividades operacionais exercidas em Porto Alegre/RS, a fim de obter maior eficiência operacional e melhor aproveitamento econômico dos imóveis. **2.1.4. Redução de Custos Operacionais.** O Grupo Stemac vem enviando esforços para captação de recursos financeiros suficientes para fomento da produção, equilibrando cash flow. Vale ressaltar que a reestruturação envolve também (i) o aumento da produtividade e otimização da industrialização na Unidade Fabril de Itumbiara e (ii) a reestruturação comercial, com a implementação de novas equipes e representantes, ampliando a cobertura de mercado, mesmo reduzindo despesas fixas comerciais, sendo certo que, implementadas as medidas de reestruturação, o Grupo Stemac recuperará e solidificará sua posição de liderança no mercado. **2.2. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS SUJEITOS AO PLANO: 2.2.1. CLASSE I - Créditos Trabalhistas Incontroversos: 2.2.1.1. Pagamento Inicial:** Os Créditos Trabalhistas Incontroversos que derivarem de salários atrasados vencidos e não pagos nos três meses anteriores à Data do Pedido serão integralmente pagos, até o limite de 5 salários-mínimos, em uma única parcela, no 30º dia útil do mês subsequente à homologação judicial do plano ou à data em que se tornarem Créditos Trabalhistas Incontroversos, o que ocorrer por último, nos termos do art. 54, parágrafo único, da Lei de Recuperação de Empresas. **2.2.1.2. Fluxo de pagamentos.** Abatidos os valores pagos referentes ao pagamento Inicial, o saldo dos Créditos Trabalhistas será pago aos respectivos Credores Trabalhistas no prazo de até 1 (um) ano a contar da Homologação Judicial do Plano, ou, no caso de Créditos Trabalhistas Controvertidos, a contar da sua devida inclusão na Lista de Credores, nos termos do art. 54, caput, da Lei de Recuperação de Empresas. **2.2.1.3. Juros e correção.** Os Créditos Trabalhistas Incontroversos serão corrigidos monetariamente e sofrerão a incidência de encargos calculados segundo o IPCA-E, contados a partir da Homologação Judicial

do Plano. **2.2.2. Créditos com Garantia Real.** Os Credores com Garantia Real poderão, a seu exclusivo critério, eleger a forma de pagamento de seu Crédito com Garantia Real, de acordo com uma das opções descritas abaixo: **2.2.2.1. Opção A.** O pagamento dos Credores com Garantia Real que validamente elegerem a Opção A observará o disposto: **(a) Deságio.** Sobre o Crédito com Garantia Real será aplicado 68% (sessenta e oito por cento) de deságio; **(b) Carência.** Descontado o percentual mencionado no item (a), acima, sobre o saldo do Crédito com Garantia Real será aplicada carência de 3 (três) anos para início do pagamento das parcelas do principal e dos juros, contados da Homologação Judicial do Plano; **(c) Prazo.** Após o prazo de carência previsto na alínea (b), acima, o saldo do Crédito com Garantia Real será pago no prazo de 9 (nove) anos, após ao encerramento do período de carência; **(d) Correção e Juros.** O Crédito com Garantia Real será corrigido monetariamente e sofrerá a incidência de encargos calculados à taxa de TR (Taxa Referencial) acrescido de juros de 2% ao ano, capitalizados anualmente durante todo o cronograma (carência e amortização). **2.2.2.2. Opção B.** Os Credores com Garantia Real incidentes sobre os Imóveis Não Operacionais que validamente elegerem a Opção B terão seus Créditos com Garantia Real amortizados mediante o recebimento dos Imóveis Não Operacionais hipotecados em seu favor, em dação em pagamento, em contrapartida à correspondente amortização parcial ou quitação do respectivo Crédito com Garantia Real, até o limite de seus Créditos com Garantia Real. **2.2.2.2.1.** Quando aplicável a amortização parcial, nos termos da Opção B, acima, o eventual saldo credor remanescente será pago de acordo com a Opção A prevista no item 2.2.2.1. **2.2.3. Créditos Quirografários e Créditos ME e EPP: 2.2.3.1. Créditos de pequeno valor.** Os Credores Quirografários ou Credores ME e EPP que detinham Créditos Quirografários ou Créditos de ME e EPP cuja soma total não ultrapasse o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com base no valor listado na Lista de Credores, serão pagos da seguinte forma: **(a) Pagamento.** O valor total dos Créditos Quirografários ou Créditos de ME e EPP será pago, à vista, por meio de parcela única, dentro de 60 (sessenta) dias contados da Homologação Judicial do Plano; **(b) Correção monetária e juros.** O valor dos Créditos Quirografários e Créditos de ME e EPP será corrigido a partir da data da homologação judicial do plano à taxa TR e sofrerá a incidência de juros à taxa de 2% (dois por cento) ao ano. Os juros e a correção monetária serão pagos conjuntamente com o valor principal; **(c) Possibilidade de redução voluntária de créditos.** Quaisquer Credores Quirografários ou Credores ME e EPP que possuam Créditos em valor total superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) poderão optar pela redução de seus créditos ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O exercício da opção prevista nesta cláusula importará o perdão e quitação pelo credor de qualquer saldo de Créditos Quirografários ou de ME e EPP que ultrapasse o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O prazo para opção da redução voluntária poderá ser exercido em até 30 dias contados da homologação judicial do plano. **2.2.3.2. Créditos Quirografários.** O pagamento dos Créditos Quirografários cuja soma total ultrapasse o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e cujo Credor não se configure como Credor Fornecedor Incentivador ou Credor Financeiro Incentivador, sem que tal Credor Quirografário não tenha optado por exercer a Opção de Redução Voluntária de Créditos, observará: **a) Deságio.** Sobre o Crédito Quirografário será aplicado 65% (sessenta e cinco por cento) de deságio; **b) Carência.** Descontado o percentual mencionado no item (a) acima, sobre o saldo do Crédito Quirografário será aplicada carência de 3 (três) anos para início do pagamento das parcelas do principal e de juros, contados da Homologação Judicial do Plano; **c) Prazo.** Após o prazo de carência previsto na alínea (b) acima, o saldo do Crédito com Quirografário será pago no prazo de 10 (dez) anos, após ao encerramento do período de carência; **d) Correção e juros.** O Crédito Quirografário será corrigido monetariamente pela TR (Taxa Referencial) e sofrerá a incidência de juros de 2% ao ano capitalizados anualmente durante todo o cronograma (carência e amortização). **2.2.3.3. Créditos ME e EPP.** O pagamento dos Créditos ME e EPP cuja soma total ultrapasse o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sem que tal Credor ME e EPP não tenha optado por exercer a Opção de Redução Voluntária de Créditos, observará: **a) Carência.** Será aplicada carência de 1 (hum) ano para início do pagamento das parcelas do principal e de juros, contados da Homologação Judicial do Plano; **b) Prazo e amortização.** Após o prazo de carência previsto na alínea (a) acima, o Crédito ME e EPP, principal e juros, será pago no prazo de 4 (quatro) anos, em parcelas mensais, iguais e sucessivas; **c) Correção e Juros.** Durante o período de carência, o Crédito ME e EPP será corrigido monetariamente e sofrerá a incidência de encargos calculados à taxa de TR acrescido de juros de 2% (dois por cento) ao ano. **2.2.3.4. Credores fornecedores incentivadores.** Os Créditos com Garantia Real e Créditos Quirografários detidos por Credores Fornecedor Incentivadores, conforme definidos no Plano de Recuperação Judicial, serão pagos conforme dispostos abaixo: **(a) Pagamento do crédito.** Os Créditos com Garantia Real e Créditos Quirografários detidos por Credores Fornecedor Incentivadores não sofrerão qualquer tipo de deságio; **(b) Carência.** Será aplicada carência de 4 (quatro) anos para início do pagamento das parcelas do principal, contados da Homologação Judicial do Plano; **(c) Prazo e amortização.** Os juros serão pagos mensalmente, vencendo-se a primeira parcela em 90 (noventa) dias contados da Homologação Judicial do Plano. Após o prazo de carência previstos no item (b) acima, o Crédito detido pelo Credor Fornecedor Incentivador, principal e juros, será pago no prazo de 05 (cinco) anos, em parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira parcela no 1º Dia útil do primeiro mês subsequente ao encerramento do período de carência; **(d) Correção e Juros.** Mesmo durante

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Ajuste Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	190.000	9.546	6.715	(415.632)	(209.371)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(92.983)	(92.983)
Realização de Reserva de Reavaliação	-	(6.951)	-	6.951	-
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(6.715)	6.715	-
Resultado Abrangente Total	-	-	-	(79.317)	(92.983)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	190.000	2.595	-	(494.949)	(302.354)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(83.658)	(83.658)
Realização de Reserva de Reavaliação	-	(2.595)	-	2.595	-
Resultado Abrangente Total	-	-	-	(81.063)	(83.658)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	190.000	-	-	(576.012)	(386.012)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras*.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO - MÉTODO INDIRETO (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Ativ. Operacionais	2022	2021
Prejuízo do Exercício	(83.658)	(92.983)
Ajustado por:		
(+) Depreciação e Amortização	7.854	11.549
(+) Juros Provisionados s/Oper. Financeiras	35.836	33.889
(+) Provisões Tributos Diferidos	(733)	(17.430)
(+) Agio/Deságio Plano Recup. Judicial - RJ	(46.092)	2.191
(+) Provisões Contingências	4.694	1.306
(+) Ganho de AVJ - Ativos Não Circulantes	-	-
(+) Mantidos para Venda	(1.012)	-
(+) Ganhos/Perdas nas Alienações do Ativo Imobilizado	(433)	28.424
(+) Ganhos/Perdas nas Alienações do Ativo Investimentos	72.111	-
Resultado do Exercício Ajustado	(11.433)	(33.054)
ACRESCIMENTO/DECRESCIMO DO ATIVO	49.724	20.720
Clientes	13.928	1.254
Estoques	(341)	940
Impostos a Recuperar	37.361	21.570
Adiantamento a Fornecedores	410	(5.036)
Outras Contas a Receber	(1.634)	1.992
ACRESCIMENTO/DECRESCIMO DO PASSIVO	(24.229)	1.422
Emprestados	(4.780)	2.402
Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.054	(40.248)
Obrigações Tributárias	(21.016)	32.615
Antecipações de Clientes	(1.307)	3.299
Receitas a Realizar	(1.147)	3.626
Outras Contas a Pagar	(33)	(272)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	14.062	(10.912)
FLUXO DE CAIXA ATIV. DE INVESTIMENTO	(3.758)	16.104
Recob.(Pagto) de Emprést. a Pessoas Ligadas	586	28.342
Alienações do Ativo Imobilizado	(177)	(314)
Aquisições de Ativo Imobilizado	105.153	-
Alienações de Investimento	101.804	44.132
Caixa Líquido das Ativ. de Investimento	101.804	44.132
FLUXO DE CAIXA ATIV. DE FINANCIAMENTO	(120.811)	(35.416)
Captação (Pagto) Emprést. e Financiamentos	(120.811)	(35.416)
Caixa Líquido das Ativ. de Financiamento	(120.811)	(35.416)
Aumento (Dimin.) de Caixa e Equiv. de Caixa	(4.945)	(2.196)
Caixa e Equiv. de Caixa no Início do Exercício	10.327	12.523
Caixa e Equiv. de Caixa no Final do Exercício	5.382	10.327

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
DESCRÇÃO	2022	2021
1 - RECEITAS	267.570	235.733
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	302.367	248.721
1.2) Outras receitas	(44.868)	(15.343)
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa / Constituição	10.071	2.355
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(202.992)	(168.786)
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(110.376)	(95.594)
2.2) Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	(92.616)	(73.192)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	64.578	66.947
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORT. E EXAUSTÃO	(7.854)	(11.549)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	56.724	55.398
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	58.640	1.780
6.1) Receitas Financeiras	58.640	1.780
7 - VALOR ADIC. TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	115.364	57.178
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	115.364	57.178
8.1) Pessoal	63.641	56.066
8.1.1) Remuneração direta	50.762	44.375
8.1.2) Benefícios	7.653	6.779
8.1.3) FGTS	5.226	4.912
8.2) Impostos, taxas e contribuições	67.173	37.706
8.2.1) Federais	26.852	7.408
8.2.2) Estaduais	37.807	27.526
8.2.3) Municipais	2.514	2.772
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	68.208	56.389
8.3.1) Juros	67.313	55.909
8.3.2) Aluguéis	895	480
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	(83.658)	(92.983)
8.4.1) Prejuízos retidos	(83.658)	(92.983)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RECEITAS FINANCEIRAS REFERENTE A ATUALIZAÇÃO PELA SELIC.

Tributo	Principal (Nov 2022)	Correção (Nov 2022)	Total
PIS	13.396	0,566	23.957
Cofins	61.003	47.428	108.431
Atualização Nov./Dez./20	-	345	345
Total Geral 2020	74.394	58.339	132.733
Atualização 2021	-	2.424	2.424
Total Geral 2021	-	2.424	2.424
Atualização 2022	-	5.576	5.576
Total Geral 2022	-	5.576	5.576

Conforme reconhecido expressamente pela decisão judicial transitada em julgado, os valores dos recolhimentos indevidamente exigidos da Companhia poderão ser executados no próprio processo mediante liquidação, cumprimento de sentença e posterior pagamento através de precatório federal, ou através do aproveitamento de créditos de PIS e Cofins na escrita fiscal para compensação com outros débitos de tributos federais.

NOTA 04 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

NOTA 05 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

5.1. CLASSIFICAÇÃO DE ITENS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES: No Balanço Patrimonial, ativos e obriga

STEMAC S/A GRUPOS GERADORES NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo de derivativos são registradas na demonstração do resultado. **5.7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos, mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e pela provisão para *impairment* se necessária. **5.8. ESTOQUES:** Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. **5.9. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO:** Uma propriedade para investimento é reconhecida como ativo quando: (a) for provável que os benefícios econômicos futuros associados à propriedade para investimento fluirão para a entidade; e (b) o custo da propriedade para investimento possa ser mensurado confiavelmente. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado. **5.10. IMOBILIZADO:** A Companhia realizou a revisão da vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiência anterior com ativos semelhantes. O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2009 foi considerado o custo atribuído destes ativos em 1º de janeiro de 2009, data de transição às normas internacionais de contabilidade (IFRS - *International Financial Reporting Standards*). A variação entre o valor justo apurado em 31 de dezembro de 2009 e o custo de aquisição registrado no imobilizado em 1º de janeiro de 2009 foi reconhecida no Patrimônio Líquido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado. **5.11. INTANGÍVEL:** a) Software e Implantação de Sistemas e Processos: Os custos associados à manutenção de softwares e implantação de sistemas e processos são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de aquisição e desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • A administração pretende concluir o software e usá-lo; • O software pode ser usado; • O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e, • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como partes do produto de software incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente. b) Licenças: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. c) Desenvolvimento de Protótipos: São ativos intangíveis gerados internamente, gastos incorridos na fase de desenvolvimento para novos projetos e processos de produção de produtos, custos de testes para garantir que o ativo está funcionando de maneira apropriada, cumprindo com os critérios de viabilidade técnica e de geração de benefícios futuros. **5.12. IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras. **5.13. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando aplicável. **5.14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **5.15. PROVISÕES:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **5.16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:** As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio. O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los. **5.17. APURAÇÃO DO RESULTADO:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. **5.18. RECONHECIMENTO DAS RECEITAS DE VENDAS:** A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. A Companhia reconhece a receita quando: (I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (II) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e, (III) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é

considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **5.19. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS:** A subvenção governamental é reconhecida quando existe razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas relacionadas à subvenção e de que ela será recebida. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. A Companhia reconhece as subvenções governamentais como receita nos períodos apropriados uma vez que a mesma é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade quando cumpre as regras das subvenções e determinadas obrigações. Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é lógico registrar a subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado. **5.20. DIVIDENDOS:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. **5.21. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são: a) Créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; c) *Impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis; d) Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social; e, e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

NOTA 06 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: **a) Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização; **b) Aplicações Financeiras:** São classificados como caixa e equivalentes de caixa e registráveis em curtíssimo prazo (inferior a 90 dias). Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado, com as variações nesses valores refletidas na demonstração do resultado; **c) Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais; **d) Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis; **e) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. **Riscos de taxas de juros:** O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotar política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros. **Riscos de taxas de câmbio:** A Companhia também está exposta ao risco de taxa de câmbio nas operações de captação de recursos indexadas a moeda estrangeira (Dólar e Euro). Para reduzir esse risco, a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio e para eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados, a Companhia contrata operações com instrumentos financeiros derivativos: **a) Política de uso dos derivativos:** conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A Companhia admite para fins de proteção do fluxo operacional e do fluxo financeiro, um valor máximo de USD 10MM (dez milhões de dólares) mensais de exposição cambial em moeda estrangeira (Dólar e Euro). A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou um passivo descoberto; **b) Objetivos dos derivativos:** O objetivo é o gerenciamento de riscos, eliminando possíveis variações não esperadas nos resultados da Companhia, advindas destas operações; **c) Política de mensuração dos derivativos:** por se tratar de instrumentos para eliminar as variações de ativos ou passivos descobertos, os derivativos são mensurados a valor justo na data de apuração. **Risco de crédito:** A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Os títulos vencidos da Companhia possuem garantias e são monitorados por equipe jurídica própria, que realiza cobrança administrativa e judicial. Os riscos são dimensionados e se classificados como prováveis são provisionados no resultado. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito. **Risco de liquidez:** A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata. **Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

NOTA 07 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Caixas Bancos	4.581	9.526
Aplicações Financeiras	80	799
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.382	10.327

As aplicações financeiras são remuneradas de 20% até 100% da taxa CDI.

NOTA 08 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2022	2021
Contas a Receber de Clientes Nacionais CP	36.594	49.488
Contas a Receber de Clientes Internacionais CP	65	76
Contas a Receber Partes Relat. CP (Nota 20)	26.080	27.301
Contas a Receber de Clientes Nacionais LP	2	9.148
	62.741	86.013
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.078)	(15.422)
Total Provisão p/ Créd. de Liquid. Duvidosa	(6.078)	(15.422)
Total Contas a Receber Clientes	56.663	70.591
Total Contas a Receber Circulante	56.661	61.443
Total Contas a Receber Não Circulante	2	9.148

Aging List Contas a Receber de Clientes

	2022	2021
A vencer em até 3 meses	23.714	29.111
A vencer entre 3 meses a 1 ano	831	1.076
A vencer maior que 1 ano	2	9.148
Vencidos até 6 meses	27.593	22.416
Vencidos de 6 meses a 1 ano	111	1.298
Vencidos de 1 a 2 anos	947	8.003
Vencidos de 2 a 3 anos	759	986
Vencidos há mais de 3 anos	8.784	13.975
Contas a Receber de Clientes	62.741	86.013

NOTA 09 - ESTOQUES

	2022	2021
Produtos em Elaboração	8.173	7.448
Matérias Primas	12.163	13.126
Material para Embalagem	11	10
Estoque Poder de Terceiros	201	459
(-) Estoque Poder de Terceiros	(201)	(459)
Estoque Material de Consumo	450	488
(-) Provisão de Perdas de Estoque	(1.316)	(1.932)
Total dos Estoques	19.481	19.140

Os estoques estão vinculados para liquidação de contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia.

NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	2022	2021
CIRCULANTE		
Imposto de Renda na Fonte	2	163
Contribuição Social na Fonte	41	114
Antecipação de IRPJ e CSLL (Nota 18)	547	728
IRPJ	313	867
ICMS	11.480	12.107
Cofins	1.470	385
Processo ICMS na Base do PIS/Cofins (b)	17.200	42.114
PIS	319	83
Seguridade Social (a)	371	8.118
Parcela Circulante	31.743	64.679
NÃO CIRCULANTE	2022	2021
COFINS a Recuperar Imobilizado	1	1
ICMS a Recuperar	1	1
Processo ICMS na Base do PIS/COFINS (b)	63.631	68.056
Parcela Não Circulante	63.633	68.058

a) A recuperação da Seguridade Social refere-se aos processos de INSS sobre Férias, INSS sobre Aviso Prévio e INSS sobre Cooperativas cuja recuperação está sendo realizada por compensação mensal. Em 2016 ocorreu o trânsito em julgado dos processos judiciais, sendo reconhecida a atualização dos referidos saldos a compensar de INSS. **b)** Refere-se ao resultado auferido pela ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (Nota 3).

(b) Em 2022 foram realizadas as baixas dos imóveis classificados em Propriedade para Investimentos, tendo como contrapartida liquidações de financiamentos. Banco Scania liquidação total, Habitasec e Bradesco liquidações parciais. Nesta operação registrando as reversões das Reavaliações dos Imóveis contra Reservas de Lucros R\$ 2.595.

Instituição

	2022	2021
Banco Scania	(37.832)	44.176
Habitasec	(128.583)	50.129
Bradesco	(10.849)	10.849
Total Geral 2022	(177.264)	105.154

(c) Em 30 de novembro de 2022, foi registrado AVJ - Avaliação a Valor Justo para imóvel a Avenida Carlos Gomes nº 950 e nº 958, Porto Alegre RS.

NOTA 12 - IMOBILIZADO

	Terrenos	Imóveis Prédios	Máquinas e Equip.	Ferramentas	Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Comp. e Periféricos	Software	Imobiliz. Andam.	Total Imobilizado
	0%	4%	10%	20%	10%	10%	30% a 42%	20%	20%	0%	
Taxas anuais de depreciação											
Em 31/dezembro/2020											
Custo	3.171	115.836	51.904	1.794	2.513	12.532	7.208	19.609	3.131	389	218.087
Dep. Acum. e <i>Impairment</i>	-	(22.444)	(36.928)	(1.384)	(1.377)	(9.967)	(4.504)	(19.402)	(68)	-	(96.054)
Valor líquido contábil	3.171	93.392	14.976	430	1.136	2.565	2.704	207	3.063	389	122.033
Saldo Inicial	3.171	93.392	14.976	430	1.136	2.565	2.704	207	3.063	389	122.033
Adições	-	-	38	20	-	-	-	258	-	-	316
Baixas	-	(3)	(12.823)	(260)	(995)	(4.766)	(326)	(1.775)	-	-	(20.948)
Depreciação	-	(2.106)	(3.227)	(132)	(216)	(752)	-	(50)	(1.276)	-	(7.759)
Baixas da Depreciação	-	-	12.573	227	749	4.330	137	1.775	-	-	19.791
Saldo Final	3.171	91.283	11.537	285	674	1.377	2.515	415	1.787	389	113.433
Em 31/dezembro/2021											
Custo	3.171	115.833	39.119	1.554	1.518	7.766	6.882	18.092	3.131	389	197.455
Dep. Acum. e <i>Impairment</i>	-	(24.550)	(27.582)	(1.269)	(844)	(6.389)	(4.367)	(17.677)	(1.344)	-	(84.022)
Valor líquido contábil	3.171	91.283	11.537	285	674	1.377	2.515	415	1.787	389	113.433
Saldo Inicial	3.171	91.283	11.537	285	674	1.377	2.515	415	1.787	389	113.433
Adições	-	-	74	8	34	18	-	24	-	19	177
Baixas	(6)	(15)	(1.349)	-	(4)	(1.040)	(46)	(7.697)	-	-	(10.157)
Depreciação	-	(2.107)	(2.792)	(117)	(155)	(586)	-	(93)	(1.787)	-	(7.637)
Baixas da Depreciação	-	-	1.270	4	4	1.023	12	7.688	-	-	10.004
Saldo Final	3.165	89.168	8.740	176	553	792	2.481	337	-	408	105.820
Em 31/dezembro/2022											
Custo	3.165	115.818	39.844	1.562	1.548	6.744	6.836	10.419	3.131	408	187.475
Dep. Acum. e <i>Impairment</i>	-	(26.650)	(29.104)	(1.386)	(995)	(5.952)	(4.355)	(10.082)	(3.131)	-	(81.655)
Valor líquido contábil	3.165	89.168	8.740	176	553	792	2.481	337	-	408	105.820

O montante de R\$ 4.695 no exercício (R\$ 4.777 no exercício de 2021) referente à depreciação do imobilizado foi debitado ao resultado na rubrica de "custos de produção", o montante de R\$ 258 no exercício (R\$ 203 no exercício de 2021) como "despesas comerciais" e o montante de R\$ 2.684 no exercício (R\$ 2.779 no exercício de 2021) como "despesas administrativas". Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos pelos bens imóveis no montante de R\$ 92.227, suportados pelo valor justo atual dos imóveis, em montante superior aos saldos líquidos contábeis.

Financiamentos com Garantias de Penhor

	Valor Financiamento em milhares de reais	Valor Garantia em milhares de reais	Garantia Penhor
Financiamento - BANCO DO BRASIL	19.174	19.174	Imóveis
Financiamento - BRADESCO	38.259	38.259	Imóveis
Financiamento - HABITASEC	34.794	34.794	Imóveis
Total	92.227	92.227	

NOTA 13 - INTANGÍVEL

	Direito de uso	Marcas Patentes	Software Sist. Aplic.	Implantação Sist. e Proc.	Desenv. e Protótipos	Intangível Andam.	Total Intangível
	20%	-	20%	7%	-	-	-
Taxas Anuais de Amortização							
Em 31 de dezembro de 2020							
Custo	531	5	50.060	10.436	-	-	61.032
Amort. Acum. e <i>Impairment</i>	(500)	-	(31.144)	(4.797)	-	-	(36.

»» Continuação **STEMAC S/A GRUPOS GERADORES** NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 17 - RECEITAS DIFERIDAS						
Refere-se ao faturamento efetulado, conforme previsto nas ordens de venda, porém os bens não foram transferidos aos compradores. Em 31 de dezembro de 2022 R\$ 6.952 mil (R\$ 8.099 mil em 2021) serão reconhecidos no resultado do exercício a medida em que os bens forem entregues, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.						
NOTA 18 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Ativo	2022	2021				
IRPJ Estimativa a Compensar.....	120	371				
CSLL Estimativa a Compensar.....	427	357				
Total Ativo Circulante (Nota 10)	547	728				
Ativo	2022	2021				
Impostos Diferidos.....	18.629	33.894				
Total Ativo Não Circulante	18.629	33.894				
Passivo	2022	2021				
Impostos Diferidos.....	4.079	20.077				
Total Passivo Não Circulante	4.079	20.077				
Movimentação no Resultado	2022	2021				
Tributo Diferido Alienação de Imobilizado.....	-	11.080				
Tributo Diferido Provisão Juros Empréstimos.....	-	3.132				
Impostos Diferidos (diferenças temporárias).....	733	16.860				
Total Resultado	733	31.072				
18.1 - Impostos Diferidos: O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do Imposto de Renda, sobre a Base Negativa de Contribuição Social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As aliquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social. A composição de ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:						
	2022	2021				
Ativo Não Circulante	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Dif. Temporárias.....	-	-	16.595	5.974	22.569	
Provisão Dev. Duvidosos.....	1.008	363	1.371	888	319	1.207
Depreciação.....	(3.204)	(1.153)	(4.357)	(13.577)	(4.888)	(18.465)
Provisão Fiscais Prev. Trab.....	14.768	5.316	20.084	3.196	1.152	4.348
Provisão Comissões.....	52	19	71	(5)	(2)	(7)
Prov. IOF Aplicações Financeiras.....	-	-	-	2	1	3
Ganho/Perda Imobilizado.....	-	-	-	17.923	6.452	24.375
Provisão Juros Empréstimos.....	-	-	-	(16)	(6)	(22)
Provisão Garantia CPC 48.....	271	98	369	(255)	(92)	(347)
Provisão Perdas CPC 47.....	24	9	33	(61)	(22)	(83)
(-) Rev. Prov. P. Abs.....	254	91	345	314	112	426
Provisão Outras Perdas.....	-	-	-	336	123	459
Provisão para Dev.....	486	175	661	(493)	(178)	(671)
Provisão Custos a Realizar.....	75	27	102	75	27	102
Juros Leasing Contra prestação.....	(37)	(13)	(50)	-	-	-
Total Ativo Não Circulante	13.697	4.932	18.629	24.922	8.972	33.894
	2022	2021		2022	2021	
Passivo Não Circulante	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Valor Justo Imóveis.....	2.999	1.080	4.079	14.762	5.315	20.077
Total Passivo Não Circulante	2.999	1.080	4.079	14.762	5.315	20.077

Em 2021 ocorreu venda de parte dos imobilizados obsoletos na unidade de Porto Alegre bem como a dação em pagamento de propriedades para investimento mencionada na nota 11 que tiveram impacto direto nos impostos diferidos. Devido aos resultados negativos dos anos anteriores, a Companhia não contabilizou o Imposto Diferido sobre o prejuízo fiscal no ano de 2022.

NOTA 19 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia mantém provisões para contingências trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" pelos assessores jurídicos internos. A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2020	2.452	49.028	1.597	53.077
Constituída durante o período.....	2.452	48.447	3.484	54.383
Reversão de provisões.....	(2.452)	(49.028)	(1.597)	(53.077)
Em 31 de dezembro de 2021	2.452	48.447	3.484	54.383
Depósitos Judiciais Relacionados.....	1.828	2.323	1.051	5.202
Em 31 de dezembro de 2021	1.828	2.323	1.051	5.202
Constituída durante o período.....	4.970	51.044	3.063	59.077
Reversão de provisões.....	(2.452)	(48.447)	(3.484)	(54.383)
Em 31 de dezembro de 2022	4.970	51.044	3.063	59.077
Depósitos Judiciais Relacionados.....	3.596	2.024	1.779	7.399
Em 31 de dezembro de 2022	3.596	2.024	1.779	7.399
Efeito Líquido	1.374	49.020	1.284	51.678

NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS

20.1. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: As transações comerciais realizadas com partes relacionadas são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados. Nos mútuos entre as empresas, os contratos prevêm taxas de juros similares ao custo de captação de recursos junto ao mercado financeiro.

	2022	2021
Fornecedores Partes Relacionadas	2022	2021
Stemac Energia S.A.....	2.382	2.382
StepieUlb S.A.....	7	7
Total (Nota 16)	2.389	2.389
Partes Relacionadas Mútuos Passivo	2022	2021
Stemac Energia S.A.....	19.036	21.149
Uni Energia Ltda.....	-	1.645
Total	19.036	22.794
Clientes Partes Relacionadas	2022	2021
Stemac S.A. Participações.....	80	80
Stemac Energia S.A.....	7.949	7.623
Stepie Uni Energia Ltda.....	47	47
StepieUlb S.A.....	18.004	19.551
Total (Nota 08)	26.080	27.301

20.2 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO: Conforme estabelecido foi atribuída à remuneração dos diretores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	2022	2021
Remuneração Diretoria.....	3.000	3.000
Total	3.000	3.000

NOTA 21 - PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS

21.1. PARCELAMENTO LEI Nº 11.941/09: Em consonância com os benefícios estabelecidos pela Lei nº 11.941/09, a Companhia optou pelo parcelamento em 13 de novembro de 2009, tendo suas adesões deferidas em dezembro de 2009 e consolidação em junho de 2011. As adesões foram efetuadas nos âmbitos da Receita Federal do Brasil (RFB) e também da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), para as duas modalidades existentes, sendo elas, Débitos Previdenciários e Demais Débitos. Parte do débito existente na PGFN foi liquidada à vista, utilizando o benefício das reduções previstas em Lei, bem como utilizada Base Negativa de CSLL para a liquidação de multa e juros. Conforme determinação da Lei nº 12.865, de 09/10/2013 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 07, de 15/10/2013, foi reaberta o prazo para o pagamento e o parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e à Receita Federal do Brasil - RFB, de que tratam os artigos 1º a 13 da Lei nº 11.941, de 27/05/2009. Em 2014 o departamento jurídico da Companhia realizou análise do processo nº 11080-732/2011-3, identificando como possível a sua perda, com base nesta reclassificação a Companhia incluiu este processo na consolidação do parcelamento junto a Receita Federal conforme Lei nº 12.865 de 09/10/2013. **21.2. PARCELAMENTO PRT E PERT:** Em consonância com os benefícios estabelecidos pela Medida Provisória nº 766/17 e Medida Provisória nº 783/17, a Companhia optou pelo parcelamento dos débitos tributários no Programa de Regularização Tributária - PRT em 30 de maio de 2017, e pelo Programa Especial de Regularização Tributária - PERT em 28 de setembro de 2017, incluindo débitos ainda não parcelados, e migrando saldos do Parcelamento da Lei nº 11.941/09. **21.3. PARCELAMENTO SIMPLIFICADO PE- PAR:** Em consonância com os benefícios estabelecidos pela Lei 10.522, de 19 de julho de 2002, a companhia optou pelo parcelamento dos débitos tributários relativos a INSS e Demais Débitos, os débitos incluídos não foram objetos de parcelamentos anteriores e foram firmados em 60 prestações mensais. Os parcelamentos simplificados foram aderidos no decorrer dos anos de 2017, 2018 e 2019. **21.4. PARCELAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL:** Em consonância com os benefícios estabelecidos pela Lei 10.522, de 19 de julho de 2002 e portaria PGFN 2.382/2021, a companhia optou pelo parcelamento da recuperação judicial para débitos previdenciários, em 60 prestações junto a PGFN em 20/04/2021. Ademais também ao parcelamento da RJ junto a RFB, incluindo neste, débitos previdenciários e demais débitos em 60 prestações e débitos de Previdenciários (terceiros) e impostos retidos em 24 prestações, com adesão firmada em 21/05/2021.

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O Capital Social integralizado é formado de 8.000.000 de ações, sendo 4.000.000 em ações ordinárias e 4.000.000 em ações preferenciais, todas nominativas com valor nominal de R\$ 23,75 cada uma, subscrito e integralizado inteiramente por sócios domiciliados no País fazendo o montante de R\$ 190.000 (cento e noventa mil reais). As ações preferenciais possuem as vantagens asseguradas no Estatuto Social. **a.1)** Em conformidade ao artigo 195, A, da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos. **b) Proposta de Distribuição do Resultado:** A política de distribuição de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida no artigo 21 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, excluído a parcela de lucro incentivado em conformidade ao art. 195-A da Lei nº 6.404/76. **b.1)** Não foram apurados dividendos nos exercícios de 2021 e 2022.

NOTA 23 - RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	2022	2021
Numerador	2022	2021
Resultado do exerc. atribuído aos acionistas da companhia.....	(41.829)	(46.492)
Resultado disponível aos acionistas preferenciais.....	(41.829)	(46.492)
Resultado disponível aos acionistas ordinários.....	(83.658)	(92.983)
Total	(83.658)	(92.983)
Denominador (em milhares de ações)	2022	2021
Quantidade de ações preferenciais emitidas.....	4.000	4.000
Quantidade de ações ordinárias emitidas.....	4.000	4.000
Total	8.000	8.000
Resultado básico e diluído por ação (em Reais).....	(10,46)	(11,62)
Ação preferencial.....	(10,46)	(11,62)

NOTA 24 - RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é a seguinte:

	2022	2021
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços.....	307.772	251.142
Impostos e devoluções de vendas.....	(46.705)	(50.824)
Receita Líquida	261.067	200.318

NOTA 25 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Despesas Financeiras	2022	2021
IOF.....	(179)	(85)
Despesas bancárias.....	(595)	(734)
Juros pagos.....	(10.466)	(8.295)
Juros sobre empréstimos e financiamentos.....	(40.448)	(25.594)
Variação cambial passiva.....	-	(2.303)
Provisão juros.....	(2.996)	(9.213)
Descontos concedidos.....	(1.159)	(768)
Juros operações de leasing.....	(8)	(3)
Juros recuperação judicial.....	(11.462)	(8.914)
Total das Despesas Financeiras	(67.313)	(55.909)
Receitas Financeiras	2022	2021
Juros recebidos.....	585	1.518
Descontos obtidos.....	2.988	29
Variação cambial ativa.....	348	-
Ágio/Deságio a recuperar (Nota 2.3).....	46.092	(2.191)
Crédito processos - Selic (Nota 03).....	5.576	2.424
Rev. Prov. JRS. Emp/Fin.....	3.051	-
Total das Receitas Financeiras	58.640	1.780
Resultado Financeiro Líquido	(8.673)	(54.129)

NOTA 26 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2022	2021
Recuperação de despesa.....	3.962	171
Seguros Recebidos.....	185	-
Outras receitas operacionais.....	837	211
Perdas por obsolescência (Nota 26.1).....	(1.058)	(2.680)
Indenizações.....	8	193
Subvenções governamentais (Nota 26.2).....	22.003	15.054
Ganho - AVJ.....	1.012	-
Aluguéis recebidos.....	174	132
Ganho/Perda venda ativo.....	5.878	(28.424)
Outras Despesas Operacionais Indedutíveis.....	(150)	-
Outras Despesas Operacionais.....	(163)	-
Perda Baixa de Investimentos (Nota 11).....	(77.556)	-
Total	(44.868)	(15.343)

26.1. Perdas por Obsolescência: Em 2015 a Companhia iniciou o desenvolvimento da linha "New Global Line" com leiaute interno, insumos e tecnologia diferenciadas, permitindo a redução dos custos de produção. A produção da linha "2012" permaneceu até o início de 2017. Em 2016 lançou nova linha de grupos geradores para uso residencial e comercial de pequeno porte, cuja tecnologia foi uma evolução da linha "New Global Line". A Companhia mantém política de manutenção de peças de reposição para todas as linhas de grupos geradores produzidos, havendo a necessidade de estocagem de um grande volume de peças de reposição que somente tinham utilidade para a manutenção de grupos geradores antigos, sendo totalmente obsoletas para o mercado. Devido ao baixo giro de estoque dessas peças e o alto custo de armazenagem, a Companhia limitou as peças de reposição para atendimento da assistência técnica ao prazo médio de vida útil dos grupos geradores. Nos exercícios de 2022, 2021, 2020, 2019, 2018 e 2017 a Companhia reconheceu perdas por obsolescência dos estoques, em função de mudança na linha de produtos, que afetou os consumos de matérias primas que constavam nos estoques, e o mercado de peças de reposição em função das novas linhas de produtos.

26.2. Subvenções Governamentais: A Companhia utiliza a subvenção governamental sobre as vendas de Grupos Geradores e seus componentes. Seu valor correspondente está sendo investido na construção de nova planta fabril, aumento de capital e absorção de prejuízos. O valor apurado no período está reconhecido na Demonstração de Resultado do Exercício, no grupo de Outras Receitas e Despesas Operacionais. Nas Reservas de Lucros está lançado em conta específica a Reserva de Subvenção para Investimentos, na qual não fará parte da base de cálculo para distribuição de dividendos. Em conformidade ao artigo 195, A, da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, sendo utilizado integralmente para aumento do capital e absorção do prejuízo.

Reserva de Subvenções Governamentais

	2022	2021
Subvenção Governamental 2011.....	9.299	45.051
Subvenção Governamental 2012.....	58.080	41.178
Subvenção Governamental 2013.....	64.157	-
Subvenção Governamental 2014.....	51.874	-
Subvenção Governamental 2015.....	70.107	-
Subvenção Governamental 2016.....	25.961	-
Subvenção Governamental 2017.....	25.450	-
Subvenção Governamental 2018.....	16.803	-
Subvenção Governamental 2019.....	13.468	-
Subvenção Governamental 2020.....	12.197	-
Subvenção Governamental 2021.....	15.054	-
Subvenção Governamental 2022.....	22.003	-
Total Subvenção Governamental	428.453	288.453

O saldo de R\$ 288.453 será destinado para Reservas de Subvenções Governamentais quando houver resultados futuros. (a) Valores utilizados para absorção de prejuízo serão devolvidos para a Reserva de Subvenção Governamental, quando ocorrerem resultados futuros.

NOTA 27 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Companhia estão segurados conforme discriminado a seguir:

Tipo de seguro	Cobertura	Seguradora	Vencimento
Seguro veículos leves	Cobertura de 07 veículos - Compreensiva total, DM R\$ 100 mil, DC 200 mil, DMO R\$ 50 mil APP R\$ 20 mil.	Gente Seguradora	31/12/2023
Compreensivo Patrimonial	Incêndio, queda de raio, explosão, alagamento, inundação, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, equipamentos móveis e vendaval R\$ 80 Milhões.	AIG Seguros	15/02/2024
Responsabilidade Civil	RC estabelecimento comercial, empregado, prestação serviços local de terceiro, obras civis, produtos, e danos morais R\$ 15 milhões.	AIG Seguros	03/03/2024
Riscos Nomeados Usinas	Cobertura para os equipamentos das Usinas de venda de Energia (Cobertura básica + Roubo+DanoElétrico) VR: R\$ 16.760 milhões - LMI R\$ 5 milhões.	Potential Seguros	24/08/2023
Seguro de Vida em Grupo	Cobertura básica - Morte por qualquer natureza 20 vezes o salário.	Met Life	Indeterminado
Responsabilidade Civil Profissional	Garante o pagamento do prejuízo financeiro decorrentes de reclamações de terceiros por danos causados durante a prestação de serviços profissionais pelos quais o segurado seja responsabilizado civilmente até o valor de R\$ 10 milhões.	Berkley Seguros	20/05/2023
Transportes Exportação	Cobre danos causados na carga em trânsito, na operação de carga e descarga e roubo em operação de importação de materiais. EURO 500 mil.	Argo	Indeterminado

A Administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais e administrativas.

NOTA 28 - AJUSTE A VALOR PRESENTE

Conforme CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, por se tratar de valores irrelevantes nas contas de clientes, outros créditos e fornecedores de curto prazo não houve ajustes a valor presente no resultado da Companhia.

NOTA 29 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - EBITDA (LAJIDA)

Apresentamos abaixo a medição econômica Lajida (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização).

	2022	2021
Prejuízo Líquido do Exercício	(83.658)	(92.983)
(+) IR, CSLL e Participações Estatutárias.....	(733)	(31.072)
(+) Despesas (Receitas) Financeiras Líquidas.....	8.673	54.129
(+) Depreciações e Amortizações.....		

PUBLICIDADE LEGAL

LCBC IMÓVEIS S/A - Avenida Rio Grande, 570 - Cassino - na cidade de Rio Grande/RS. NIRE (Jucergs) nº 43 3 0004043-7, CNPJ nº 04.137.830/0001-16, (Companhia Fechada). **Assembleia Geral de Acionistas - CONVOCAÇÃO:** Ficam os senhores acionistas da LCBC IMÓVEIS S.A ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será realizada de forma híbrida, presencial na sede da Companhia, à Av. Rio Grande, 570 - Cassino - Rio Grande/RS e digital, via videoconferência por meio do sistema eletrônico "Microsoft Teams", no dia 29 de abril de 2023, às 10h00min, para apreciação da seguinte ordem do dia: **1.** Examinar e votar as contas da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **2.** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2022; **3.** Eleição da Diretoria; **4.** Fixação da remuneração anual global da Diretoria; **5.** Assuntos gerais. Os Acionistas poderão participar e votar na assembleia digital por meio do sistema eletrônico, pessoalmente ou por procurador constituído. No caso de participação por meio de procurador, a respectiva procuração deve ser encaminhada para a Companhia, pelo e-mail lcbc@lcbc.com.br, com a maior antecedência possível, e no máximo em até 30 (trinta) minutos antes da hora da assembleia. O voto poderá ser exercido, ainda, via Boletim de Voto à Distância ("Boletim"), enviado pelo acionista à Companhia pelo e-mail lcbc@lcbc.com.br em até 3 (três) dias antes da data da assembleia. O envio do Boletim não impede o acionista de se fazer presente à assembleia e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o Boletim enviado será desconsiderado. O modelo do Boletim, os documentos necessários à representação dos Acionistas, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como instruções completas para a participação na assembleia foram enviadas por correio eletrônico a todos os acionistas da Companhia. Rio Grande/RS 19 de abril de 2023. Osvaldo Luiz Cramer De Otero, Diretor; Nagib Mohamad Lemos Ahmad, Diretor; e, Marcela Fossati Otero, Diretora.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC